

TURIS MO



EM



QUILOM BOS



DO
FORTALECIMENTO
DA MEMÓRIA
À LUTA
ANTIRRACISTA



orgs.

*Maria Amália Silva
Alves de Oliveira*

*Rodrigo
Machado Vilani*

Realização



Apoio



Coordenação

Maria Amália Silva Alves de Oliveira
Rodrigo Machado Vilani

Projeto gráfico e diagramação

Luan Freitas

Revisão gramatical

Maria Marta Garcia de Assis Rangel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Turismo em quilombos [livro eletrônico] : do fortalecimento da memória à luta antirracista / organização Maria Amália Silva Alves de Oliveira, Rodrigo Machado Vilani. -- Rio de Janeiro : Ed. dos Autores, 2024. PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-97193-4

1. Decolonialidade 2. Identidade afro-brasileira
3. Memória 4. Patrimônio ambiental 5. Quilombos - Brasil 6. Turismo I. Oliveira, Maria Amália Silva Alves de. II. Vilani, Rodrigo Machado.

24-198216

CDD-338.4791

Índices para catálogo sistemático:

1. Turismo : Desenvolvimento sustentável : Economia
338.4791

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

1

O TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA
EM TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS **PAG.11**

2

ACIONANDO MEMÓRIA E
PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO DE
UMA CULTURA ANTIRRACISTA
PAG.27

3

SERVIÇOS E
EQUIPAMENTOS
PAG.50

4

PATRIMÔNIO
AMBIENTAL
PAG.64

5

GEOPOÉTICA E BASE
COMUNITÁRIA
PAG.82

6

MEMÓRIAS E
HISTÓRIAS EM
MAPA
PAG.108

Realização



Parceria



Apoio



NOTA DE AGRADECIMENTO PELA PARCERIA ENTRE A FEDERAÇÃO N'GOLO E A UNIRIO



Nós, da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N'Golo, representante dos quilombos no estado, temos como missão fomentar ações que promovam o acesso ao conhecimento dos direitos constitucionais descritos nas leis e no resgate da história e pertencimento enquanto remanescente de quilombos. Essas ações estão descritas em nosso Decreto n.º 4.887, de 20.11.2023, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e no art. 2º do Decreto n.º 4.887, que fala: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Somos 22 diretores que estão em todas as regionais das nossas Minas Gerais trabalhando para que as informações e formações cheguem aos nossos em sua integralidade. Nesse processo, realizamos várias parcerias ao longo dos anos com instituições, ONGs, universidades, institutos federais, secretarias de governo, Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, organizações da sociedade civil e tantas outras, com o objetivo de fomentar os trabalhos para garantir os direitos do nosso povo, que ainda tem, devido ao sistema colonialista racista, machista e patriarcal, dificuldades de acesso aos aparelhos públicos para dentro dos nossos Quilombos, trazendo, por consequência, precariedade ao acesso a bens de consumo. Nesse sentido, várias parcerias foram formadas para os nossos poderem acessar os espaços e lutar pela efetivação dos direitos.

Em nossa institucionalidade como organização de sociedade civil organizada, recebemos vários convites, e foi em um desses que recebemos um e-mail da UNIRIO, na pessoa do Rodrigo Vilani. Posteriormente, o contato continuou pelo WhatsApp, com o diálogo em concordância com os diretores em reunião. A proposta foi muito bem-vista entendendo a riqueza dos nossos quilombos e a necessidade de formação do nosso povo em

turismo, mesmo sabendo que, em muitos dos nossos territórios, já existem várias iniciativas bem-estruturadas e que são referência. Mas entendemos também que várias comunidades não acessam as mesmas informações e formações, devido à sua localização geográfica.

Nossas conversas ocorreram no final de setembro de 2022, com a proposta de realização de um projeto de ecoturismo e conservação. Marcamos várias reuniões que iniciaram em outubro de 2022 e continuaram em 2023. Nossas conversas eram feitas pelo Google Meet e sempre no mesmo horário, às 14h; conversas produtivas e sempre com encaminhamentos que foram traçando nosso curso.

Rodrigo Vilani explicou sobre a ação da UNIRIO com ecoturismo e conservação; a revista de publicação de artigos e relatos que eles têm; e o mestrado que oferecem. Disse também como seria interessante ter quilombolas participando desses espaços formativos — que trabalham e pesquisam nossas comunidades e outros povos e comunidades tradicionais.

Tiramos um grupo da Federação para fazer esse diálogo. Essas pessoas são Lara Luiza e Romário, de Paracatu; Emanuel, de Ouro Verde de Minas; Edna Correia, nossa presidenta, do Gorutuba; e Carina Veridiano, do Quilombo Buieié, em Viçosa. Várias conversas foram feitas para organizar e pensar as melhores maneiras de aplicação do curso. Tudo isso para fazer o melhor possível para nossas comunidades.

O curso foi pensado com momentos on-line e a campo para que pudéssemos aprender, na teoria e na prática, como podemos implementar o turismo como forma de dar visibilidade aos trabalhos já desenvolvidos nos territórios e, a partir disso, termos geração de renda em nossos quilombos.

Depois de algum tempo, com todo o percurso do curso traçado, iniciamos as inscrições em maio e junho; o curso, no dia 03/06; e o finalizamos no dia 15/07. Foram módulos cheios de aprendizado e vontade de colocarmos tudo o que aprendemos em prática. Esse foi o primeiro passo de uma longa e futura parceria.

Nós, da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N'Golo, agradecemos primeiro aos nossos ancestrais, que vieram antes de nós, e ao Rodrigo Vilani, pelo contato; à UNIRIO e a todos os professores que se empenharam em nosso curso; e a todos os quilombolas, pessoas que participaram da nossa capacitação.

UBUNTU EU SOU PORQUE SOMOS

Texto: Carina Aparecida Veridiano, diretora de cultura na Federação N'Golo, moradora do Quilombo Buieié, Viçosa, Zona da Mata Mineira.

Agradecimentos

À Federação N'Golo pela parceria e apoio a este projeto e, em particular, às comunidades Amaros, Baú, Buieié, Capoeirão, Corte, Mutuca de Cima e Raiz pela cessão das imagens de suas comunidades que trazem força e materializam o significado das reflexões aqui apresentadas.

Às(aos) colegas, discentes e egressos(as) do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste projeto.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro pelo financiamento por meio do Edital 29/2021, Apoio aos Programas e Cursos de Pós-graduação stricto sensu do estado do Rio de Janeiro (Processo nº E-26/210.994/2021).

Introdução

TURISMO POR DEMANDA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Rodrigo Machado Vilani

Docente do PPGE/UNIRIO

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Docente do PPGE/UNIRIO



A partir da construção teórica e metodológica proposta pela antropóloga Rita Segato (2006; 2013) acerca da antropologia por demanda, temos defendido uma prática de pesquisa, de ser e estar no campo, como “turismo por demanda” (VILANI; OLIVEIRA, 2022). Tal qual propõe Segato, nos voltamos para as demandas dos sujeitos que, em uma abordagem clássica da antropologia, seriam considerados objetos de estudo.

O presente Manual é o resultado, ou melhor, representa o conjunto de memórias do curso de Turismo de Base Comunitária elaborado no âmbito das ações de inserção social do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

O curso foi pensado a partir da demanda da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – Federação N’Golo, com a qual iniciamos um diálogo no segundo semestre de 2022. Após um conjunto de reuniões, foram definidos, em parceria com a Federação N’Golo, os pontos principais a serem abordados ao longo do curso, seu formato (remoto por videoconferência), duração (seis encontros de, no máximo, duas horas cada um) e dia da semana (sábado).

Todo esse processo de aproximação, diálogo e definição dos parâmetros para a parceria foi estruturado a partir da noção de turismo por demanda que:

configura, encerra e enseja um novo modo de diálogo, inserção e participação de pesquisadoras e pesquisadores nesse insurgente fenômeno de encontros, diálogos e resistências que é o turismo comunitário indígena, rural, quilombola, caiçara, ribeirinho, entre tantas outras representações possíveis da brasilidade (VILANI; OLIVEIRA, 2022, p. 51).

Procuramos, assim, apresentar e propor o turismo comunitário com um olhar situado sobre a realidade institucional brasileira – burocrática, contraditória, conservadora e racista. Nesse contexto, acompanhamos o desenvolvimento do turismo comunitário como uma das alternativas possíveis em um processo de descolonização (MALDONADO-TORRES, 2011; ACOSTA, 2016) baseado na valorização e proteção sociocultural e da biodiversidade (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2016; SVAMPA, 2016; VILANI, 2018; VILANI et al., 2020).

Aproveitamos para agradecer a atenção e abertura da Federação N’Golo desde o primeiro contato. Nesse sentido, destacamos e deixamos nosso agradecimento a todas e todos no nome da presidenta da Federação, Edna Correia, e de Carina Veridiano, nossa principal articuladora e mediadora ao longo desse processo. Muito obrigado.

Que a experiência aqui reunida estimule novos diálogos e novas parcerias frutíferas construídas de forma horizontal, sem

objetos de pesquisa, mas com sujeitos diversos dispostos a integrar saberes em prol da valorização cultural, da defesa da terra, da proteção ambiental e da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição, in: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Eds.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 46-85.
- GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 176-212.
- MALDONADO-TORRES, N. Thinking through the Decolonial Turn: Post-continental Interventions in Theory, Philosophy, and Critique - An Introduction. Transmodernity: **Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2011.
- SEGATO, R. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- _____. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Maná**, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006.
- SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. pp. 140-172.
- VILANI, R. M. Ecoturismo: a conservação da natureza como alternativa aos Grandes Projetos de Investimento (GPis) no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 11, n. 4, p. 609-633, 2018.
- VILANI, R. M.; OLIVEIRA, M. A. S. A. Turismo por demanda: reflexões acerca das possibilidades do método etnográfico. **Ecoturismo & Conservação**, v. 3, p. 48-52, 2022.
- VILANI, R. M.; OLIVEIRA, M. A. S. A.; VILANI, S. M. A.; MACHADO, C. J. S. Pós-extrativismo e devastação socioambiental na Bacia do Rio Doce: ecoturismo como alternativa econômica. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 48, p. 143-164, 2020.

Capítulo 1

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

**UMA REFLEXÃO SOBRE O
ENFRENTAMENTO AO RACISMO
AMBIENTAL A PARTIR DA INSPIRAÇÃO
DO QUILOMBO DO FEITAL (MAGÉ-RJ)**

Eloise Silveira Botelho

Docente do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação

Andressa dos Santos Dutra

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Valdirene Couto Raimundo

Liderança do Quilombo do Feital, presidente da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Feital – ACORQF e graduanda em História da Universidade Estácio de Sá

APRESENTAÇÃO

O **turismo de base comunitária** (TBC) é uma iniciativa de organização para gestão e operação de empreendimentos, serviços e atividades, com o intuito de atender turistas e visitantes, liderada por povos e populações tradicionais e locais vinculadas a um território, em que aspectos como o patrimônio natural e cultural e economias solidárias e justas ganham destaque. E se tratando de **territórios remanescentes de quilombos**, além dos aspectos mencionados, o TBC suscita temas relacionados à defesa de territórios saudáveis e ao enfrentamento do racismo ambiental.

Este trabalho é resultante do curso de extensão proposto em diálogo com componentes da Federação Quilombola N’Golo e professores e pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especificamente, o módulo ocorrido dia 17 de junho de 2023 tratou de noções sobre turismo, TBC em territórios quilombolas e da urgência no enfrentamento do racismo ambiental. Teve-se como análise em foco a experiência inspiradora do Quilombo do Feital, localizado em Magé, na Região do Recôncavo da Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro.

Está situado no contexto da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, gerida pelo Instituto Chico Mendes. Entre as várias iniciativas de conservação, são desenvolvidos projetos de apoio ao TBC, com a colaboração da UNIRIO, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), bem como de instituições não governamentais locais (FUKUDA et al., 2019). No contexto de vários projetos em curso na região, o Quilombo do Feital constrói continuamente sua história buscando na visitação e no turismo uma forma de ensinar, aprender e engajar pessoas na luta contra o racismo ambiental.

Consideramos o território quilombola um lugar de memória, de resistência, de luta e de espaço para o diálogo, o brincar e o aprendizado. Por isso, é fundamental o TBC ser organizado e guiado por uma perspectiva crítica e transformadora da realidade, servindo como espaço de ensino-aprendizagem entre aqueles que visitam e os que são visitados. Nesse sentido, este capítulo quer provocar reflexões e inspirar quanto à relação entre TBC e territórios quilombolas no contexto do **racismo ambiental**.

O fortalecimento do TBC como uma estratégia de anúncio da vida da comunidade quilombola do Feital frente a uma realidade permeada pela ausência de políticas públicas — identificada, por exemplo, a partir da falta de saneamento básico, da ausência de áreas verdes/naturais próximas a comunidades mais vulnerabilizadas, da disposição de grandes empresas perto desses mesmos territórios — é uma das expressões caracterizadora

do título deste capítulo¹ como **racismo ambiental**. Dentro do turismo, o tópico central é considerar a intervenção da injustiça ambiental e, principalmente, a influência da **raça**. Isto direciona nosso pensamento: “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (ALMEIDA, 2018, p. 44).

Neste capítulo, abordamos as noções iniciais sobre TBC, o contexto político institucional e sua relação com os territórios quilombolas. Também tratamos sobre territórios quilombolas frente ao enfrentamento do racismo ambiental. Por fim, convidamos a conhecer a realidade do Quilombo do Feital, situado em Magé – RJ como possível inspiração para a construção de outras realidades.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: QUAIS AS BASES?

O turismo é uma prática social presente no mundo inteiro e organizada de diversas formas, envolvendo comunidades, empresários, poder público e organizações não governamentais e, obviamente, os próprios turistas. Ele depende de processos, estruturas e contextos sociais que, associados aos sujeitos, determinam como tal atividade se desenvolve nos territórios (AYALA SUAREZ; VIANCHÁ SÁNCHEZ; CRUZ VÁSQUEZ, 2023). No contexto da sociedade contemporânea — com o capitalismo como sistema socioeconômico preponderante —, o turismo ganha atenção sobretudo pelas estatísticas (fluxos turísticos, contribuição para o PIB, economia da exportação, empregabilidade) e por sua capacidade de resiliência frente a crises (pandemia, guerras) (UNWTO, 2023).

Nesse sentido, é importante não somente empresários e investidores (interessados em articular e expandir seus negócios e capitais) e poder público (na promoção e implementação de políticas nas três esferas administrativas) estarem atentos aos “números do turismo”, mas também a sociedade civil organizada, visto a importância de se compreender os efeitos dele nos territórios e contribuir para suas estratégias e formas de implementação de olho na defesa de interesses e direitos sociais associados.

Diante disso, no contexto da sociedade capitalista e neoliberal, compreende-se o turismo como uma das estratégias pela qual o capital absorve o capital excedente, se valoriza e adia

¹ Este capítulo de livro compõe parte da pesquisa de mestrado profissional da discente Andressa dos Santos Dutra, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

crises temporariamente. Ao serem incorporados à lógica global de funcionamento do turismo — comandada por uma aliança entre investidores de capitais internacionais —, alguns territórios são subordinados a um modelo de produção, operação e consumo turísticos, com pouca capacidade de controle sobre como implementar o turismo e seus efeitos nos espaços turistificados (CAÑADA, 2017).

Ademais dos discursos de geração e circulação de riquezas — normalmente associados à modernização ou ao “desenvolvimento” (CAÑADA, 2017; CRUZ, 2008) —, a produção do turismo na lógica do capital pode trazer três conjuntos de implicações para os territórios e para as condições de reprodução de vida das pessoas moradoras desses lugares: 1) desapropriação e desarticulação territorial, o que envolve conflitos em torno do acesso e uso de recursos naturais 2) população local na qualidade de empregados em trabalhos subalternizados e imigrantes como proprietários de empreendimentos ou em níveis especializados de gerência; 3) alteração dos modos tradicionais de reprodução da vida baseados na relação intrínseca trabalho-vida-lazer para uma relação de trabalho dentro de padrões considerados de qualidade, desde a perspectiva do mercado hegemônico global do turismo (CAÑADA, 2017).

Considerando o exposto, entende-se que, apesar de os “números do turismo” instituírem a tônica de panaceia e de tal atividade ser capaz de resolver questões de desenvolvimento socioeconômico dos lugares, a sociedade está em crise, com implicações sobre a esfera da totalidade da vida e no meio social. Segundo Quintas (2006, 21), “afinal, são as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que afligem a humanidade”. Assim, o processo de desenvolvimento do turismo traz diversas contradições, precisando, dessa forma, de uma interpretação e análise sobre o fenômeno com base em um olhar crítico, complexo e processual da realidade.

Nessa direção, é impositiva a necessidade de reconhecer o poder de decidir e intervir direta/indiretamente nos processos de desenvolvimento dos territórios por meio do turismo, garantindo as condições necessárias e igualitárias à reprodução da vida. Isso envolve o estabelecimento e o respeito pelas economias locais e suas diversificadas formas de organização e trabalho; a garantia de direitos às expressões culturais e artísticas e às práticas de lazer; o respeito aos saberes no uso dos recursos naturais e à agroecologia associados à conservação da biodiversidade; e as práticas de produção do turismo como uma das atividades que complementam a renda, valorizam as tradições e as diversidades locais e servem como promoção de lutas em busca dos direitos sociais e de permanência nos territórios. A essa forma de organização social em torno do turismo, os acadêmicos têm nomeado turismo de base comunitária (TBC).

A literatura em busca da definição do TBC é vasta e diversa. Rezende (2012) envidou esforços na compilação e categorização das abordagens teóricas sobre o TBC e suas variações terminológicas — tais como “turismo comunitário”, “turismo rural comunitário”, “turismo solidário” — e identificou que as definições e sentidos atribuídos estão diretamente ligados ao posicionamento político-ideológico de seus autores.

O TBC pode ser interpretado como um tipo de turismo responsável por buscar a redução da pobreza, ou *pro poor* (Pro Poor Tourism, 2017). É possível também traduzi-lo como uma atividade turística baseada nos princípios da economia solidária. A proposta do associativismo e do cooperativismo nesta atividade tem suas bases na autonomia dos sujeitos, na cooperação e na distribuição equitativa dos benefícios (BETTI, 2012).

Outras interpretações enfatizam o TBC como um movimento social de resistência ao “turismo de massa”, como uma resposta às contradições da produção hegemônica do espaço turístico (CRUZ, 2009), tendo o TBC vindo a reboque da luta organizada de comunidades litorâneas contra a especulação imobiliária e a favor da sua permanência nos territórios (COSTA, CATÃO, PRADO, 2009).

Nesse sentido, podemos afirmar que esse modo de organização chama a atenção de pesquisadores devido às especificidades que o diferem dos convencionais do turismo moderno. Este último é normalmente atrelado a um mercado organizado em oferta e consumo de serviços padronizados a partir de diferentes motivações, como busca por conhecimento, pelo encontro com o outro ou para contemplar lugares e atrativos icônicos.

Cabe destacar duas características fundamentais do TBC: 1) a autodeterminação dos povos e das comunidades tradicionais e locais instituindo o protagonismo nos processos de definição e organização sobre como, quando e onde o turismo e a visitação ocorrem e quem está envolvido como trabalhador, consumidor e parceiro; 2) os modos de fazer e pensar o turismo contra-hegemônico sendo uma ferramenta de resistência, de pertencimento, de diálogo com o outro e de difusão das lutas em relação à questão social — classe, étnico-racial, gênero — desafiando as hegemonias presentes na produção de tal atividade (BOTELHO, RAIMUNDO, 2023).

É nessa perspectiva que algumas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) têm se organizado e protagonizado o processo de desenvolvimento do turismo no território protegido, evidenciando os aspectos culturais e de pertencimento, buscando, assim, descobrir e fortalecer a memória social em torno do “ser quilombola”. As CRQs ou comunidades quilombolas constituem territórios especialmente protegidos autorreconhecidos por afro-brasileiros — descendentes africanos —, os quais mantêm uma continuidade

histórica, vinculada à escravidão no Brasil, entre os séculos XVI e XIX (BRASIL, 2013).

Até a data de 31 de outubro de 2023, a Fundação Cultural Palmares emitiu um total de 2.989 certidões para CRQs no Brasil representando o reconhecimento oficial dessas comunidades. Além disso, 3.669 comunidades quilombolas foram reconhecidas e registradas pela Fundação Palmares, especificamente no estado do Rio de Janeiro, com 43 comunidades reconhecidas e com certidão.

Outro passo importante no processo de regulamentação é a titulação das terras, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); porém ainda são muitas as comunidades reconhecidas aguardando a finalização desta etapa, a qual exige pesquisas para caracterizar a situação social, econômica e política desses grupos (FUNDAÇÃO PALMARES, 2023).

São muitos os desafios a serem enfrentados, com o intuito de reconhecê-las de fato. Apesar dos significativos avanços alcançados a fim de reconhecer os quilombos como “elementos de resistência, campo de afirmação da identidade étnica e de estruturação social”, as políticas públicas direcionadas às CRQs sofreram um desmonte grave durante a administração federal entre 2019 e 2022 e precisam ser reconstruídas neste novo cenário governamental aberto a partir de 2023, a fim de garantir o acesso a direitos sociais, como acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, direitos, cidadania e inclusão produtiva.

Tal fato demonstra que os quilombolas “continuam sendo um público em situação de extrema vulnerabilidade social” e que as políticas públicas ainda precisam avançar (CRUZ, 2016, p. 112-113). Nesse sentido, o turismo deixa de ser prioridade; mas, quando ocorre, pode ser uma ferramenta para dar visibilidade às lutas, resistências e conquistas em relação à pauta central, quais sejam, a garantia de direitos sociais e a permanência nos territórios saudáveis.

Especificamente a respeito das políticas públicas direcionadas ao fomento do TBC em territórios quilombolas, Cruz (2016) analisa que é fundamental uma ação interministerial. Seria importante a articulação entre Ministério do Turismo, Ministério da Igualdade Racial e Ministério da Cultura e Fundação Palmares, com o propósito de juntos criarem e implementarem políticas públicas considerando a especificidade social, cultural e histórica dessas comunidades. Cabe salientar a iniciativa da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR) encabeçar uma campanha internacional com intenção de promover o afroturismo brasileiro no exterior em parceria com instituições, empresas e organizações sociais (EMBRATUR, 2023). Embora não seja diretamente relacionado a turismo em CRQs, reconhecemos que, mesmo pequena diante dos desafios

vivenciados por quilombolas em nosso País, esta iniciativa pode ter repercussões positivas naqueles com o turismo e a visitação em seus territórios já consolidados.

Nessa direção, o fomento à visitação e ao turismo em tais territórios tem sido uma possibilidade averiguada e implementada diante do contexto atual de busca de caminhos para o autorreconhecimento, a afirmação e a valorização do patrimônio cultural e natural quilombola, levando também em consideração a necessidade de alternativas socioeconômicas para a manutenção de jovens nos seus territórios no contexto das pressões das sociedades capitalistas e ocidentalizadas.

Ademais, e de modo mais profundo, o turismo pode ser uma ferramenta de denúncia, de sensibilização e de engajamento na luta pela questão quilombola frente às diversas expressões de racismo que recaem historicamente sobre essas comunidades e que precisam, urgentemente, ser enfrentadas com vistas à reparação.

A URGÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO AMBIENTAL NO CONTEXTO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Um dos reflexos do modo como a humanidade capitalista se desenvolveu no seu meio ambiente, impulsionado pelo atual modelo econômico, é a perda de habitats naturais — de cobertura vegetal original dos ambientes — acabando por precarizar a vida. Essa forma predatória de determinadas sociedades interagirem com o meio ambiente manifesta a crença de a natureza ser fonte inextinguível de recursos e serviços (CUNHA, 2014). A ideia da sociedade ocidentalizada em relação à natureza, como diz Krenak (2019), é fruto de um “assalto” cometido pelas corporações na reprodução do que o autor chama de mito da sustentabilidade.

O Brasil é um dos países mais biodiversos do mundo, porém fortemente desigual em termos sociais (HERCULANO, 2006). Segundo um conceito desenvolvimentista, configurou-se então no País um padrão de desenvolvimento concentrado e ainda excludente, isso se dá por razões históricas, fazendo com que parte do território brasileiro permaneça com seu potencial de desenvolvimento subexplorado (FISCHER et al., 2020). Desde uma perspectiva da ecologia política, a análise da problemática ambiental deve considerar também os conflitos socioambientais associados ao processo de apropriação de recursos naturais para a produção de mercadorias (HERCULANO, 2006). E, embora qualquer atividade humana transforme o ambiente, os impactos são distribuídos de maneira desigual.

Tal desigualdade se manifesta também no não acesso, configurando-se assim uma relação lógica entre acumulação de riqueza e contaminação do ambiente. O desenvolvimento se mantém desigual e combinado ao processo de acumulação capitalista, gerando o uso desigual dos recursos naturais pelos países de renda mais elevada (ALIER, 2007).

Além de toda dimensão social de como esses impactos são produzidos e distribuídos, existe a **dimensão de raça**. Um dos efeitos dessa desigualdade pode ser **enxergado**, por exemplo, no fato de, historicamente, as populações negras virem sofrendo com a falta de saneamento básico em diversas regiões do Brasil e do mundo (JESUS, 2020) e, no caso deste capítulo de livro, em específico, na Região Hidrográfica da Baía de Guanabara – RHBG (JESUS, 2021).

Saneamento e raça/racismo têm uma relação tão antiga quanto à colonização (JESUS, 2020). A partir desse contexto, compreendendo a distribuição de serviços de manutenção à vida, levanta-se a hipótese de que as regiões com maior concentração percentual de minorias raciais serão, conseqüentemente, mais afetadas com desastres ambientais, poluição industrial e a omissão do Estado (SOUZA, 2021). É necessário racializar os debates, pois, em um sistema onde a raça define o estado de vida, não a ter como categoria principal dos debates é não considerar os reais problemas e conflitos do mundo, bem como suas raízes (ALMEIDA, 2018).

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, apenas em 1888. Esse foi um período de anulação dos valores da cultura negra feita pelos colonizadores, com o objetivo de legitimar a dominação (CARVALHO, 2016). Racializando então o debate ambiental, entende-se tal omissão do Estado configurar-se como um quadro de iminência do racismo ambiental.

O termo racismo ambiental surge no âmbito do Movimento de Justiça Ambiental nos EUA, na década de 1980, “a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 17). Dr. Benjamin Chavis empregou, pela primeira vez, a expressão “racismo ambiental” para caracterizar “a imposição desproporcional — proposital ou não — de rejeitos perigosos às comunidades de cor”, através de sua investigação em relação ao despejo de resíduos tóxico-poluentes ambientais nas proximidades de populações negras norte-americanas (PINDERHUGHES, 1996, p. 241). Nesse sentido, o racismo ambiental é uma articulação do racismo institucional que naturaliza as situações de vulnerabilidades socioambientais de pessoas negras, indígenas e racializadas. Tendo em conta o teor da definição do conceito de racismo ambiental, o autor Jesus (2020) defende se tratar de uma forma institucionalizada de discriminação. Segundo Cristiane Faustino, as principais vítimas desse

tipo de racismo são as populações pobres e negras, além das indígenas, quilombolas e das de outros grupos étnicos e racialmente excluídos dos processos e da participação política e em desvantagem econômica.

É possível caracterizar como racismo ambiental qualquer política, prática ou diretiva, conduzida por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares que afete ou prejudique racialmente, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, as condições ambientais de moradia, trabalho ou lazer de pessoas, grupos ou comunidades (BULLARD, 2000). Sendo assim, ele é um instrumento reforçador e perpetuador das estruturas de desigualdade. O racismo ambiental é um produto da colonização tradicional que exerceu controle sobre territórios já ocupados, subtraindo direitos e bens, atuando ainda na contemporaneidade por meio do que se pode chamar neocolonialismo (HERCULANO, 2006).

Pensar o racismo ambiental a partir do território e da territorialidade (HAESBAERT, 2004) é relevante, pois levam-se em consideração os agentes que, segundo Milton Santos (2006), sofrem e sofrem nesses espaços. A partir disso, vale reforçar estarem situadas no debate do racismo ambiental tanto as populações negras urbanas de favelas, periferias e subúrbios quanto as populações negras tradicionais do campo, da floresta e das águas, como quilombolas, caiçaras, marisqueiras, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhos e seringueiros, comunidades essas que vivem em situação de injustiça socioambiental (JESUS, 2020).

Por muito tempo, as comunidades quilombolas foram invisibilizadas pela sociedade brasileira e pelas ciências carregando ainda estigmas de múltiplos estereótipos de opressão historicamente interseccionados, sejam de raça, classe, religião e cultura, entre outros. Essas comunidades ainda são alvos intensos dos “descarregos” da desigualdade, marcadas pela marginalização das políticas públicas, pela exclusão e opressão por buscarem seus direitos (CARVALHO, 2016).

Essa caracterização de um grupo específico de pessoas, a quem lhe é negado o acesso a direitos básicos e constitucionais, configura um quadro crítico de injustiça ambiental contra a população socialmente racializada (BULLARD, 2004; ACSELRAD; HERCULADO; PÁDUA, 2004). Diante desses pontos que destacam a importância das comunidades tradicionais e, ao mesmo tempo, o descaso, tais reflexões vêm ao encontro da importância

social e cultural do território e da sua relevância para a conservação da natureza e da cultura.

CONHEÇA O QUILOMBO DO FEITAL E AS POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO AMBIENTAL POR MEIO DO TURISMO

Os negros que viviam na região de Magé eram, em sua maioria, africanos e crioulos (descendentes de africanos nascidos no Brasil) resistentes à condição de escravização, aquilombando-se nas matas da região — hoje parte da Baixada Fluminense. Muitos deles situaram-se ali forçosamente, exercendo resistência ao sistema escravagista com a formação de quilombos. O Quilombo do Feital é uma dessas comunidades, habitada por uma população majoritariamente negra, sendo a segunda comunidade quilombola reconhecida em Magé (CARVALHO, 2016). Acredita-se que a formação do Quilombo do Feital tenha surgido nessa conjuntura, ou melhor, como forma de resistência a esse contexto histórico.

A necessidade de destacar Magé como abastecedor de produtos para o Rio de Janeiro desde sua origem — e ainda local de passagem na dinâmica econômica desde o começo da colonização até o Império — justifica os casos de devastação dos manguezais, porquanto, nesse período de ascensão mercantilista do município, especulação imobiliária e migração, houve uma pressão não somente sobre as populações tradicionais que ali habitavam, como pescadores e indígenas, mas também sobre os ecossistemas (CARVALHO, 2016). Com base nessas circunstâncias, pode-se entender também a situação atual, porém histórica, de devastação do manguezal e da vegetação nativa de Magé tanto a partir da urbanização quanto do período de ascensão e importância econômica.

Segundo os habitantes da região, Piedade, bairro onde o Quilombo do Feital está localizado, era uma porta de entrada ilegal de escravos no Rio de Janeiro e um local de resistência. Nele, existia também a Praça do Leilão, onde funcionava o porto de embarque e desembarque de escravos após a proibição do tráfico negreiro a partir de 1831. A origem do nome do quilombo é herança da antiga fazenda que deu origem à comunidade, Fazenda Feital (informação verbal). Abriga aproximadamente 70 famílias e tem como característica marcante, para além do ser quilombola, fazer parte da comunidade pesqueira de Magé executando a arte de cata de caranguejo e de pesca,

sobrevivendo assim dos rios e mangues do entorno da região (informação verbal).

No entanto, apesar da importância histórica, a comunidade é hoje uma das localidades do município menos favorecidas, sofrendo com sucessivas invasões (CARVALHO, 2016). O Quilombo do Feital foi certificado como Território Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 8 de novembro de 2018. Inicialmente o processo foi mediado pelo Programa de Educação Ambiental (PEA) e pelo Plano de Acompanhamento das Interferências na Atividade de Coleta Artesanal (PAIACA) do Sistema Dutoviário do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que se inserem no contexto da implementação das ações de mitigação propostas nos estudos ambientais (EIA/RIMA e outros), no Projeto Básico Ambiental (PBA) e em condicionantes específicas das licenças que constam do processo de licenciamento ambiental do Sistema Dutoviário do Comperj, acompanhado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do estado do Rio de Janeiro.

Após o processo de autodefinição do Quilombo, a comunidade participou ativamente de processos de formação em TBC, em 2018, junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), à UNIRIO e à UFRRJ. Nessas formações, o senso de pertencimento foi construído na comunidade entendendo a necessidade de ela se constituir, para além de uma comunidade quilombola, como uma associação, um espaço de acolhimento, assistência e reivindicação que fosse regularizado. Sendo assim, nasce, em 2018, a Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo do Feital (ACORQF) — informação verbal).

Atualmente, a comunidade enfrenta diversos desafios sociais e econômicos, como, por exemplo, a existência de uma única creche no bairro, o que obriga as crianças a se deslocarem até outras áreas para poderem avançar em suas etapas escolares. Também têm sido recorrentes os relatos dos habitantes sobre o aumento da criminalidade na área. Muitos moradores já viveram da pesca e da coleta de caranguejos nos mangues da região, então para além de tentarem realizar uma venda dos pescados em feiras locais, baixa quantidade de peixes tem forçado os(as) moradores(as) a trabalhar na cidade do Rio de Janeiro — informação verbal).

Além disso, é importante referendar que, para além da importância histórica e cultural, o Quilombo se comporta como um espaço político, de reivindicação, luta e conquistas, direitos, refúgio e resistência às desigualdades sociais. Por isso, suas paredes expõem sua trajetória política de construção. Documentos como a própria Constituição brasileira ou a Lei 6040 — que caracteriza os povos e as comunidades tradicionais —, entre outros, estão expostos no espaço.

Destaca-se aqui como o debate acerca do TBC começou no Quilombo do Feital, visto que, mesmo sendo uma iniciativa organizada e gerida pela comunidade, foi inspirada e idealizada junto ao ICMBio, administrador da Área de Proteção Ambiental Guapi-Mirim (APA Guapi-Mirim), que, com a finalidade de fomentar a educação ambiental e a gestão participativa, desenvolveu o projeto “Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na APA Guapi-Mirim”. Tal projeto operou em parceria com diversas entidades públicas e da sociedade civil, com destaque para a UNIRIO e a UFRRJ. A ação teve como objetivo capacitar comunitários, com o intuito de cooperar na estruturação de iniciativas de TBC na área protegida (FUKUDA, et al., 2019).

Assim, inserido nessa atividade, o Quilombo passou a se organizar no seu fazer turístico, juntamente com a Rede Nós da Guanabara, seguindo de forma individualizada, pois são muitos os desafios em prol da consolidação das iniciativas na região. Contudo, ressalta-se a citada rede ter potencial de expansão em vista dos atores que a compõem — em sua maioria pescadores artesanais. A rede é importante para o fortalecimento das iniciativas de TBC na região; e ela tem demandado dos diferentes poderes seus “direitos sociais para a garantia do bem-estar e, conseqüentemente, a redução das desigualdades sociais e a sensibilização dos visitantes para a importância do patrimônio natural e dos saberes e fazeres das comunidades locais” (FUKUDA, et al., 2019, p. 206).

Hoje, em um movimento de fortalecimento das suas iniciativas de TBC, o Quilombo do Feital busca responder às desigualdades socioambientais e reivindicar políticas públicas locais com o propósito de fortalecer, acima de tudo, seu território e possibilitar alternativas para além de sua sobrevivência, construindo coletivamente as estratégias de composição de um futuro possível para a população tradicional quilombola.

Uma dessas estratégias refere-se à tecnologia social ancestral aplicada no quilombo, a construção do biodigestor, esse é um resultado ligado ao enfrentamento direto do racismo ambiental, possível também de ser associado ao processo de participação da comunidade nas reivindicações de melhorias para o Quilombo. A aplicação dessa técnica no território foi possível a partir do Projeto Guanamangue (ONDAZUL/FUNBIO) no eixo de Educação Ambiental e Fortalecimento Comunitário. A comunidade já está avançando no TBC, e o biosistema integrado fortalecerá a visitação, fomentará a discussão sobre políticas públicas locais de saneamento básico e saúde e trará o reconhecimento do local.

Entre algumas das práticas de TBC realizadas no Quilombo do Feital estão o artesanato de taboa², a contação de histórias feita pelas griôs do Quilombo, a produção artesanal de colorau a partir da semente do urucum, a visita ao manguezal com demonstração da cata de caranguejo, a culinária quilombola, a visita ao biodigestor do Quilombo, além das práticas vinculadas ao trabalho da associação fortalecendo a gestão comunitária e a visibilidade do Quilombo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes frentes de luta do Quilombo do Feital demonstram ter-se como prioridade o enfrentamento do racismo em suas variadas dimensões de violência, incluindo no contexto ambiental e a titulação da terra e o turismo não ser a questão central, embora este seja demandado por visitantes e instituições parceiras. Nesse sentido, tal turismo torna-se uma ferramenta de diálogo, de compartilhamento de saberes e de experiências, de aprendizados e trocas. Nos encontros com o outro, ele pode colaborar no fortalecimento da noção de pertencer a um território, de vínculos e memórias sociais e coletivas. É assim o que entendemos por essência do turismo: o encontro com o outro, logo, consigo próprio.

Na leitura que concordamos para este trabalho, TBC, tem potencial para ser desenvolvido na comunidade do Feital, assim como tem sido protagonizado por outras CRQs em várias regiões do Brasil. Contudo ele apresenta em si muitas contradições próprias da reprodução do turismo nos espaços. Ademais, as CRQs enfrentam outro desafio: o racismo ambiental.

O fato de o turismo ser pensado e articulado pelas comunidades é positivo, pois decidir sobre como, quando, onde e com quem ele se desenvolve é respeitar a autonomia dos povos tradicionais do Brasil, prerrogativa indispensável para o aquilombamento, para o enfrentamento contra-hegemônico dos modos insustentáveis de reprodução da vida. Mas o turismo também introduz, inevitavelmente, uma lógica de mercado a territórios tradicionais. O risco é um limite tênue entre reproduzir o mercado e produzir contra-hegemonia: ”, ou contracolonizar, como diria o mestre quilombola Nego Bispo³.”

Destaca-se que o TBC por si só não será capaz de superar os desafios e as negações impostas pelo racismo ambiental. Com o intuito de pensar esse enfrentamento, é necessário fincar raízes na **Educação Ambiental** por meio de um viés crítico,

2 A taboa (*Typha domingensis*) é uma planta aquática nativa do Brasil, com inflorescências em formato de espigas, muito ornamentais, dispostas acima das folhagens, que atingem até 3 m de altura.

3 Uma das principais vozes do pensamento das comunidades tradicionais do Brasil, quilombola do Saco-Curtume, no Piauí

transformador, emancipatório, mas, além de tudo, contextualizado a partir do território desde uma perspectiva da gestão ambiental pública, como proposto por Quintas (2006). A partir da percepção do TBC como ferramenta baseada no encontro capaz de promover o fortalecimento comunitário, entende-se que ele, associado a práticas de EA, pode ser compreendido como uma estratégia de organização social, com o fim de enfrentar a desigualdade socioambiental e as dinâmicas do racismo ambiental.

No TBC desenvolvido no Quilombo do Feital, tem-se construído uma iniciativa que leva em consideração as histórias de vida, a memória oral, a cultura popular e os saberes locais. Além disso, tal ação se compromete com a realidade social dessa comunidade, evidenciando e justificando o tema desta escrita, que tem em conta o modo de ser, fazer e viver de tais comunidades, contando, assim, suas histórias.

Isso posto, necessário se faz estar vigilante na construção de modos de produção e consumo do turismo, de parcerias, e de políticas públicas priorizando projetos que visem contribuir para garantir o que é básico e de todas e todos: o direito ao território saudável para reprodução da vida em toda sua plenitude e complexidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 2004.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Justificando, 2018.

AYALA SUAREZ, Y A; VIANCHÁ SÁNCHEZ, Z H; CRUZ VÁSQUEZ, J L. Tourism and the Transformation of Social Capital in Rural Communities. **Apuntes del Cenes**, 42(76), 123–152. 2023.

BETTI, P. 2012. Turismo Comunitário na Economia Solidária. **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Disponível em: <http://bit.ly/2oZB6oW>. Acessado em abr./2017.

BOTELHO, Eloise Silveira; RAIMUNDO, Sidnei. Aporte teórico-conceitual sobre as parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 16, n. 3, 2023.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola: guia de políticas públicas para as comunidades quilombolas**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília – DF. Disponível em: <http://bit.ly/2saTZ5P>. Acessado em out./2024.

BULLARD, R. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. Rio de Janeiro: Relume Dumarã, 2004.

BULLARD, Robert. Environmental Justice: Grassroots Activism and Its Impact on Public Policy Decision Making. In: *Journal of Social Issues* 56:555-78. 2000.

CAÑADA, Ernest. Implicaciones socioambientales de la construcción del espacio turístico. In: **Ecología Política: cuadernos de debate internacional**. N. 52. 2017, p. 12-16.

CARVALHO, Camila Abreu. Quilombo de Maria Conga em Magé: Memória, Identidade e Ensino de História. Orientador: Dra. Keila Grinberg. 2016. 80 f. Monografia (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, [S. l.], 2016. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/repair/ppp/pdf/Dissertacao_Camila.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. **Aportes y Transferencias**, 12(2), 25-45. 2008.

CRUZ, R. C. A. “Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira.” In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009.

CUNHA, F. A. G. C. D. **Unidades de conservação como fornecedoras de serviços ambientais**. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, p. 183. 2014. Dissertação (mestrado). Orientador: Prof. Dr. Ricardo Augusto Pessoa Braga. Densidade demográfica: IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

EMBRATUR. Embratur avança por parceria com organizações do afroturismo. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/04/03/embratur-avanca-por-parceria-com-organizacoes-do-afroturismo/>. Acessado em 03/dez/2023.

FISCHER, Tânia et al. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento territorial. *Organizações & Sociedade*, v. 11, 2020.

FUKUDA, J. C.; BOTELHO, E. S.; BENDELAK, O. J. S.; RODRIGUES, C. G. O. Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, Baía de Guanabara, Brasil. III Congresso de Áreas Protegidas de Latinoamérica y el Caribe. Informe Técnico III CAPLAC. Lima. Peru. Disponível em: <https://www.areasprotegidas-latinoamerica.org/documentos-finales/>. 2019.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. **Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental, 2006**. Anais. Disponível: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bacismo_ambiental_pdf.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.

JESUS, V. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 29, n. 2, e180519, 2020.

JESUS, Victor de. Genocídio e Eugenia na Sociologia Brasileira: análise da agenda de pesquisa da Sociedade Brasileira de Sociologia (2000-2020). In: **20 Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2021, Belém (PA). Anais de Congresso - CP14 Sociologia das Relações Étnico-Raciais, 2021. v. 20.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

PINDERHUGHES, R. The Impact of Race on Environmental Quality: An Empirical and Theoretical Discussion. *Sociological Perspectives*, v. 39, n. 2, 1996, p. 231-248.

REZENDE, R. O. Abordagens teóricas sobre turismo comunitário. In: CORIOLANO, L.N. (Org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

PRO-POOR TOURISM. **What is pro-poor tourism?** Disponível em: <http://bit.ly/2xzQpK4>. Acessado em out./2017.

SOUZA, Pammella Casimiro de. **Escre(vi)vendo a baixada:** (des) estruturação do racismo ambiental no bairro de Campos Elíseos. 2021. 109 f. TCC – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/RSY39. Acesso em: 22 ago. 2021.

UNWTO. **Tourism on track for full recovery as new data shows strong start to 2023**. UNWTO, 2023. Disponível em: <https://www.unwto.org/news/tourism-on-track-for-full-recovery-as-new-data-shows-strong-start-to-2023>. Acessado em 03/dez./2023.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno virtual de turismo**, v. 8, n. 2, 2008.

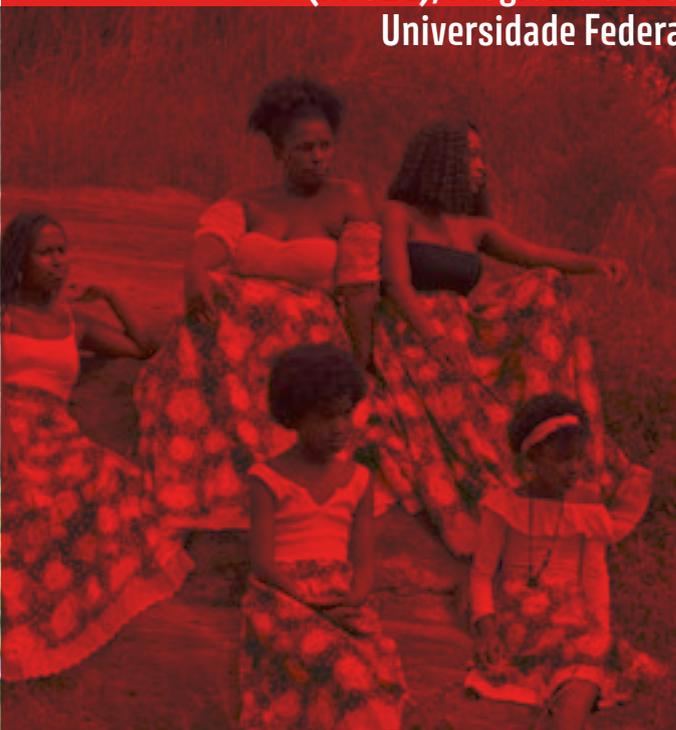


Capítulo II

ACIONANDO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO DE UMA CULTURA ANTIRRACISTA

Maria Amália Silva Alves de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação
(PPGEC); Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS);
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)



APRESENTAÇÃO

O presente texto refere-se as reflexões elaboradas por ocasião do segundo módulo do curso voltado para populações quilombolas do estado de Minas Gerais interessadas em adotar o denominado Turismo de Base Comunitária (TBC) como estratégia de diversificação de atividades em seus territórios. Sob a denominação “Cultura”, o módulo foi pensado como um instrumento de análise acerca das potencialidades de pensar as culturas através de seus patrimônios e memória enquanto fator de ressignificação social e enfrentamento de questões socioculturais a partir do Turismo.

Dessa forma, cabe alertar o leitor que o texto a seguir não se insere em um manual cujo conteúdo atende a qualquer realidade, pois esta é sempre complexa e inerente a condições de produção emergentes no próprio contexto de interações sociais, disputas e conflitos entre grupos culturais e no embate entre forças hegemônicas e subalternizadas. Diante desse entendimento, cabe então salientar que as culturas operam a partir de valores simbólicos atribuídos culturalmente aos aspectos materiais e imateriais que compõem as pluralidades de agrupamentos humanos.

Destacando as noções de patrimônio, de elaborações memoriais e identidades dos grupos culturais, a reflexão aqui exposta pretende demonstrar as potencialidades da relação entre memória e patrimônio para fins turísticos, enfatizando o papel pedagógico e político da referida atividade quando comunidades tradicionais a acionam como estratégia de diversificação de suas atividades produtivas. A proposta aqui reside em demonstrar que a rentabilidade da atividade turística em tais territórios não se restringe ao âmbito econômico. Nesse sentido, quando se trata de TBC e, em especial, em territórios quilombolas, o turismo deve ser compreendido, sobretudo, enquanto ferramenta de visibilidade da cultura do grupo e, assim sendo, difundir suas questões, produções e condições de resistência.

Por fim, cabe o registro de o texto apresentado configurar-se em compilação de artigos e capítulos de livros escritos pela autora e que refletem o amadurecimento de seu pensamento quanto aos processos de patrimonialização, de construção de

identidades e do trabalho de elaboração e resignificação de memórias mediadas por processos de turismização⁴.

1 CONCEITO DE CULTURA EM PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

A etimologia da palavra antropologia é formada por dois substantivos de origem grega, são eles: *anthropos* = homem e *logos* = estudo ou razão. Resulta daí a tradução “estudo do homem” ou “lógica do homem”. A antropologia faz parte do campo das ciências, sendo inserida nas denominadas ciências humanas ou sociais e tem por finalidade o estudo e a pesquisa de semelhanças e diferenças culturais entre os vários agrupamentos humanos, assim como da origem e a evolução das culturas.

A antropologia cultural vem a ser o estudo do homem e das sociedades humanas na sua vertente cultural. O surgimento dessa subdisciplina reflete em parte uma reação contra a noção antiga de oposição entre “cultura” e “natureza”. De acordo com esse entendimento, alguns humanos viveriam num “estado natural”, isto é, de pura natureza, e outros em estado de cultura. Ao criticarem essa percepção, os antropólogos argumentam que a cultura é “natureza humana” e que todas as pessoas têm a capacidade de classificar experiências, codificar classificações simbolicamente e transmitir tais abstrações, pois a cultura é aprendida. A prova disso são os homens irem rompendo com suas limitações, diferindo, por isso, dos outros animais, tendo em vista ser o único a possuir cultura. Mas o que é cultura?

1.1 Cultura e sociedade: definições

Muitas vezes as palavras cultura e sociedade são usadas como termos equivalentes, não propriamente como sinônimos, e sim transparecendo o mesmo significado e sentido. De fato, elas compartilham muitos sentidos e se operam de maneira semelhante. Sociedade compreende o conjunto dos indivíduos não como soma populacional indiferenciada, mas agrupados em circunstâncias comuns de existência. Os sociólogos conceituam essas situações como instituições e categorias sociais que são parcialidades de um todo. São exemplos mais evidentes a família, a vizinhança, a vivência na cidade ou no campo (urbanidade e ruralidade), o trabalho, a educação e outras condições de vida.

4 O conceito de “turismização” designa fenômenos — ou percepções destes — a partir da perspectiva de um processo. Assim, turismização é um processo histórico de construção de um fenômeno associado a um processo de interiorização das diferentes facetas do turismo pelos grupos e pelas pessoas que influencia nas relações e no modo de vida de determinado lugar (Mendonça, 2010).

Os indivíduos se comportam de acordo com sua participação nessas categorias, isto é, cada uma delas tem uma influência de comportamento coletivo sobre eles. Ser membro de tal ou qual família implica atitude tal ou qual; ser cidadão dessa ou de outra cidade significa ter tal ou qual visão de mundo (OLIVEIRA, 2016).

Falando em atitudes e visões de mundo, falamos em cultura. Assim, a sociedade, em suas parcialidades ou em sua totalidade, se rege pela cultura, por um modo de ser coletivo partilhado por seus membros. Pertencendo a determinada categoria social, os indivíduos têm participação coletiva dentro dessa categoria a qual, por sua vez, se integra ao todo da sociedade. Isto é, cada categoria social abriga comportamentos e modos de ser coletivos, podendo ser vistos como cultura. Cultura aqui seria uma dimensão da sociedade. Uma metáfora para ajudar a compreender a questão seria a da sociedade ser como um esqueleto sustentado por músculos, nervos e carne que conformariam a cultura (OLIVEIRA, 2016).

Portanto, sociedade é um todo de indivíduos agrupados em categorias sociais constituindo-se por diferenciação, mesmo não resultando em desigualdade. Já a cultura teria uma função muito importante: dar coesão, integridade ao que é necessariamente dividido. Em uma sociedade igualitária, a divisão se dá entre famílias, grupos de idade etc., formadoras de interesses próprios; a cultura seria aquilo que passa por cima dessas diferenças e faz todos se sentirem um só. Desse ponto de vista, a cultura seria uma vivência mantenedora do todo, produtora da unidade daquilo que é desigual. Seria uma categoria de conservação.

A tendência natural da espécie humana para viver em sociedade é desenvolvida pelo processo de socialização, pelo qual o indivíduo se integra no grupo onde nasceu, assimilando sua cultura. A socialização é o ato de transmitir ao indivíduo, de inculcar em sua mente os padrões culturais da sociedade. É o processo social mais global.

Já, ao longo da história humana, a cultura ocupou uma série de sentidos ou noções que acabaram por produzir uma amplitude de acepções ao termo. Para efeito de análise, a antropologia cultural propôs o agrupamento dos diversos significados do referido conceito para, a partir daí, elaborar o conceito antropológico de cultura. A seguir, fornecemos um quadro para melhor visualização dessas noções.

NOÇÃO	INTERPRETAÇÃO
Cultura como sinônimo de erudição	Primeiramente, a cultura foi vista por esse prisma. Sua noção estava associada ao ser culto, ou seja, a possuir um determinado conhecimento e refinamento social. O conhecimento que colocava o indivíduo na condição de ser culto concentrava-se nas áreas da filosofia, literatura, história, entre outras. Já o refinamento estava atrelado aos modos de comportamento, à etiqueta social demonstrada por uma classe social considerada superior.
Cultura como hábito e costumes	Parte do princípio de a cultura ser composta por hábitos e costumes que representam ou identificam um modo de ser de seus membros. Em geral, esses costumes são reconhecidos como singulares e específicos.
Cultura como arte e manifestações	Neste caso, a cultura diz respeito a determinadas manifestações e a produção artística de um grupo social. Inclui-se aqui o percebido como folclore, tradição e cultura material.
Cultura como identidade de um povo	Esta noção enfatiza que a identidade de um povo se forma em torno de elementos simbólicos compartilhados. Esses elementos incluem os valores que permitem às sociedades lidarem com as diferenças que as dividem.
Cultura como “um todo complexo”	É a noção mais abrangente de cultura. Foi formulada por Edward Tylor em 1871 e explica que é tudo aquilo que o homem vivencia, realiza, adquire e transmite por meio de sua experiência.
Cultura como dimensão que dá sentido	A cultura seria a dimensão que perpassa e está em todos os aspectos da vida social, dando sentido aos atos e fatos ocorridos em uma sociedade.
Cultura como padrão, modelo ou estrutura	Considera que a cultura é aquilo por detrás dos costumes e atitudes de um grupo cultural. Neste caso, a cultura é um sistema ou estrutura que estaria por trás dos processos inconscientes determinantes dos modos como as pessoas se comportam, pensam e se posicionam perante o mundo.

Fonte: OLIVEIRA, 2016.

Diante de tantas noções sobre cultura, e com a intenção de servir como instrumento de reflexão, o conceito antropológico a ser adotado sobre ela a partir de agora pode ser resumido como o modo próprio de ser do homem em coletividade. Nessa perspectiva, cultura envolve todo o conjunto caracterizador de um determinado agrupamento humano. Ela compreende o complexo que inclui conhecimentos, artes, leis, crenças,

moral, costumes, enfim, tudo aquilo adquirido pelo ser humano como membro de sua comunidade (OLIVEIRA, 2016).

Em um sentido metafísico, cultura é uma espécie de “segunda natureza” do homem, uma mediação ou lente que lhe permite formar noções sobre si mesmo e sobre o mundo ao seu redor, ao mesmo tempo em que faz o homem agir. Num sentido prático, cultura é tudo aquilo que faz o homem parcialmente consciente e parcialmente inconsciente, além daquilo que sua natureza biológica lhe possibilita realizar (OLIVEIRA, 2016).

1.2 *Diversidade cultural*

Desde que o conhecimento científico começou a se preocupar com as diferenças de comportamento entre os diversos grupos sociais, houve várias tentativas de explicação para esse fato. Inicialmente, o esclarecimento com maior aceitação baseou-se nos argumentos biológicos; posteriormente, nos geográficos, até a antropologia propor uma nova explanação. As duas primeiras — biológicas e geográficas — utilizavam argumentos sem margem para a ação humana, sendo esta a grande crítica da antropologia. Por serem explicações extremamente “fechadas”, ambas ficaram marcadas por serem deterministas. Assim sendo, vejamos o dito pelos determinismos biológico e geográfico ao explicitarem a cultura humana (OLIVEIRA, 2016).

Determinismo biológico:

Tal explanação atribui às condições biológicas as diferenças percebidas entre os grupos culturais. As diferenças se expressariam em traços distintivos que seriam transmitidos de geração em geração pelo caráter hereditários dos genes. Dessa forma, comportamentos, habilidades, interesses, formas de distribuição de poder, padrões cognitivos, entre outras manifestações da cultura humana seriam determinados biologicamente (OLIVEIRA, 2016).

A Antropologia criticou a explicação acima mencionada argumentando que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. As genéticas não constituem um fator de importância primordial entre as causas das diferenças culturais, e sim a história e a configuração cultural de cada grupo. Assim, a explanação para as desigualdades de comportamento entre homens e mulheres, por exemplo, é a cultura, tendo em vista o comportamento de ambos ser resultado de um

aprendizado diferenciado, produtor das distinções entre eles (OLIVEIRA, 2016).

Determinismo geográfico:

Essa explicação para a diferença cultural entre os povos produziu as bases de uma primeira forma de geografia; enquanto conceito, o determinismo geográfico foi expresso primeiramente pelo alemão Friedrich Ratzel versando sobre as influências exercidas pelas condições naturais sobre a humanidade. O argumento dessa corrente sustentava a teoria de o meio natural ser uma entidade definidora da fisiologia e da psicologia humana, isto é, o homem seria produto da natureza ao seu redor (OLIVEIRA, 2016).

O determinismo geográfico sofreu grande influência da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, quem defendia que a luta entre as espécies ocorria basicamente pelo espaço. Com o determinismo geográfico, essa ideia foi estendida à humanidade (OLIVEIRA, 2016).

Os antropólogos se perguntavam acerca do posicionamento da explicação geográfica. Questionavam se as diferenças do ambiente físico condicionavam a diversidade cultural. Um exemplo dessa grande diversidade em um mesmo ambiente físico como a ocorrida entre os esquimós e os lapões — habitantes das regiões extremamente frias do Polo Norte — deixou claro para os antropólogos estar na própria cultura a diversidade entre elas (OLIVEIRA, 2016).

Pelo exposto, a conclusão é a de que as diferenças entre os homens não podem ser explicadas pelos determinismos biológico e/ou geográfico.

1.3 Características da cultura

Todas as culturas possuem aspectos fundamentais a elas:

a) A cultura é aprendida. O aprendizado corresponde ao traço diferencial que a distingue da natureza. Ninguém nasce investido de cultura, mas há um legado ancestral repassado através da história de vida de cada um;

b) As manifestações culturais são variáveis, múltiplas e diversificadas, o que não implica em uma valoração de superioridade de uma cultura sobre outra, e sim de diferenciação técnica. É de grande importância introduzir tal critério, de modo a evitar qualquer juízo de valor;

c) A cultura é ao mesmo tempo estável e mutável, operando em uma dualidade assentada no dinamismo que lhe é próprio. As alterações de seus elementos fazem parte do estímulo

do grupo. Ao lado do dinamismo, há, todavia, um continuum estruturante que evita o demasiado alargamento do fio condutor. A cultura resiste a uma mutação dissolvente porque o polo de sustentação se defende das rupturas, embora não impeça o movimento de mudança;

d) Os processos culturais se desdobram em pensamentos, ideias, instituições e objetos materiais. Embora a expressão “cultura material” se refira ao real/tangível, nela habitam também o mundo simbólico e o fantasioso. Há, por efeito, uma cultura material e outra não material;

e) A cultura revela-se como o instrumento por meio do qual o indivíduo se ajusta ao cenário local e adquire meios de expressão;

f) A cultura contém o princípio da universalidade — onde há um agrupamento humano no qual sua presença se instala. Na sua universalidade, prevalece uma “adequação” ao tempo e ao espaço. As modulações são inúmeras: especificidades e dissimilaridades, semelhanças e analogias. As singularidades enriquecem as culturas, tornando-as únicas, sem minorar, contudo, a perspectiva universal;

g) A cultura deriva de componentes biológicos, ambientais, psicológicos e históricos;

h) A cultura é estruturada em blocos, isto é, pontos em que mantêm uma relação mais estreita, sem, no entanto, deixar de estar interconectada a outros blocos. Exemplos de estruturas culturais em bloco: cultura religiosa, cultura da arte, cultura da juventude, entre outras.

Encerro a seção relativa a noções introdutórias sobre o conceito de cultura em perspectiva antropológica destacando poderemos interpretar o humano como um ser duplo, ou seja, dotado de natureza e cultura. A natureza é de onde surge o ser biológico, quem se torna cultural no percurso de sua temporalidade física interligada ao “trabalho” de transformação de sua vivência em sociedade.

Dessa forma, a cultura estabelece sua própria lógica, pois, tendo saído dos domínios da natureza, o homem ganha sentido pela cultura que o abriga. Nessa linha de raciocínio, o homem é um ser de coletividade, e a cultura é o somatório de todas as realizações das gerações passadas mais as da geração presente. Tais feitos manifestam-se através de aspectos materiais/tangíveis e imateriais/intangíveis.

Podemos então definir cultura como o modo próprio de ser do homem em coletividade, sendo esse processo um aprendido — parte consciente, parte inconsciente — de formas de

pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se, em uma palavra, de reproduzir-se.

2. A MEMÓRIA NO CONTEXTO DAS LEMBRANÇAS COLETIVAS

Na obra *A memória coletiva*, está exposto o argumento central de Maurice Halbwachs, ou seja, a tese de a memória ter um caráter coletivo. Ao defender este raciocínio, Halbwachs preconiza que o indivíduo só é capaz de recordar, pois pertence a algum grupo social; assim, a memória coletiva é sempre uma memória de grupo. Na teoria de Halbwachs, podemos observar que

o indivíduo só é capaz de construir e acessar lembranças na condição de membro de um conjunto, pois de forma individual as lembranças que forma não são sustentadas por muito tempo, por necessitar do apoio dos testemunhos de outros para alimentá-las e organizá-las. Para este autor, as memórias individuais se formam a partir da relação com o outro e teriam assim, um caráter relacional, formando-se na interação entre os indivíduos. Ainda na concepção do autor, a memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com auxílio de dados do presente. Esse processo de reconstrução é norteado pela seleção de aspectos, pois é impossível registrar tudo o que ocorreu em determinado momento e isto vale para o plano individual e para o coletivo. (OLIVEIRA, 2018).

Desta forma, apreende-se que

as construções memoriais sobre o passado revelam mais sobre o presente do que sobre o próprio passado, sendo este sempre parcial, incompleto e passível de alteração. As construções memoriais sobre o passado estão sujeitas a variações conforme mudam as relações sociais do grupo que as produz com outros grupos e processos; desta forma, a memória pode ser interpretada como um tipo de relação que se estabelece entre o presente e o passado. (OLIVEIRA, 2018).

Ainda no pensamento de Halbwachs,

o compartilhamento de memórias contribui para o estabelecimento de laços sociais, cumprindo a função social de manutenção e coesão dos grupos ao produzir elementos para a construção de uma identidade através

do sentimento de pertencimento ao grupo. Para o autor, quando uma memória deixa de existir, os laços sociais que a alimentavam e dela se alimentavam deixaram de existir, o que implicaria na perda de existência social do grupo cultivador da lembrança; perde-se então, as tradições, pois a memória não diz respeito somente a uma experiência localizada no passado, e sim ao que permanece vivo e orientando pensamentos, ações e práticas de indivíduos e grupos sociais no presente. (OLIVEIRA, 2018).

Ao debater sobre memória coletiva, Pollak (1989) acrescenta:

as memórias são compostas por três elementos: acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos consistem em eventos dos quais uma pessoa pode ter participado diretamente ou não. Nesta proposição, o autor inova ao trazer o conceito de acontecimentos vividos por “por tabela”, ou seja, acontecimentos que o indivíduo toma para si a partir de seu pertencimento a um determinado grupo; já no que diz respeito às pessoas, estas podem ou não fazer parte do convívio do indivíduo, tendo em vista que podem estar presentes na memória individual ou coletiva, pessoas que se tornaram conhecidas por serem figuras públicas; no que se refere aos lugares, estes são a base para o desenvolvimento das memórias do indivíduo ou do grupo. Ao propor esta noção de entendimento da memória, conclui-se que estas podem ou não se basear em fatos reais e que seu processo de construção é atravessado por imprecisões, incoerências, projeções e introdução de elementos não existentes. Tal processo, pode se dar de modo deliberado ou não, envolvendo ainda silêncios e esquecimentos operados de forma consciente ou inconsciente. E nesta linha de raciocínio, chega-se no ponto central da teoria de Pollak que envolve a noção de disputas e conflitos inerentes ao processo de construção e reconstrução de memórias. (OLIVEIRA, 2018).

O conceito de acontecimentos vividos por tabela está intimamente relacionado ao debate sobre identidades culturais. Em tal questão, Pollak (1992) se distingue de Halbwachs, pois

embora para ambos os autores a memória contribua para a formação de identidades, Halbwachs defende que a adesão dos indivíduos aos grupos se dá no plano afetivo e Pollak argumenta que esta percepção não evidencia processos de coerção e dominação presentes em processos de construção de memórias. Assim, para Pollak na medida em que cada grupo cultiva as lembranças que

lhes são caras, emerge uma diversidade de lembranças que conduz a construção de memórias a ser também um objeto de conflitos e disputas, exatamente pelo fato de que cada grupo busca salvaguardar suas visões sobre o passado e impor aos demais grupos. Do processo de disputas e conflitos pela construção de memória, o caráter seletivo que revela a incapacidade de registro de todos os eventos do passado é percebido por Pollak (1989) como “enquadramento”, sendo que a escolha do que será mantido para ser lembrado obedece a prioridades que não se dão de modo aleatório e os processos de “enquadramento” estão na base da construção de memórias hegemônicas. (OLIVEIRA, 2018).

Seguindo o pensamento de Pollak, podemos concluir o seguinte:

A eleição de memórias hegemônicas está intimamente relacionada à força do grupo que a representa e envolve o combate e exclusão das memórias de outros grupos, que passam então a ocupar uma posição de marginalidade. Pollak (1989) esclarece que a condição de marginalidade a que os grupos perdedores são relegados, assim como a opressão e silenciamento a que são submetidos, não impede a produção de suas memórias, e a esta modalidade de formação de lembranças denomina como “memórias subterrâneas”. Tais memórias são, entre outras, as dos grupos marginalizados, a das camadas pobres, ou seja, a dos sem representação diante do contexto hegemônico. (OLIVEIRA, 2018).

Por fim, a perspectiva de Pollak (1989) evidencia que

... as memórias coletivas são construídas em torno de disputas de como o passado deve ser interpretado e quem tem a legitimidade para o fazê-lo e assim, nesse embate que se inscreve no tempo, é que se produz o enquadramento da memória. Neste processo, uma determinada perspectiva sobre passado se institucionaliza,

pois progressivamente ela vai sendo construída, se torna vitoriosa e, conseqüentemente, hegemônica. (OLIVEIRA, 2018)

3. O DEBATE SOBRE PATRIMÔNIO PARA ALÉM DE SUA CONCEPÇÃO MATERIAL

Patrimônio é um termo que assume distintas concepções na atualidade. Nesse entendimento, cabe recuperar sua trajetória ao longo do tempo, assinalando que

Patrimonium, termo de origem latina, inicialmente estava relacionado aos bens de família, herança e posses. O fluxo temporal, assim como as mudanças resultantes das reorganizações sociais e históricas, produziu concepções distintas do termo, cujos significados cada vez mais foram incorporando valores até a atual concepção de “bem ou conjunto de bens naturais e culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passam por um processo de tombamento para que sejam protegidos e preservados”. A atual concepção de patrimônio envolve o entendimento de algo que deve ser respeitado e preservado, pois a “perda” seria um processo inerente ao que é considerado patrimônio. Nesse sentido, o patrimônio é percebido através de duas grandes dimensões: a natureza e a cultura. O patrimônio natural pode ser definido como sendo o conjunto de elementos da paisagem natural, englobando a flora e a fauna, cuja preservação é imprescindível pelo seu significado para a identidade do mesmo. Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado e redefinido na medida em que se revisa o conceito de cultura. (OLIVEIRA, 2014).

Sob a conceituação de patrimônio cultural, está associado

um conjunto de valores, como beleza, antiguidade, identidade, estética, curiosidade, entre outros, os quais foram sendo agregados nos últimos séculos. Nesse processo o significado da palavra patrimônio passou de tesouro artístico, destinado à contemplação por uma minoria de privilegiados, para monumento histórico-cultural, de interesse dos Estados-nação, representativo da identidade nacional que se desejava consolidar; posteriormente,

passou a representar culturas. Analisando esse processo de resignificação do patrimônio, percebemos que sua definição vai além dos valores históricos, artísticos, científicos, educativos e políticos e incorporam outros, que se relacionam com o território e com a construção da identidade cultural de uma população, sendo essa uma das características mais relevantes do conceito: ser tomado como referência para a construção de identidades culturais pelas mais diversas estruturas sociais e mesmo pelos cidadãos, em nível individual, de forma a converter-se no capital simbólico da sociedade. (OLIVEIRA, 2014).

Em *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio* (2005), José Reginaldo Gonçalves explica que

o patrimônio deve ser entendido como mediador entre mortos e vivos, deuses e homens, nacional e estrangeiro, podendo ser pensado como fato social total, tal como apontado por Mauss. No mesmo trabalho, Gonçalves ainda aponta características inerentes ao patrimônio enquanto conceito moderno. A primeira delas seria a ressonância, isto porque não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular ligação do presente com o passado. Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. Para o autor, o conceito articulado à concepção antropológica da cultura valoriza as relações sociais e simbólicas e estas no limite podem ser pensadas a partir da oposição entre o material e o espírito, tal como faz Bakhtin (1993), tornando-o indistinto na categoria. A terceira característica giraria em torno da construção das subjetividades, ou seja, o patrimônio por estar ligado ao passado, como algo herdado ao mesmo tempo em que construído/adquirido, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando de autoconsciência. (OLIVEIRA, 2014).

A afirmação de José Reginaldo Gonçalves quanto ao patrimônio como categoria de pensamento está relacionada à noção de que ele pode ser associado a um processo social,

pois um patrimônio é essencialmente histórico, de modo que seu significado sofre re-elaborações em função de interpretações do presente. No processo de seleção de patrimônios culturais, a história manifesta-se através de um discurso elaborado a partir das condições do presente, que construindo socialmente o passado apoia-se na concretude do patrimônio estabelecendo uma ponte com passado adotado coletivamente. Nessa linha

de raciocínio um elemento cultural não é um patrimônio por si mesmo, mas se torna patrimônio através de um processo de construção social. O patrimônio cultural eleito por determinado grupo ou comunidade detém os elementos considerados representações simbólicas da identidade cultural e se manifestam através da continuidade histórica, por representar um passado cuja ressonância, nos termos proposto por José Reginaldo Gonçalves, está associada ao presente do grupo ou comunidade. (OLIVEIRA, 2014).

O caráter abrangente do conceito permite atualmente a classificação em patrimônio cultural (de natureza material e imaterial) e natural. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), patrimônio cultural é definido como “nosso legado do passado, no qual vivemos e que vamos passar para futuras gerações [...] fontes insubstituíveis de vida e inspiração” (página virtual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN). A definição trazida pela UNESCO abriga a possibilidade de escalonamento entre patrimônios, pois consagra os denominados Patrimônios da Humanidade como bens universais

pertencentes a todas as pessoas do mundo e não apenas aos nacionais do território onde os bens se encontram. O patrimônio cultural da humanidade pode ter a forma de monumentos, conjuntos e locais (sítios). Entende-se por monumentos: obras arquitetônicas, de escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os conjuntos são agrupamentos de construções, isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, cuja unidade e cuja integração com a paisagem lhes outorguem um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência os lugares são obras do homem ou obras conjuntas do homem e a natureza, assim como as zonas, incluídos os sítios arqueológicos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico e antropológico. (OLIVEIRA, 2014).

3.1 Patrimônio cultural imaterial

Abreu (2014) discorre sobre o percurso histórico da valorização da cultura imaterial como esfera relevante e digna de atenção

até então destinada aos elementos da cultura material. Nesse sentido, a autora diz:

A Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, promulgada em 2013, deu continuidade aos clamores por inovação e popularização no campo das agências de patrimonialização iniciados com o documento lançado pela UNESCO em 1989, intitulado “Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular” e que gerou uma “nova ordem discursiva” e o fenômeno de âmbito global da “patrimonialização das diferenças”. Na ocasião, alguns representantes de Estados-membros argumentaram sobre uma certa “elitização” das políticas públicas patrimoniais até então. Segundo estes representantes, estas políticas privilegiavam a preservação de vestígios e legados das elites em seus países de origem. O que aparecia como inovador era a vontade política de redimensionar as políticas públicas de patrimônio para esferas de circulação das chamadas culturas populares e tradicionais. Na esteira do processo de descolonização, representantes de países africanos e latino-americanos veicularam a ideia de que a maior parte dos patrimônios destes países estavam em seus rituais, festas, saberes ainda não registrados, línguas, enfim, expressões artísticas e culturais muitas vezes efêmeras, com poucos registros e sistematizações e que ficavam pouco visíveis ou mesmo ocultas diante de políticas patrimoniais que privilegiavam as realizações das elites ou o registro da passagem do colonizador, como igrejas católicas, palácios, monumentos. Formulou-se assim o conceito de “patrimônio cultural intangível ou imaterial”, com a meta de abrir o campo do patrimônio cultural para manifestações e expressões da cultura popular ou tradicional. É incontestável o sucesso desta nova formulação que deu origem a diversas políticas públicas e vem fomentando novos mercados e novas indústrias relacionadas ao turismo e ao entretenimento. (ABREU, 2014, p.15).

Em continuidade, a autora anteriormente citada pontua:

As repercussões desta nova perspectiva patrimonial logo se fizeram sentir nos diversos Estados-membros da UNESCO, desde países da Europa e do Atlântico Norte até os países do chamado “Bloco do Sul”, que incluem quase todos os países tropicais da América Latina e do Sudeste Asiático, além da China e de vários países africanos. É fundamental termos no horizonte que as políticas preservacionistas, outrora restritas a iniciativas isoladas de alguns intelectuais visionários, foram gradativamente

se capilarizando para os mais longínquos rincões do planeta e se transformando em ações organizadas em esfera global. Trata-se efetivamente de uma dinâmica globalizada, onde o campo do patrimônio é apropriado com força surpreendente, sobretudo a partir dos anos oitenta do século XX, nos lugares mais remotos, imiscuindo-se em diversas atividades, das construções mais sóbrias aos ínfimos detalhes da vida cotidiana. Como assinalou Nathalie Heinich (2009), a categoria “patrimônio” se difundiu e adquiriu novos sentidos de forma crescente nas últimas décadas. Ações de preservação das manifestações abarcadas por esta categoria foram colocadas em marcha, abarcando “das catedrais às pequenas colheiras de chá”, ou ainda das manifestações arquitetais em pedra e cal aos ritos mais efêmeros como as pinturas corporais, as festas, os cânticos de trabalho. (ABREU, 2014, p.16).

De acordo com Abreu (2014), a atenção destinada à cultura imaterial estaria relacionada ao denominado por Andreas Huyssen — em (2000) — como um excesso de olhar ao passado em decorrência de uma virada nostálgica do milênio quando indivíduos marcados pelo mal-estar da instabilidade e da velocidade do contemporâneo buscariam olhar para trás e recuperar um mundo que já se havia ido. Os olhos excessivamente voltados ao findado elevaram a memória a um protagonismo que, quando ela se expressasse em manifestações imateriais da cultura, favoreceria a construção de patrimônios culturais imateriais, assim reconhecidos por representarem os valores atribuídos e entendidos como identitários e memoriais do grupo.

Pelo exposto, cabe ressaltar ser muito tênue a fronteira “diferindo” o que é cultura imaterial do que é patrimônio cultural imaterial, pois os patrimônios de natureza imaterial são, por excelência, elementos culturais de um povo, mas nem todo elemento cultural será, necessariamente, um patrimônio imaterial da sociedade.

No intuito de destacar as ações da UNESCO no âmbito do patrimônio cultural imaterial, cabe mencionar que, na página da referida instituição, consta a seguinte definição para tal patrimônio

Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. O Patrimônio Cultural Imaterial não se constitui apenas de aspectos físicos da cultura. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente,

recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. (<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>)

Fonseca e Cavalcanti (2008) informam:

A conceituação do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil acompanha de perto essa formulação. O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam. Essa definição bem indica o entrelaçamento das expressões culturais com as dimensões sociais, econômicas, políticas, entre outras, que articulam estas múltiplas expressões como processos culturais vivos e capazes de referenciar a construção de identidades sociais. (p. 12)

E continuam:

A Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (IPHAN, 2006a), que complementa o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, opera claramente com uma definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial, entendendo por bem cultural de natureza imaterial “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”; e ainda “toma-se tradição no seu sentido etimológico de ‘dizer através do tempo’, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado”. (p. 12).

Na conformação do contexto atual do patrimônio cultural imaterial, destaca-se a Constituição Federal promulgada em 1988, que, na seção acerca da cultura, estabelece que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (art. 215). E já considera tanto os bens de natureza material como imaterial parte do patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à

memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1o. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Diferentemente do patrimônio cultural material, cujo processo de patrimonialização é conduzido através do tombamento do bem, o patrimônio cultural imaterial é assim classificado através do processo denominado “Reconhecimento” regido pelo Decreto nº 3.552/000. A instituição do referido Decreto resultou na criação dos diferentes Livros de Registro, nos quais são elencados os bens imateriais classificados como patrimônios, sendo quatro os Livros de Registro:

1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

4. ACIONANDO MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA PRODUÇÃO SOCIAL ANTIRRACISTA

O uso econômico do patrimônio tem na atividade turística sua maior expressão, pois as identidades culturais, especialmente os patrimônios culturais que as sustentam, tornam-se alvo de atração turística, exatamente pelo caráter distintivo do grupo ou da comunidade. Os bens patrimoniais constituem referências ou símbolos culturais, alcançando relevância econômica, devido à atração que as diferenças entre os grupos promovem.

Desse modo, os interesses de preservação de determinados bens, a recuperação de memórias, a construção de identidades fortemente associadas a localidades e à valorização do

lugar estão cada vez mais atrelando interesses econômicos ao turismo. Esse cenário favorece a reflexão acerca do papel social de tal atividade e, assim sendo, recai sobre grupos culturais que desejam se valer da atividade turística de forma autônoma, do protagonismo da implementação de ações que contribuam para o turismo ser também uma prática de cunho pedagógico.

4.1 Relacionando memória, patrimônio e turismo em perspectiva educativa

Pesquisas realizadas por Oliveira (2019) demonstraram como o turismo carrega em si forte dimensão pedagógica; com base nesse resultado então a autora propôs o conceito de Turismo com base pedagógica. De acordo com ela, Turismo com base pedagógica é qualquer tipo de deslocamento turístico manifestado em espaços formais e não formais de aprendizado, nos quais os objetivos desse deslocamento tenham por base o contato com o “outro” em sua dimensão cultural. Embora o projeto de pesquisa — que resultou no artigo referenciado no início deste parágrafo — se dedique a refletir basicamente sobre processos educativos no âmbito da educação em espaços não formais elaborados a partir das escolas, é possível pensar a atividade turística enquanto instrumento de transformação social que leve a uma educação cidadã.

Gadotti (2012) esclarece que a definição de educação não formal trazida por La Belle (1986, p. 13) como “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” revela a ambiguidade dessa modalidade de educação por se definir em oposição a outra modalidade, qual seja, a educação formal, como se essa fosse o único paradigma. Desta forma, Gadotti (2012) defende:

a educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática [...]. Daí a educação não formal estar ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam adultos ou crianças... a educação não formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso ela também é muitas vezes associada à educação social, à educação popular e à educação comunitária. A educação não formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como ‘educação ao longo de toda a vida’ (conceito difundido pela Unesco),

englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver (GADOTTI, 2012, p. 13).

Pelo exposto, educação popular, educação social e educação comunitária não podem ser reduzidas a educação não formal, embora as anteriormente citadas valorizem os espaços informais. A educação social abriga a educação popular, a educação comunitária, a educação cidadã e todas as “educações” cuja ênfase recaiam em práticas favorecedoras da formação de sujeitos com capacidade de transformar a realidade e de estabelecer uma relação indissolúvel entre conhecimento e prática (OLIVEIRA, 2019).

Objetivando uma educação emancipadora, a noção de cidadania para além do conhecimento e exercício de direitos e deveres não é suficiente para dar conta de tal empreendimento; assim, cidadania é compreendida como “atitude de intervenção no mundo por meio da reflexão crítica diante de situações políticas, sociais e culturais, implicando ações transformadoras, com tomadas de decisões conscientes e visando ao bem comum” (LIMA, 2013, p. 32).

Neste contexto, esvaziado de suas noções relacionadas ao capital e concebido como uma prática social quando associado à educação social, o turismo pareceu-nos ser um potente instrumento de transformação social. Isso, pois, por meio do emprego de um dos mais caros pressupostos da atividade e do fenômeno turístico, ou seja, o deslocamento e o “estar lá”, ele tornaria possível uma maior percepção da realidade, resultando em uma ampliação na maneira de pensar e olhar o mundo (OLIVEIRA, 2019).

Ao encerrar a presente seção, ressaltamos que a relação entre memória, patrimônio e turismo a ser desenvolvido por grupos sociais que elejam tornar sua própria cultura protagonista em processos de visitação turística deve ser sempre planejada considerando o potencial que a referida atividade detém em transmitir valores passíveis de levar aos visitantes uma prática associada à educação social onde memórias e patrimônios caros ao grupo produzam novas visões acerca de questões inerentes à cultura do grupo visitado.

4.2 O protagonismo da cultura afro-diaspórica na atividade turística em quilombos na luta antirracista

No primeiro módulo deste curso, foram apresentadas noções de turismo, tendo sido abordado naquele conteúdo o conceito de TBC como uma opção de diversificação de atividades econômicas de grupos e/ou comunidades tradicionais no mercado.

Quando se trata de indução da atividade turística em territórios quilombolas, cabe destacar que, na seleção dos bens naturais e culturais a serem convenicionados enquanto atrativos turísticos, estão os que se inserem na categoria de patrimônios associados a memórias sensíveis. Tais memórias — também denominadas como difíceis ou dolorosas — carregam em si forte potencial para contribuir à difusão e divulgação de narrativas não hegemônicas.

Como apresentado ao longo desse módulo, as memórias da diáspora africana foram relegadas ao apagamento; contudo, como afirma Pollak (1989), os grupos silenciados vão formulando estratégias de transmissão de suas memórias as quais circulam em esferas não oficiais no cotidiano deles. De sua natureza restrita, emerge a força marcante do pertencimento dos membros do grupo ainda que estes permaneçam invisibilizados frente à hegemonia do sistema estabelecido.

Suas memórias, denominadas por Pollak (1989) memórias subterrâneas — devido à sua condição de produção reprimida —, tendem a assumir um aspecto traumático. Ele (1989) chama atenção para o fato de que, por serem impostas ao silenciamento e ameaçadas pelo esquecimento por longos períodos, tais memórias são fortemente ativadas quando as condições sociais favorecem a mudança e a quebra da ordem vigente. Nestes momentos, a intensidade da disputa revela e explica a força dos traumas embutidos nos processos de silenciamento e apagamento de memórias (OLIVEIRA, 2018).

Para o autor anteriormente citado, elas representam valores disputados por indivíduos e organizações que se colocam a partir de distintos interesses e percepções. Nesse sentido, a adoção da atividade turística em territórios quilombolas deve ser vista pelos membros desses grupos culturais como uma possibilidade de reafirmação de suas identidades. Assim sendo, a seleção dessa memória implica em como eles pretendem ser percebidos, lembrados e reconhecidos, e nessa direção, o enquadramento do passado nas narrativas do presente torna tais grupos detentores e protagonistas da narrativa a cuja memória está atrelada.

Embora envolta em conflitos de validação e interpretação, tal posição ainda assim se apresenta como potente recurso na ressignificação de valores e de combate ao racismo estrutural tão presente na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Processos de transformação do território pelo e para o turismo envolvem duas ordens de fenômeno: a) a ressonância de um recurso natural ou cultural, patrimonializado ou não; e b) uma narrativa constituída por discursos, ideologias e representações

sociais. Esses dois fenômenos em consonância moldam o destino turístico e dão sentido à experiência de visitantes e visitados em interação no fenômeno turístico. As narrativas revelam aspectos de memórias selecionadas no presente e que atendam a fins educativos, comemorativos e de mitigação de conflitos que exigem absolvição e/ou perdão. Assim sendo, a relação entre turismo e memória, objeto deste módulo, manifesta-se na forma de narrar a memória selecionada no processo de patrimonialização que lhe conferiu sentido.

Nesta perspectiva, simbolicamente, os quilombos representam uma memória que tem ressurgido após longo processo de encobrimento e proposital esquecimento, pois sua materialidade e valorização da cultura daqueles que lá estão permite o não apagamento desse passado.

No contexto do fortalecimento da luta antirracista, a cultura quilombola — resistente nos inúmeros quilombos espalhados pelo Brasil — favorece a visibilidade da necessidade de reflexão sobre a questão racial no País e sobre o turismo como um dos instrumentos dessa luta.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias. **Revista e-cadernos CES**, v. 21, 2014. Disponível em: <http://ec.es.revues.org/1742>. Acesso em: 11 mar. 2015.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Entendendo o Folclore e a cultura popular**. Rio de Janeiro: Museu do Folclore Edison Carneiro, 1980.

_____. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. **Revista Tempo Brasileiro (Patrimônio Imaterial)**, n. 147, p. 69-78, 2001.

_____. “Duas ou três coisas sobre folclore e cultura popular”. In: Seminário Nacional de Políticas Públicas para as culturas populares. **Anais...** Brasília: Ministério da Cultura, pp. 28-33, 2005.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**, v. 18, n. 2, p. 10-32, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero discursivo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp. 108-123.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LIMA, D. S. **A formação cidadã**: uma análise das contribuições da educação matemática em uma prática colaborativa. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

MENDONÇA, Teresa. Cristina. **Que paraíso é esse?** A turismização da Ilha Grande (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Aula 1 – Revisitando o conceito de Cultura. In: OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves (Org). **Cultura Brasileira**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Turismo e patrimônio: elaborações simbólicas e memoriais no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (RJ). In: VIANNA, A. A.; GUARDIA, M. S.; BATISTA, S. G. (Orgs.). **Turismo em perspectiva**: ensaios multidisciplinares. Curitiba: Prismas, 2016. pp. 118-146.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Memória e identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ – Brasil). **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 49-74, 2018.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Histórias EnCantadas: unindo turismo e educação em uma proposta de educação social. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, 2019.

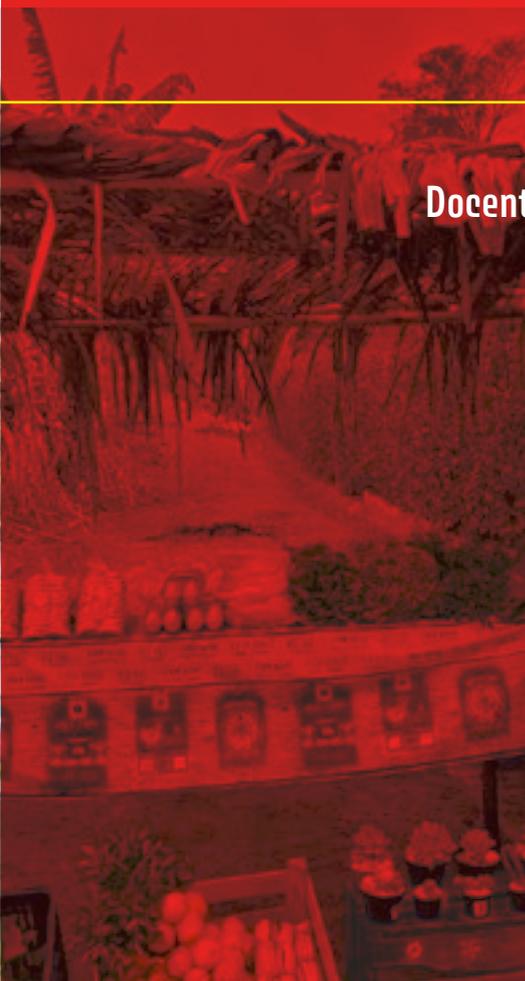
Capítulo III

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

**ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO RURAL
PARA O DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS**

Dan Gabriel D'Onofre

Docente em Estágio Pós-Doutoral do PPGE/UNIRIO



APRESENTAÇÃO

Diferentemente de espaços urbanos, espaços rurais têm especificidades que demandam atenção no desenvolvimento de serviços que sustentam a atividade turística. Quando negligenciadas, tendem essas peculiaridades a se transformar em problemas não apenas para a comunidade local como também para parte de visitantes, por se tornar um fator de desinteresse.

O módulo ligado aos serviços e equipamentos turísticos estrutura-se em acompanhar o debate teórico advindo dos Estudos da Hospitalidade adequado às realidades de produção e consumo voltadas ao Turismo de Base Comunitária (TBC) em realidades quilombolas rurais. Cabe destacar este material configurar-se também como um relato do encontro virtual realizado no dia 24 de junho de 2023 com o público da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’Golo enquanto iniciativa de docentes do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEC/UNIRIO).

Assim, esta comunicação se estrutura em um sucinto debate teórico sobre os tempos e espaços da hospitalidade, posto que muitas e muitos participantes do curso de formação em TBC ainda não desenvolviam serviços voltados à captação de visitantes. Ou seja, caberia a este debate apresentar quais seriam as estratégias mais adequadas à adaptação da hospitalidade doméstica à comercialização de serviços que sustentam esse fenômeno social.

Nesse processo de mobilização e sensibilização, questões relativas aos impactos positivos e negativos forjaram o diálogo com a população quilombola participante do curso. Isso se deve, pois, como em qualquer atividade, há riscos reais de que o fluxo de visitantes junto aos quilombos mineiros possa trazer mais desarmonia e problemas sociais quando não planejado. Para tanto, era fundamental entender como cada participante vislumbrava o desenvolvimento de alguma atividade que pudesse sustentar a captação de visitantes e turistas em seus territórios.

1 TEORIA DOS ESTUDOS DA HOSPITALIDADE

A hospitalidade se configura como uma variante da relação humana fundamental para a compreensão da atividade e do fenômeno turísticos. Sem as relações de hospitalidade baseadas na reciprocidade mediadas pela recepção, alimentação,

hospedagem e entretenimento, qualquer iniciativa de turismo é simplesmente impossível de suceder.

Sua natureza se manifesta como um vínculo intermediado por atores e elementos envolvidos em atividades relacionadas a acolhimento, alimentação, hospedagem e entretenimento. Autores como Grinover (2002), Lashley (2004) e Siqueira (2005) destacam ser ela um elemento crucial na formação de laços entre seres humanos por meio da recepção, da comensalidade, dos ritos festivos e da concessão de abrigo.

Por sua própria essência, o ser humano vive relações interpessoais. Essa realidade desafia os pesquisadores das ciências sociais a oferecerem visões sobre a complexidade dos laços entre indivíduos e objetos considerando suas assimetrias, descontinuidades e outros processos que compõem a estrutura da sociedade.

A prática da hospitalidade tem raízes ancestrais, remontando aos tempos imemoriais quando ocorria a partilha da caça e de alimentos, considerados os embriões da comensalidade. O termo “hospitalidade” tem origem no latim *hospitalitas* — derivado de *hospitalis* — (Grinover, 2002), referindo-se aos espaços que acolhiam peregrinos durante o Império Romano. Curiosamente, no passado, pessoas que percorriam campos e buscavam acolhimento, alimentação e pouso eram comumente chamadas de “peregrinas” (*per + agra*, origens latinas), ou seja, quem percorre campos. Essa contextualização histórica permite à ciência não apenas analisar tais elementos do passado, mas também revistar obras que, mesmo não dedicadas à hospitalidade, ajudam a compreender a construção das escolas de pensamento sobre o tema, além das raízes sobre as viagens no campo.

Lashley (2004) argumenta terem os estudos sobre hospitalidade diferentes correntes, influenciadas por distintas escolas de pensamento. Segundo o autor, a **escola francesa** concentra-se na trindade “dar, receber e retribuir”, por influência da obra de Marcel Mauss. A **escola estadunidense** a encara como um fenômeno mercantil e monetário, centrado na negociação de serviços entre hóspede e anfitrião, muitas vezes intermediada por terceiros (agências), com a perspectiva de lucro, pelo menos por parte dos anfitriões. A **escola britânica**, por sua vez, dialoga com essas perspectivas, não necessariamente para superá-las, mas para problematizá-las sob diversos contextos e abordagens.

Sugerido por Lashley (2004), a escola francesa pode ser considerada precursora dos estudos sobre hospitalidade, especialmente ao levar em conta os trabalhos de Marcel Mauss sobre reciprocidade. Mauss (2003) argumenta que a origem dos vínculos sociais emerge do **sistema de prestações totais**, fundamentado em trocas de mercadoria e riquezas. Nesse sistema, trocam-se

amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, dos quais o mercado é apenas um dos momentos e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais original e bem mais permanente. Essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública (MAUSS, 2003, p. 191).

O sistema de prestações totais proposto por Mauss permite uma análise das sociedades que ainda não haviam experimentado o sistema capitalista de produção, observando como utilizavam mercadorias e serviços para articular relações de cooperação e conflito. Mesmo sem a intermediação monetária ocidental, *a essência está na perspectiva de mutualidade na construção e mediação dos mundos por meio das trocas*. No entanto, a expressão “hospitalidade” assumiu, nas produções em língua inglesa, um caráter mais restritivo limitando-se à monetarização de serviços e bens, especialmente ao referir-se à indústria de serviços de alimentação e hotelaria como as únicas instâncias que compõem a hospitalidade.

Conforme Lashley (2004), essa visão está vinculada aos serviços de oferta de alimentos, bebidas e acomodação, considerando esses três elementos como a “trindade da hospitalidade”. Dias (2002), alinhado a Lashley, destaca as recentes publicações da *escola estadunidense terem abordado a hospitalidade com ênfase nos aspectos comerciais e lucrativos* refletindo o alto nível de mercantilização da vida social nos Estados Unidos.

Em síntese, *a hospitalidade, derivada do ato de dar e receber* (SELWYN, 2004), é caracterizada como “a oferta de alimentos e bebidas e, ocasionalmente, acomodação para pessoas não membros regulares da casa” (TELFER, 2004, p. 55). Camargo (2003) complementa essa visão incluindo o entretenimento como um elemento adicional. Com sua formação ligada ao lazer, Luiz Octávio Camargo inova nos estudos de hospitalidade ao destacar os aspectos lúdicos associados a ela. Assim, a inclusão do entretenimento na tríade de Lashley é uma *contribuição brasileira* para essa literatura.

A hospitalidade envolve tanto os **anfitriões**, que a oferecem, quanto os **hóspedes**, que a recebem e compartilham o espaço e os elementos oferecidos (TELFER, 2004). A inclusão do entretenimento amplia os papéis dos acolhidos, permitindo diferentes tipos de relação com os anfitriões. Dependendo dos serviços prestados, os hóspedes podem assumir papéis como comensais, visitantes, pernoitantes e acolhidos (D’ONOFRE, 2017).

Lashley argumenta que “a hospitalidade envolve, originalmente, mutualidade e troca, e, por meio dessas, sentimentos

de altruísmo e beneficência” (LASHLEY, 2004, p. 04). Essa perspectiva alinha-se à visão de Mauss sobre prestações totais, em que não apenas a obrigação de retribuir, mas também a de dar e receber são fundamentais. Ao focar na produção e no consumo de alimentos, bebidas e, em menor medida, acomodação, Lashley destaca o papel dessas ações na criação de distinções entre seres humanos e outros seres. Segundo o autor:

O papel da produção, da distribuição e do consumo de alimentos, em particular, apresenta importância na definição de algumas características essenciais de “humanidade”, e diferencia os seres humanos das outras criaturas. (LASHLEY, 2004, p. 11).

Como se pode observar, **a hospitalidade transcende o âmbito do fenômeno turístico**. Ao contrário do turismo, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e ao acesso das classes trabalhadoras ao lazer resultando no deslocamento voluntário de pessoas para locais distintos de suas residências, a hospitalidade não é um fenômeno recente. Se aceitarmos a perspectiva de que, em sociedades pré-históricas, a recepção, a hospedagem, a alimentação e o entretenimento se desenvolveram após o domínio da pecuária e da agricultura (CAMARGO, 2011), essas ações se tornam fundamentais para a formação de todas as civilizações.

Enquanto bem imaterial envolvendo as materialidades presentes em mercadorias e serviços de alimentação, recepção, hospedagem e entretenimento, a hospitalidade também desempenha um papel crucial na criação de um mercado turístico. Lashley destaca que “a oferta comercial da hospitalidade ocorre na maioria das sociedades ocidentais num contexto em que esta não ocupa posição central no sistema de valores” (2004, p. 17). Em outras palavras, ao assumir uma condição mercantil, ela parece deixar de ser uma relação social relevante nesse contexto, conforme implicitamente sugerido pelo autor. Este, por sua vez, defende que

O relacionamento movido comercial e mercadologicamente, que permite ao cliente uma liberdade de ação que o indivíduo não poderia sonhar em demandar num ambiente doméstico, é um dos benefícios asseverados pela “indústria da hospitalidade”. (LASHLEY, 2004, p. 17).

Dessa forma, a “indústria da hospitalidade” (LASHLEY, 2004), ao destacar a característica coadjuvante desse fenômeno social, os serviços comerciais, libera o hóspede dos domínios do anfitrião. Nesse sentido, partimos de premissas teóricas ampliadoras da “trindade” (LASHLEY, 2004) — recepção, alimentação e hospedagem — para incluir também festividades, música, dança e

outros elementos lúdicos que simbolizam a transgressão do cotidiano (CAMARGO, 2003). À vista disso, neste contexto de pesquisa, a hospitalidade é concebida como um fenômeno abrangente de práticas relacionadas a receber, alimentar, hospedar e entreter pessoas.

É importante ressaltar que ela manifesta distinções em suas esferas de atuação. Lashley categoriza essas esferas como abrangendo o domínio social, o domínio privado (doméstico) e o domínio comercial, os quais podem ser independentes em alguns momentos e sobrepostos em outros. Assim,

O domínio social da hospitalidade considera os cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados à condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação. O domínio privado considera o âmbito das questões associadas à oferta da [hospitalidade] no lar, assim como leva em consideração o impacto dos relacionamentos entre anfitrião e hóspede. O domínio comercial diz respeito à oferta da hospitalidade enquanto atividade econômica e inclui as atividades dos setores tanto privado quanto público. (LASHLEY, 2004, p. 5-6).

Com base na abordagem de Lashley sobre o tema, Camargo (2003) expande sua perspectiva de análise ao incluir os domínios do entretenimento e da virtualidade. O autor argumenta que, a fim de compreender de forma aprofundada a hospitalidade, é imperativo explicitar dois eixos de tempo e espaço considerados por ele fundamentais para a delimitação desse campo de estudo, abrangendo:

um eixo cultural, que leva em conta as ações abrangidas pela noção de hospitalidade, e um eixo social, que diz respeito aos modelos de interação social e consequentes instâncias físico-ambientais envolvidas. (CAMARGO, 2003, p. 15).

Publicada no Reino Unido em 2002, a obra de Lashley foi traduzida ao português em 2004. Se a abordagem de Camargo para o estudo da hospitalidade levasse em conta exclusivamente as premissas de Lashley (2004), ao cruzar o eixo cultural defendido por este autor (a trindade) com o eixo social (referente aos domínios social, privado e comercial), haveria apenas nove categorias de análise para a investigação da hospitalidade. No entanto, com a inclusão do entretenimento como componente do eixo cultural, bem como da dimensão virtual da hospitalidade, Camargo incorpora quatro itens inter-relacionados em cada um

dos eixos, identificando, assim, 16 campos teóricos para o estudo da hospitalidade (ver Quadro 1).

EIXO CULTURAL E SOCIAL	RECEPCIONAR	HOSPEDAR	ALIMENTAR	ENTRETER
Doméstico ou privado	Receber pessoas em casa de forma intencional ou casual	Fornecer pouso ou abrigo às pessoas em casa	Receber em casa para refeições e banquetes	Receber para refeições e festas
Público ou social	Recepção em espaços e órgãos públicos de livre acesso	Hospedagem proporcionada pela cidade ou pelo país	Gastronomia local	Espaços públicos de lazer e eventos
Comercial	Serviços profissionais de recepção	Hotéis, hospitais e casas de saúde, presídios	Restauração ⁵	Eventos e espetáculos, espaços privados de lazer
Virtual	Net-etiqueta do enviar e receber mensagens por meios eletrônicos	Sítios eletrônicos e suas hospedagens	Gastronomia eletrônica	Jogos e entretenimento

QUADRO 1

Tempos e espaços da hospitalidade humana

Fonte: Camargo (2003, p.19).

Para Camargo (2003), o **eixo cultural** da hospitalidade engloba a ação de recepcionar ou acolher pessoas, hospedá-las, alimentá-las e proporcionar-lhes entretenimento. Estabelecendo uma distinção entre quatro categorias, o autor define que o **eixo social** da hospitalidade vai além do doméstico (privado), do público (social) e do comercial, incluindo o virtual. Em relação à inter-relação entre os eixos social e cultural, Camargo destaca que, do ponto de vista analítico-operacional, a hospitalidade pode ser definida como o ato humano — realizado em contexto doméstico/privado, público ou profissional — de receber, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat (CAMARGO, 2003).

Com os avanços nas tecnologias da informação e comunicação, esse fenômeno se estende ao universo virtual

5 Utiliza-se aqui o jargão característico dos estudos turísticos em referência aos meios de restauração (restaurantes, pensões, lanchonetes, padarias etc.) onde seres humanos se alimentam e se recompõem biofísicamente.

estabelecendo uma forma de relação não apenas em espaços físicos, mas também em consonância com a virtualidade. Nesse sentido, é relevante ressaltar que **a abordagem adotada segue a perspectiva da escola britânica na análise da hospitalidade**, com referenciais teóricos defendidos por Lashley (2004), Telfer (2004), Selwyn (2004), por exemplo, os quais orientam a discussão desse fenômeno específico.

Partindo desses pressupostos teóricos, abordam-se questões que orientam a forma como o encontro foi elaborado para tratar as particularidades relativas ao desenvolvimento de serviços voltados à atividade turística sob bases do TBC em quilombos. Aqui, é fundamental explicar não ser defendida uma perspectiva evolucionária na qual um modelo de hospitalidade, quando instaurado, suplantaria outro. Muito pelo contrário, pois famílias que abrem suas casas para atividades comerciais de hospedagem, alimentação, entretenimento, recepção não deixam de receber seus parentes, familiares e amigos. É por conta disso que algumas perguntas vão desvelar o debate realizado no encontro supracitado.

2. DO DOMÉSTICO AO COMERCIAL: CONVIVENDO E TRANSICIONANDO À COMERCIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPITALIDADE PARA TURISTAS E VISITANTES

O ser humano é socializado em meio a diversos ritos de hospitalidade. Em nosso seio familiar, somos educados a celebrar festas, aniversários, jogos, entre tantos outros processos que forjam nossas vidas. Atendo-se sobretudo aos elementos que abordam a hospitalidade doméstica e a hospitalidade comercial, apontam-se questões que são mérito de reflexão da comunidade acerca do desenvolvimento de serviços voltados aos visitantes e turistas.

Em conformidade com as afirmações da filósofa Elizabeth Telfer, a hospitabilidade (*hospitability*, em inglês) seria uma característica de pessoas hospitaleiras. No texto “A filosofia da hospitabilidade”, Telfer (2004) destaca a hospitalidade estar intrinsecamente associada à satisfação de uma necessidade. O ato de receber convidados está vinculado à oferta de prazer, sendo que um bom anfitrião tem a habilidade de proporcionar felicidade aos seus hóspedes enquanto estão sob sua atenção.

Ao longo da vida, somos familiarizados com a concessão de hospitalidade aos nossos conhecidos. Muitas vezes quem não conhecemos passa a ser visto como alguém a temer ou a

desconfiar. Esse ponto é um dos elementos que exige reflexões profundas sobre o quão preparada está uma comunidade para lidar com o visitante e o turista, pessoas que demandam hospitalidade quando não as conhecemos. Ao serem criados e direcionados a tal necessidade, os serviços são mediados por expectativas que cabe a quem os oferece satisfazê-las dentro de seus limites éticos.

Gostar de receber pessoas é um item inegociável quando se pensa em planejamento e desenvolvimento de serviços de recepção, alimentação, hospedagem e entretenimento. Ou seja, partindo-se do pressuposto de cada indivíduo operar de forma distinta com outros sujeitos, é de responsabilidade de quem deseja desenvolver tais serviços conversar com suas comunidades para saber até onde a vinda daquele que não pertence à rotina comunitária poderá gerar problemas sociais.

Ao optarem por esse ofício, as pessoas que forem lidar com a oferta comercial de hospedagem, alimentação, recepções e animações deverão ter em mente o impacto dessa ação na rotina social de suas famílias e comunidades. Por exemplo, os períodos de férias, festas de fim de ano, feriados são quando turistas e visitantes mais demandam tais serviços, impedindo os anfitriões comerciais de desfrutarem da mesma maneira quando não se engajam nestas funções profissionais. Ainda assim, dada a perspectiva de planejamento, é possível a cada indivíduo e família abertos ao desenvolvimento de serviços voltados aos turistas e visitantes determinar, por exemplo, em quais datas não operarão de modo comercial.

Trazer mais pessoas para o território gera também um aumento dos impactos ambientais. Há o crescimento no consumo de energia, de água, além de maior necessidade de mantimentos e de itens que muitas vezes não fazem parte da rotina de consumo dos quilombolas. Por sua vez, isso também impacta profundamente a geração de resíduos. Ou seja, torna-se fundamental aos(as) profissionais dedicados(as) à oferta desses serviços se atentarem aos dias das coletas de resíduos (lixo), bem como se existe a possibilidade de realização de reciclagem.

Em áreas de quilombos rurais, é corriqueiro haver hortas, pomares, plantações, bem como a criação de animais. Muitos visitantes e turistas interessados nessa modalidade de turismo e lazer são provenientes de cidades que já não contam com tais práticas agropastoris e de extrativismo. Assim, ao ofertarem um dia de campo ou visita a esses espaços de produção, as anfitriãs e os anfitriões deverão se preocupar com o pisotear das pessoas nos canteiros de produção e com o bem-estar dos animais em contato com desconhecidos, além de prevenir os visitantes do contato com pesticidas e agrotóxicos caso sejam usados no lugar. Importante frisar que este último cuidado, por exemplo, inexistente em contextos agroecológicos, embora seja

importante haver um controle da entrada de demais animais, plantas e sementes de origem desconhecida, com o intuito de evitar contaminações.

Muitas comunidades quilombolas rurais lançam mão da força de trabalho durante períodos de safra — momento significativo voltado à produção e ao abastecimento alimentício da comunidade —; assim, se não for tida em consideração, essa etapa do ano poderá disputar mão de obra com a atividade turística. Aos poucos, tal fato vai levando à depreciação da atividade agropastoril, fazendo com que muitas comunidades quilombolas deixem de priorizar a produção local, tendo de adquirir, como consequência, produtos de fora da região. Além de ser algo prejudicial aos laços comunitários, bem como ao cuidado do legado familiar, o processo impacta o meio ambiente e a logística da comunidade aberta ao turismo.

Depender o menos possível de itens de fora, além de fortalecer a soberania produtiva quilombola, gera menos impacto global no meio ambiente. Inclusive, esse processo de cadeias curtas, onde o que é usado para turismo seja quase sempre de produção local, incrementa o interesse de quem visita o quilombo. Importante sempre lembrar os efeitos da crise climática estarem presentes, demandando soluções com o fim de mitigar todo e qualquer efeito que contribua para o aquecimento global e a redução da biodiversidade.

A partir de agora, serão abordadas algumas possibilidades de serviço as quais podem vir a ser desenvolvidas junto aos quilombos rurais. Destaca-se aqui que cada realidade deverá priorizar a atividade mais consonante com os interesses da comunidade, não sendo regra a prática de todos os serviços a seguir listados.

- » **Dias de vivência:** turistas podem passar o dia conhecendo a rotina de um quilombo. A característica dessa estratégia turística é, sobretudo, não requerer hospedagem, tornando facultativa a alimentação. Caso a comunidade não possa ou não tenha condições de ofertar alimentação a quem participa da vivência, é fundamental informar o fato aos visitantes bem como possibilitar-lhes acondicionar itens e alimentos em locais seguros. Essa é uma atividade de recepção que sobretudo destaca o dia a dia de quem vive no quilombo.
- » **Colha e pague, pesque e pague:** atividades ligadas ao manejo agropastoril possíveis de serem ofertadas aos visitantes — demanda atenção com equipamentos, pisoteio de canteiros etc. A depender do ofertado enquanto possibilidade de interação (frutas, legumes, animais), combinam-se preços e pesagem, a fim de não haver desperdícios.
- » **Observação da fauna e flora:** acompanhamento de conhecedores e conhecedoras da fauna e flora a pontos onde há plantas e animais extraordinários para serem fotografados e registrados.

- » **Forno e fogão:** oficinas direcionadas ao aprendizado de sabores e temperos característicos das comunidades quilombolas.
- » **Causos e lendas:** memória oral enquanto parte de toda cultura da região.
- » **Refeições sob medida e eventos:** reservas para almoços e cafés e a possibilidade de celebração de casamentos, aniversários, batizados etc.
- » **Hospedagem:** hospedaria em casas, campings, junto a famílias etc.
- » **Trilhas e esportes:** atividades que movimentam o corpo e priorizam o lúdico (campeonatos, jogos tradicionais etc.).
- » **Religiosidade:** curandeiras e curandeiros, benzedeiros, retiros espirituais, retiros de silêncio e de tecnologias da informação, todos sob o preceito ético do que pode ou não ser desenvolvido segundo as crenças e a religião tidas no quilombo.
- » **Artesanato, beleza e danças:** oficinas diversas voltadas ao aprendizado e à divulgação da cultura quilombola (jongo, tranças, cestaria etc.).

Destaca-se que cada uma dessas atividades acionam separada ou simultaneamente os eixos culturais da hospitalidade. Não é via de regra a categorização de cada uma delas, nem mesmo elas são as únicas atividades geradoras de serviços de hospitalidade comercial. São apenas sugestões, com o propósito de acionar o turismo junto ao quilombo.

Entretanto, muitos casos de insucesso ocorrem mediante a ausência de um fator relevante: afinal de contas, para quem estamos produzindo esses serviços? Logo, é fundamental compreender que a depender da localidade do quilombo, bem como da trama social que o atravessa e o circunda, há grupos sociais e pessoas com mais disposição para realizar práticas recreativas de TBC. Nesse sentido, elencamos alguns grupos possíveis de se interessar pelos serviços de hospitalidade comercial em quilombos rurais:

- » **Instituições de ensino:** dada a obrigatoriedade do ensino de história da África, dos povos originários, além das atividades agropastoris, faz-se notar o fato de quilombos rurais poderem promover o turismo pedagógico junto a unidades de ensino (escolas, faculdades, universidades).
- » **Entidades sindicais:** o combate ao racismo estrutural tem sido prática de muitas entidades sindicais. Nesse sentido, apresentar a esses instrumentos da classe trabalhadora o plantel de serviços pode engajá-los na promoção de atividades em quilombos.

- » **Organizações do movimento negro e mandatos políticos afrocentrados:** muitas destas organizações demandam espaços para a realização de eventos, bem como a promoção de atividades baseadas no afrocentrismo. Priorizar tais organizações é fundamental para captar um público desejoso de serviços que sejam antirracistas e comprometidos com a reparação histórica à população negra brasileira.
- » **Redes de consumo de agroecológicos:** pelo fato de muitos quilombolas praticarem a agroecologia levando seus produtos a feiras agroecológicas, seu contato direto com compradores desses itens pode instigar nestes o interesse por conhecer de perto a vida no quilombo. Ou seja, mais do que itens alimentícios, as feiras e redes de consumidores agroecológicos podem ser meios de divulgação dos serviços de hospitalidade. Abordados alguns tipos de serviço e possíveis consumidores, surge outra dúvida: como precificar os serviços? É comum existir esse tipo de dúvida, pois, diferentemente dos itens da agropecuária, do extrativismo, da pesca ou da agroindústria, precificar um serviço que muitas vezes é de ordem imaterial, torna-se uma tarefa muito difícil. A pesquisa de preços é uma ferramenta muito importante geralmente feita por nós para comprar mantimentos, peças, entre outras coisas para nosso dia a dia. Assim, seguem algumas dicas de como proceder mediante esse desafio:
- » **Serviços de alimentação:** usar fichas técnicas para desenvolvimento de pratos; instrumentos de pesagem; bem como similaridade aos valores praticados no mercado.
- » **Serviços de entretenimento (oficinas culturais, saraus etc):** aplicar valores similares aos operados por museus e casas de espetáculo. Atentar-se à possibilidade de praticar preços mais módicos a estudantes, idosos e pessoas com deficiência.
- » **Serviços de eventos (casamentos, festas, campeonatos, day use):** formular uma pesquisa de mercado relacionada ao que é feito nas redondezas em termos de casas de eventos, espaços esportivos, os quais podem ser boas opções de consulta de valores para o que, com base neles, pode ser desenvolvido no quilombo.
- » **Serviços de hospedagem:** adotar valores similares aos praticados nas redondezas, informação possível de ser verificada em plataformas como Trivago, Airbnb, Booking etc. Finalizado o processo de identificação das questões sobre a transição e a convivência entre a hospitalidade doméstica e a comercial, fatores relativos às peculiaridades rurais foram discutidas como centrais para o desenvolvimento de serviços de hospitalidade comercial em quilombos rurais. Abordadas as possibilidades de aplicação desses serviços e de sua precificação, bem como de estratégias de captação de clientes, a comunidade

poderá discutir quais as melhores estratégias para o desenvolvimento da atividade turística em seu território.

Nesse sentido, apresentam-se algumas conclusões finais como processo de interpretação da experiência de sensibilização e mobilização para o desenvolvimento de serviços de hospitalidade comercial junto ao público do N’Golo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja devidamente correlacionada, a teoria dos estudos relativos à hospitalidade oferece chaves analíticas e operacionais poderosas para a mediação do desenvolvimento de atividades turísticas no contexto do TBC. Entender as diferentes escolas de pensamento, bem como o estabelecimento dos eixos sociais e culturais da hospitalidade permite visualizar as iniciativas mais adequadas ao que cada comunidade pode vir a ofertar (ou não) enquanto serviço comercial. Tal questão leva ao fato de todo o operacional desse material ter como vertente a adesão à escola britânica de estudos da hospitalidade, problematizando e complexificando a coexistência de eixos sociais da hospitalidade.

Mediante a sensibilização e a mobilização que os serviços comerciais de hospitalidade têm com quilombos rurais, compreender seus impactos é relevante para o engajamento (ou não) no processo de desenvolvimento do TBC. Sobretudo porque, no caso de manifestações turísticas no espaço rural, estas atividades tendem a rivalizar a mão de obra local quando comparada às atividades agropastoris. Se não analisado, esse fato pode contribuir para a descaracterização social e cultural, afora os impactos ambientais na região, pois o quilombo passaria a demandar mais itens de fora do que aqueles produzidos internamente.

Compreendendo os cuidados relativos aos impactos gerados por cada possibilidade de serviço comercial de hospitalidade, pode-se entender como operar na precificação dele, além de como atingir possíveis públicos-alvo. Em resumo, este texto proporciona uma análise abrangente dos desafios e das perspectivas do desenvolvimento de serviços de hospitalidade em contextos quilombolas rurais, destacando a relevância

de uma abordagem sensível às características culturais e sociais dessas comunidades.

REFERÊNCIAS

- D'ONOFRE, D. G. **Hospitalidade como tecnologia no Vale do Café fluminense do século XXI: produção e consumo**. 2017. 426p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- CAMARGO, L. O. L. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, A. F. M; BUENO, M. S. (org.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- CAMARGO, L. O. L. O estudo da hospitalidade. In: MONTANDON, A. (Org.). **O livro da hospitalidade: a acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: Senac, 2011. p.13-30.
- GRINOVER, L. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, C. M. M. (Org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Manole, 2002. p. 25-38.
- LASHLEY, C. Para um entendimento teórico. In: LASHLEY, C; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade: perspectiva para um mundo globalizado**. Barueri: Manole, 2004. p.1-24.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- SELWYN, T. Uma antropologia da hospitalidade. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004. p. 25-52.
- SIQUEIRA, D. **História social do turismo**. Brasília: Garamond, 2005.
- TELFER, E. A filosofia da “hospitabilidade”. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004. p. 53-78.

Capítulo IV

PATRIMÔNIO AMBIENTAL

REFLEXÕES ACERCA DO
TURISMO COMUNITÁRIO EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Rodrigo Machado Vilani

Docente do PPGEC/UNIRIO

Maria Celeste Lustosa

Mestranda do PPGEC/UNIRIO; coordenadora do Coletivo de Patrimônio e Turismo do Assentamento Dênis Gonçalves – MST

Maximiano Lins Prates

Mestre em Ecoturismo e Conservação pelo PPGEC/UNIRIO; doutorando do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente (UERJ)

Andréia Ferreira dos Santos

Licenciada em Educação no Campo – Linguagens e Códigos e mestranda em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri



APRESENTAÇÃO

Tanto o módulo “Meio Ambiente” do curso como a construção deste capítulo foram pensados a partir da perspectiva de diálogo intercultural de Dussel (2016) e da Ecologia Decolonial de Ferdinand (2022), portanto, transversal, sem hierarquia de saberes e integradora das premissas dos debates antiescravista, anticolonialista e ambientalista. Essa concepção estrutura a ideia de troca, diálogo, e não de curso formal onde quem fala tem a propriedade para transmitir um conhecimento norteador e/ou definitivo.

Nesse contexto, foi preparado o diálogo sobre Turismo de Base Comunitária (TBC), realizado em 8 de julho de 2023, cujos resultados passamos a mostrar nesta seção.

Além desta apresentação, este capítulo está organizado em uma primeira parte, na qual constam os elementos teóricos e jurídico-políticos que estruturaram a concepção do módulo. Na segunda parte, a experiência de Turismo de Reforma Agrária do Assentamento Dênis Gonçalves é relatada por Maria Celeste Lustosa — coordenadora do Coletivo Intersetorial de Patrimônio e Turismo e discente do mestrado em Ecoturismo e Conservação (PPGEC). Max Prates, guia de turismo, egresso do PPGEC e doutorando em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), traz suas experiências com turismo comunitário na Região dos Lagos do Rio de Janeiro. As três primeiras partes compuseram o módulo propriamente dito. Por fim, a quarta seção deriva dos diálogos produzidos no dia do curso e foi elaborada por Andreia Ferreira dos Santos, do Quilombo de Raiz, a partir da sua leitura dos desafios e das possibilidades do turismo no território quilombola.

1 ADOTANDO UMA PERSPECTIVA INTEGRADORA

Para o diálogo proposto com base nas premissas indicadas anteriormente, selecionamos um conceito norteador:

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. (Maldonado, 2009, p. 31).

A opção por um conceito estruturante, contudo, não visou determinar a troca de experiências com os grupos locais. Por meio de uma concepção inicial, procuramos estabelecer as linhas a serem definidas para a construção de uma ideia de TBC situada nos territórios quilombolas de Minas Gerais.

Outra premissa relevante é a ameaça jurídica e política do marco temporal dos territórios quilombolas, a exemplo do ocorrido em relação às Terras Indígenas. No art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), está definido que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Portanto sem a definição de uma temporalidade ensejadora ou justificadora deste direito.

Importa esclarecer que o poder público não detém a competência de “classificador” da condição de quilombola, mas a obrigação constitucional de “promover garantias para que se torne uma realidade a propriedade deles sobre as áreas que tradicionalmente ocupam” (Henriques Filho, 2011, p. 158).

O procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos é regido pelo Decreto n.º 4.887/2003.

Contudo, o Projeto de Lei n.º 1942/2022, de autoria de Coronel Armando (PL-SC), tem por objetivo definir um marco temporal nos seguintes termos:

Art. 2º Para fins desta Lei, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, dotados de relações territoriais específicas, com trajetória histórica própria relacionada à resistência ao regime escravocrata, com presunção de ancestralidade negra, que estavam ocupando efetivamente suas terras em 05 de outubro de 1988, salvo renitente esbulho. (PL 1942/2022).

Diante dessa conjuntura, com base em Maldonado (2009), Moraes (2019) e Santos *et al.* (2018), optamos por enfatizar os pressupostos para a construção de uma iniciativa de TBC a partir da defesa do território quilombola como elemento central (Figura 1).



FIGURA 1

Pressupostos do TBC

Fonte: Elaboração própria.

Os territórios quilombolas são compreendidos não como a circunscrição de resíduos ou resquícios arqueológicos, mas “consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio” definido pelo uso comum da terra, pela solidariedade e pela reciprocidade (ABA, 1994 apud O’DWYER, 2002, p. 18).

O conjunto de patrimônios presentes nos diferentes territórios quilombolas pode ser inserido em políticas de turismo e ações de TBC, uma vez que o turismo, enquanto fenômeno social, “carrega em si a capacidade de atuar enquanto veículo de comunicação” (OLIVEIRA, 2021, p. 177).

Portanto, o potencial do TBC na proteção e valorização dos saberes e fazeres quilombolas, bem como do patrimônio

ambiental resultantes dessa interação com a biodiversidade, deve também ser estimulado e promovido pelo poder público, inclusive se adotarmos uma leitura integradora da Constituição Federal a partir do art. n.º 180.

1.1 Política Estadual de TBC / MG

A Lei Estadual n.º 23.763/2021, de iniciativa da deputada Leninha (PT), definiu o TBC como

Art. 2º, I: aquele que incorpora valores do bem viver, do bem comum, da economia solidária e do comércio justo, orientando um processo sustentável de organização do turismo no âmbito dos territórios de povos e comunidades tradicionais do campo, da cidade, da floresta e das águas, em consonância com o desenvolvimento em escala local e regional e de modo a favorecer a atividade socioeconômica e política e promover a emancipação comunitária, por meio da valorização cultural, conservação ambiental e geração de emprego, renda e inclusão social.

A despeito de a norma manter uma tradição legislativa brasileira de separar a dimensão cultural da natural, é impossível ignorar a diversidade de espécies domesticadas ao longo da história humana. Assim sendo, a noção de patrimônio ambiental emerge como inescapável para a compreensão da complexidade que envolve as dinâmicas culturais e o manejo da natureza (GERHARDT; NODARI, 2016).

Tratada de forma geral, a biodiversidade é analisada por Almeida (2010, p. 61) em sua pesquisa sobre o território quilombola dos Kalunga de Goiás como “uma poderosa interface entre a natureza e a cultura”. Nesse sentido, cumpre destacar o certificado de “Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial” conferido às apanhadoras e aos apanhadores de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço Meridional em Minas Gerais (v. Seção 4).

Tal certificado busca reconhecer as atividades agrícolas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais em diversas partes do mundo, as quais apresentem relevância global em função da paisagem em que se encontram e sua biodiversidade, aliadas aos conhecimentos e tecnologias produzidos por esses povos e comunidades em relação ao manejo da terra. Neste sentido, suas contribuições culturais, sociais, ambientais e econômicas à sociedade são, em muitos casos, ameaçadas pelo agronegócio predatório. (TAVARES et al., 2021, p. 289).

Não se pretende simplificar o debate que envolve dinâmicas territoriais multidimensionais, diversos aspectos culturais, além de um conjunto de ameaças aos territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, entre as quais o próprio turismo. Contudo, o reconhecimento de séculos de manejo cultural da biodiversidade como um patrimônio ambiental pode fortalecer os elementos constitutivos do TBC, em especial, a relevância da defesa do território e desses saberes e fazeres associados à biodiversidade.

Logo, as políticas públicas de desenvolvimento do TBC têm um papel relevante no fortalecimento do pertencimento ao território e na superação dessa dicotomia, além das próprias comunidades reconhecerem esse patrimônio ambiental “como seu, pois elas elaboram sua identidade coletiva a partir dele e podem considerá-lo uma herança a ser conservada para que prossiga existindo” (GERHARDT; NODARI, 2016, p. 67).

Como veremos nas próximas seções, a perspectiva integradora de TBC — na relação sociedade e natureza (patrimônio ambiental), na coesão social e no estabelecimento de parcerias e/ou diálogos — é fundamental ao desenvolvimento dessa experiência de resistir, valorizar e pertencer.

2. TURISMO DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES

O programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) persegue uma mudança estrutural na relação com o acesso à terra, com os bens da natureza, com os modos de produção e com a organização comunitária camponesa. Não é só a conquista da terra, a produção agroecológica e a organização do cooperativismo, mas a relação equilibrada com a natureza e o acesso à educação e à cultura, valores fundamentais na prática política do movimento.

Esses objetivos são o caminho para a compreensão do Turismo da Reforma Agrária, que pode ser entendido como uma iniciativa política, solidária e popular para o compartilhamento dos bens naturais e culturais presentes nos territórios da reforma agrária. É a democratização do acesso às belezas culturais e naturais dos territórios da Reforma Agrária: o que antes pertencia a uma só família pode ser acessado pelo conjunto da

sociedade, incentivando o turismo social e sendo organizado a partir dos princípios do TBC.

2.1 TERRITÓRIO ONDE NASCEU O PROJETO

O Assentamento Dênis Gonçalves, antiga Fazenda Fortaleza de Santana, situado na Zona da Mata Mineira, encravado na Serra da Babilônia, com área de aproximadamente 4.200 hectares, sendo 3.000 hectares de Mata Atlântica preservada, foi sesmaria, demarcada em 1811, distribuída aos primeiros beneficiários no início do século XIX.

Consta que a fazenda foi rica produtora de açúcar e café, à custa do trabalho de negros escravizados. Edifícios e resquícios de construções incluem uma senzala no porão de um edifício de dois andares, ruínas de uma usina de açúcar e uma Casa de Beneficiamento de Grãos.

Muito antes da chegada dos colonizadores brancos, ou dos trabalhadores negros escravizados, as encostas e os topos dos morros foram habitados por diversos povos originários, como os puri, maxakali, coroado e coropó. A mata guarda cavernas míticas, inúmeras nascentes de água e muito alimento, e os grupos que lá se estabeleceram tinham perspectiva de permanência, desenvolvendo a agricultura, enterrando seus mortos e deixando mensagens nas paredes dos abrigos.

Entre outras riquezas, esse território conta toda a história agrária do Brasil: os povos originários cultivaram a terra de forma comunitária, desconhecendo a propriedade privada e a exploração do trabalho do semelhante. Os negros escravizados pelos sesmeiros, estes detentores da posse exclusiva e do uso da terra, geraram a riqueza do açúcar e do café. O colonato marcou presença com trabalhadores alemães e italianos e ampliou a riqueza dos que então detinham a propriedade da terra. A partir de 1888, mantida a propriedade da terra e os meios de produção com o fazendeiro, foram os trabalhadores rurais assalariados que ocuparam a cena, abrindo novo período de exploração do trabalho. Hoje, são as assentadas e os assentados da reforma agrária, com suas cooperativas e trabalho solidário, que produzem alimentos saudáveis, liberados da exploração, detendo a posse e o uso da terra.

2.2 *Vocação turística*

A vivência no território e a consciência desses aspectos histórico-culturais do passado e do presente levaram os(as) assentados(as) à compreensão das vocações turísticas e ao interesse

de transformar recursos em produtos. Um levantamento prévio apontou inúmeras possibilidades.

Podemos contar a história agrária brasileira: da terra e da produção que não era de ninguém, mas de todos à terra e à produção apropriada. Também podemos narrar a história da diáspora negra africana, das riquezas culturais dos povos escravizados à geração de riqueza para o dominador. A história das imigrações alemã e italiana no Sul da Zona da Mata também passa pelo nosso território, com traços marcantes na cultura e na arquitetura locais. O ecoturismo aparece com força, considerando a riqueza hídrica, botânica e animal, com destaque para a quantidade e a diversidade de aves na Serra da Babilônia e de uma bromélia endêmica da mata do Assentamento.

A cultura camponesa, a agroecologia, a educação ambiental e as práticas coletivas despertam muito o interesse da sociedade e constituem uma das principais demandas dos visitantes. A natureza é um bem comum a todas e todos e deve ser bem tratada!

A primeira experiência, a demanda por visitação e as parcerias construídas: No começo de agosto de 2021, foi tomada a decisão de organizar uma primeira experiência aberta de visita o em grupo. Ao longo de 45 dias, aproximadamente, o evento foi sendo organizado e envolveu 17 pessoas no trabalho e inúmeras famílias e suas produ es.

Foi preciso dar conta de propaganda e comunica o, constru o de apoios institucionais, ordenamento de aspectos legais, orienta es sanitárias (por conta da pandemia de covid-19), acolhimento e administra o financeira, além,   claro, do trabalho na prepara o das refei es e compras prévias, internas e externas, e da limpeza, organiza o e decora o do espaço. Um grupo menor, de cinco pessoas, trabalhou durante todo o período, enquanto o restante atuou nos dias que antecederam o evento e no próprio dia.

A publica o das primeiras chamadas nas redes sociais despertou enorme interesse, atingindo, inclusive, pessoas fora do Brasil. Postagens regulares, na forma de pequenas provoca es, foram sendo feitas ao longo das semanas, e, em pouco tempo, além das 40 vagas oferecidas, tínhamos cerca de 20 pessoas em lista de espera. Contamos com o apoio remoto, mas cuidadoso, da professora Luciana Bittencourt Villela, do curso de Turismo, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com ela, discutimos algumas ideias práticas e encaminhamentos para o dia.

Foi adquirido um chip telef nico e criado um endereço no Instagram e no Facebook por onde nos comunic vamos com o mundo exterior. O número de celular, em especial, foi o canal utilizado para explicar aos interessados como seria a dinâmica da visita o e o que exatamente estávamos oferecendo. O telefone também serviu como liga o com jornalistas e pesquisadores que buscavam informa es sobre a iniciativa. Tivemos

alguns apoios importantes. A Prefeitura de Chácara e o Centro Cultural da Cidade de Goianá ajudaram com a infraestrutura física. Houve muito rigor com a organização e a limpeza do local, especialmente dos banheiros.

Formamos quatro grupos de visitantes, cada um com dez pessoas: dois grupos visitaram os produtores, o grupo de número três fez a caminhada à Toca da Índia, três quilômetros, ida e volta, e o grupo quatro, de observadores de aves, fez oito quilômetros por estradas rurais, margeando, no trecho final, o açude da Serra da Babilônia. O pacote incluía café da manhã, almoço e a companhia de condutores locais durante o passeio.

A partir do retorno para o almoço, marcado para as 12h30/13h, foi realizada uma feirinha com produtos agroecológicos locais e regionais. Cumpridas as atividades, cada um ficou livre para se retirar quando lhe fosse conveniente. Foi exigido de todos os participantes que comprovassem estar em dia com o calendário de vacinação e que usassem máscaras enquanto estivessem no território.

A experiência foi avaliada por todas as pessoas que trabalharam na organização e condução da visita e por parte significativa dos visitantes (54%). Todas e todos muito satisfeitos com os resultados!

A implantação do projeto *Plantio Solidário*, o estreitamento dos laços com a Universidade, especialmente com as áreas de turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e a continuidade da alimentação das nossas páginas do Instagram e do Facebook aumentaram exponencialmente a demanda de interessados em conhecer nosso território e nossas riquezas. Hoje, temos mais procura do que capacidade de responder aos desejos dos potenciais visitantes.

Estamos organizando nossa capacidade com a consciência de que vamos devagar, mas vamos longe!

3. EXPERIÊNCIAS DE UM GUIA DE TURISMO

Esta seção traz duas experiências de TBC em Arraial do Cabo: 1 – Peixe na Laje do Menezes; 2 – Circuito das Salinas. A proposta foi descrever a concepção dos roteiros, a partir da perspectiva de um guia de turismo, para discutir aspectos gerais e específicos

do planejamento, de parcerias, desafios e possibilidades do TBC em territórios quilombolas.

3.1 Peixe na Laje do Menezes

Apesar de ter sido empreendido apenas de forma experimental, sem nunca ter sido implementado de fato, esse roteiro foi idealizado para ocorrer da seguinte maneira: traslado a partir do Rio de Janeiro e da Região dos Lagos (com *transfer* exclusivo), *Walking Tour* (caminhada) pelo Centro Histórico de Arraial do Cabo realizado com guia de turismo credenciado, onde os turistas teriam a possibilidade de conhecer alguns importantes atrativos histórico-culturais, entre eles a Casa de Piedra, o Marco Histórico de Américo Vespúcio, a Cacimba, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e a Casa da Poesia.

Após isso, os turistas se dirigiam para um passeio de barco, finalizando com almoço exclusivo realizado na casa do sr. Jorge Gomes Menesez, um carismático e cativante pescador (já falecido) do município que transformou sua residência em um meio de hospedagem e atrativo turístico. O almoço era preparado por ele e sua esposa Regina Franco Menezes, com frutos do mar pescados pelo próprio Menezes e ingredientes retirados de uma pequena horta que havia no quintal da casa, cuja vista para a Praia dos Anjos era deslumbrante (Figura 2).



FIGURA 2

Vista da Praia dos Anjos

Foto: Gustavo Távora (2016)

A ideia era que, durante todo o tempo de permanência na casa, os turistas fossem entretidos pelos “causos” sobre a cidade e as famosas “histórias de pescador” contadas pelo anfitrião.

Circuito das Salinas

Saindo do centro de Arraial do Cabo e passando por paisagens de magnífica e peculiar beleza cênica que perpassam a Restinga da Massambaba, tais como a Lagoa Azul, o Brejo do Espinho e a Praia do Pneu, o roteiro consistia em visita a uma parte do patrimônio socioambiental relacionado ao ciclo de produção salinera da Região dos Lagos (Figura 3). Lá os turistas tinham a possibilidade de conhecer salinas ainda ativas localizadas entre Arraial do Cabo e Praia Seca, em Araruama, e o processo de produção de sal e derivados feito pelos próprios trabalhadores dessa importante atividade econômica que influenciou histórica e culturalmente toda a ocupação territorial local.



FIGURA 3

Salinas em Arraial do Cabo

Foto: Gustavo Távora (2016)

Após a visita, os turistas eram convidados a visitar *stands* montados pelas esposas ou familiares dos salineiros, nos quais eram comercializados o sal e a flor de sal.

As experiências trazidas reúnem um conjunto de esforços visando a valorização cultural, a conservação ambiental, a geração de emprego, renda e a inclusão social dos moradores. Tanto

no Peixe na Laje do Menezes quanto no Circuito das Salinas os roteiros não surgiram de uma demanda espontânea da comunidade pesqueira ou salineira, e sim da observação e motivação do guia de turismo Max Prates e de seu sócio à época, o turismólogo Gustavo Távora. Construir uma alternativa ao turismo de massa foi o objetivo que deu origem a essas propostas. Partindo-se dessas experiências, como principais elementos para o planejamento e a reflexão sobre a implementação do TBC em territórios quilombolas:

- » Foi destacado que os roteiros apresentados procuravam contribuir para uma experiência de TBC — com parceria entre os detentores dos saberes tradicionais e a empresa turística —, em razão de a proposta de visita ter tido por pressuposto básico o protagonismo dos anfitriões. Daí a preocupação sinalizada para os alunos da N’Golo sobre potenciais parceiros econômicos. Querem ser parceiros mesmo e praticar os pressupostos do TBC ou somente lucro?;
- » Abordou-se a necessidade de se ter um compromisso ético com os roteiros e pacotes vendidos e, conseqüentemente, com os potenciais clientes, no sentido de não se utilizar do artifício muito comum no segmento do ecoturismo de lançar mão do prefixo “eco” para supostamente mostrar aderência e preocupação concomitante com as problemáticas relacionadas ao turismo e ao meio ambiente apenas para comercializar seus pacotes e produtos, mas sem uma adesão real a essas questões (PIRES, 1998);
- » Foi tratada a importância da criatividade e da observação da realidade, das vocações e potencialidades locais, que podem se dar por diversas vias metodológicas — entre elas através de um diagnóstico participativo ou pela matriz-análise SWOT/FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) — para a criação dos roteiros e pacotes;
- » Chamou-se a atenção para a sazonalidade voltada ao planejamento dos roteiros, que não eram realizados em agosto e setembro por causa dos ventos fortes em Arraial do Cabo e na Região das Baixadas Litorâneas (também conhecida como Região dos Lagos);
- » Foi levantada a questão da importância de uma rede de parcerias com instituições como o Sebrae, as universidades, os institutos federais e/ou o terceiro setor quanto à criação dos roteiros/pacotes e precificação;
- » Destacou-se a profissionalização e o profissionalismo das(os) responsáveis pelo marketing e divulgação dos produtos/roteiros, e de se ter um bom receptivo turístico, conforme lembrado pelo

prof. Dan Gabriel Onofre (v. capítulo III) ao falar da qualidade na prestação dos serviços em sua aula;

- » Observaram-se questões de logística, comunicação e o desconforto dos trabalhadores das salinas para falar diante de um grupo de turistas, obstáculos tratados e que precisam ser analisados na implementação do TBC.

4. A COMUNIDADE QUILOMBOLA E APANHADORA DE FLORES SEMPRE-VIVAS RAIZ

Localizado no município de Presidente Kubitschek/MG, no alto do Jequitinhonha, Serra do Espinhaço, está o Quilombo de Raiz, composto por cerca de 29 famílias e 130 pessoas de todas as faixas etárias, vivendo em uma única rua, cada um com sua especificidade. A história da comunidade é construída e contada com a chegada do casal Maria Madalena e Geraldo Ferreira, a “Mãe Veia” e o “Pai Veio”, como são conhecidos por todos.

As pessoas transitam e dividem quintais, cozinhas, com um modo próprio de criar os filhos. Todas as famílias têm laços de parentesco e afeto com as flores sempre-vivas, as atividades relacionadas às hortas, os quintais produtivos, a roça de toco e com o artesanato de capim dourado. Todos estes afetos estão conectados ao território onde as comunidades vivem há gerações. É um espaço carregado de história e cultura, com a identidade dos sujeitos que o compõem.

O contar história é uma forma de expressão importante em Raiz e, nesse papel, são os mais velhos os protagonistas, mas os mais jovens ficam bem atentos. De forma geral, os estudos sobre história oral ensinam que o que se conta tem uma estrutura envolvendo o passado, a época e o presente.

As vivências do passado geralmente são narradas de forma reflexiva e comparadas com o momento atual. No contexto de Raiz, revisitar o passado a partir do presente confirma os valores relacionados à identidade preta, que foi iniciada em 2014 e reafirmada em 2015 quando a Fundação Cultural Palmares certificou a comunidade.

A oralidade é a forma por meio da qual o território foi demarcado pelos mais velhos; as lideranças, principalmente jovens mulheres, buscam demarcar o território no papel, pois é

dessa forma que os órgãos governamentais entendem e lidam com as comunidades.

4.1 A Construção da cartografia social

Os apanhadores de flores sempre-vivas estão presentes em cerca de 20 comunidades, boa parte deles é quilombola e está na região há séculos. Localizam-se nos municípios de Bocaiúva, Olhos D'Água, Diamantina, Buenópolis, Couto Magalhães, Serro e Presidente Kubitscheck.

O nome “sempre-vivas” refere-se às espécies características do bioma cerrado. Estima-se que a região concentre 200 espécies de flores, folhas e frutos secos. O cultivo é feito de forma sustentável, por acreditarem eles que o sujeito e a natureza devem ter uma relação de cuidado e respeito. O Quilombo de Raiz é uma das seis comunidades de base da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex) de Minas Gerais. A estrela é uma das 200 espécies encontradas (Figura 4). Na fotografia está o apanhador de flores e artesão João Batista Ferreira.



FIGURA 4

Campo de flores estrela

Fonte: Acervo pessoal de Andreia Ferreira dos Santos.

Para retratar o patrimônio ambiental da comunidade através do exercício da memória, o território foi desenhado no papel (Figura 5). A realização dessa atividade contou com a

parceria da Codecex, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e de outros parceiros.

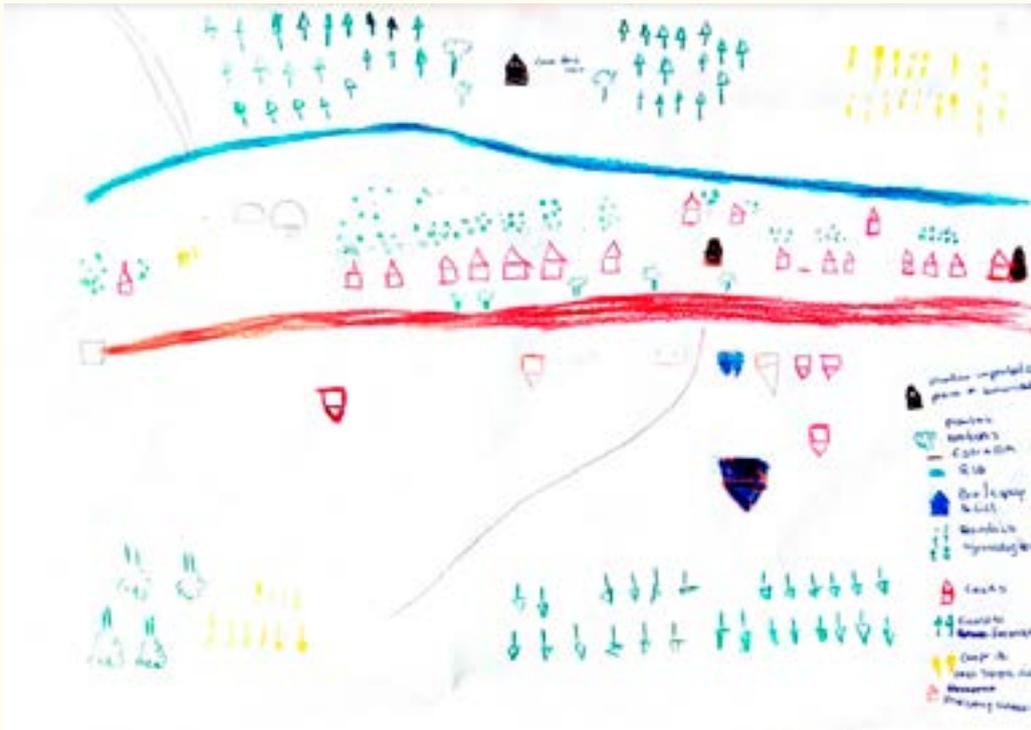


FIGURA 5

Cartografia social do Quilombo de Raiz

Fonte: Acervo pessoal de Andreia Ferreira dos Santos.

Para esse momento, foram chamados os mais velhos e as lideranças, pois o território é um espaço de disputa e é preciso usar estratégias de segurança. O processo foi feito em coletivo através do diálogo entre os mais velhos e os jovens em um momento de troca e de formação. Primeiramente, desenhou-se o espaço ocupado pelo Quilombo, com os quintais e as casas totalizando aproximadamente 20 ha. De repente, a memória é visitada, e o tio Luiz se refere à diversidade de ambientes de conhecimento, que são os brejos, vargens, morro, capão, capoeira, serras e campos. Os jovens foram desenhando o mapa a partir da memória dos mais velhos: as terras de uso comum, o local de onde se busca lenha, as plantas medicinais, a planta ornamental, os frutos e o cipó.

Os diálogos e as trocas foram importantes para identificar cada canto do território do Quilombo. Dessa forma, além de serem apresentados os nomes de cada espaço, foi possível identificar a qualidade do solo, as plantas que nascem em cada canto, as cachoeiras, os rios, os campos de capim dourado, as sempre-vivas.

Ademais de mostrar os impactos do homem, a mudança das plantas nativas para a plantação de eucalipto e baquiária,

percebe-se, nas expressões corporais e no olhar dos idosos, o sentimento de tristeza ao dizer que a água do capão redondo secou, que debaixo dos eucaliptos nem os animais andam; e onde eram os campos de flores, a terra é vista de outra forma, como relata Costa Filho e Mendes (2013).

Para os quilombolas, o território é um espaço de relações, conhecimento e pertencimento a um lugar específico e a uma história de ocupação presente na memória, espaço de reprodução dos saberes. Isso ultrapassa o sentido de terra, onde a terra é vista como mercadoria.

Os saberes tradicionais, as vivências, o pertencimento e a identidade possibilitam esse olhar diferenciado para o contexto de onde moro. O potencial turístico a partir do curso de Turismo de Base Comunitária me dá ainda mais segurança para pensar nessa modalidade de renda para as famílias do Quilombo. Temos um acervo vivo que são nossos mestres e mestras, detentores do conhecimento ligado à biodiversidade do Serrado. Além de preservar a herança de “Pai Veio e Mãe Veia”, conseguem manter os descendentes no território.

A formação da comunidade e a trajetória de busca pelos reconhecimentos e direitos, o papel da juventude e, principalmente, das jovens mulheres são um ponto específico e que chama a atenção. São importantes reconhecimentos: da Fundação Palmares, em 2015, como remanescente de Quilombo; do estado de Minas, em 2018, como Apanhadores de Flores Sempre-Vivas, e; em 2020, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como Primeiro Patrimônio Agrícola Mundial Brasileiro e como Patrimônio Cultural de Minas Gerais pelo IEPHA/MG em 2023.

Outros pontos são: a estratégia usada pela comunidade para colher flores sempre-vivas mesmo sendo proibida a entrada no território pelos fazendeiros e a enorme plantação de monocultura de eucalipto; o artesanato de capim dourado que é feito por mais de 35 artesões de 10 anos a 76 anos, a organização e o trabalho coletivo; os quintais produtivos que manejam mais de 90 espécies de plantas, a organização e a alimentação.

Entre os desafios estão: a adaptação das moradias para oferecer com conforto ao cliente; a comunidade tem acesso proibido ao território em razão de processo em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Então, como a maioria dos pontos turísticos está dentro dessa área territorial, o acesso a ele seria restrito.

A titulação do território representa uma forma de reparação dessas injustiças históricas. Portanto, ele é central para a identidade, a sobrevivência, a cultura e a resistência das comunidades quilombolas. Conservar e proteger esses territórios é uma parte

essencial da promoção da justiça social, dos direitos humanos e da preservação da diversidade cultural e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tratar-se de um diálogo sobre Turismo de Base Comunitária, estruturado a partir de umnexo de interculturalidade e decolonialidade, como mencionado na apresentação do presente capítulo, fica claro que os conteúdos evidenciados expressam uma diversidade de olhares, propostas, atividades e abordagens. A perspectiva adotada procura situar o texto de forma a não produzir assimetrias ou qualquer tipo de sufocamento ou mal-estar epistêmico tanto para o(a) leitor(a) como para as(os) autoras(es).

Apresentamos possibilidades e desafios para o planejamento, a implementação e o estabelecimento de parcerias. Se tomarmos o Quilombo de Raiz como exemplo, podemos destacar como a proibição de acesso ao território, a monocultura de eucalipto e a braquiária direcionaram a organização do quilombo para geração de renda a partir da produção do artesanato, dos quintais e na apanha de flores sempre-vivas. O TBC pode contribuir para o processo de resistência da comunidade e para o fortalecimento da noção de patrimônio ambiental tanto com o intuito de manter sua cultura viva como para a sobrevivência em meio ao caos da proibição de acesso ao território.

Entendemos, portanto, que o módulo Meio Ambiente trouxe um conjunto de experiências e diálogos para contribuir com as propostas de TBC nos territórios quilombolas de Minas Gerais. Procuramos destacar que o TBC pode, além de gerar renda à comunidade, valorizar a cultura delas, particularmente, a partir da identificação e disseminação do patrimônio ambiental associado a cada território quilombola do estado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 1, p. 36–63, 2010.

COSTA FILHO, A.; MENDES, A. B. V. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Belo Horizonte: Superintendência de Comunicação Integrada/MPMG, 2013. [Cartilha].

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**. São Paulo: UBU, 2022.

GERHARDT, M.; NODARI, E. S. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 54-71, 2016.

HENRIQUES FILHO, T. Quilombola: a legislação e o processo de construção de identidade de um grupo social negro. **Revista de Informação Legislativa**, a. 48 n. 192, p. 147-170, 2011.

MALDONADO, C. O Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. pp. 25-44.

MORAES, E. A. **Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede Cearense de Turismo Comunitário TUCUM – Ceará – Brasil**. 2019. 348f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, M. A. S. A. de. Processo de Atribuição de Valor Turístico ao Patrimônio: uma análise através da memória da Política Nacional de Turismo. **Arquivos do CMD**, v. 8, n. 1, p. 157-180, 2021.

O'DWYER, E. C. **Quilombos – identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, L. et al. “Entre conflitos e resistências”: A nova cartografia social como instrumento de luta pelo território das comunidades tradicionais do norte de Minas Gerais. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 31, Brasília, 2018. Anais eletrônicos [...] Brasília: ABA, 2018. p. 1-11. Disponível em: <http://bit.ly/3NJcFW4>.

PIRES, P. S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo - Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 75-91, 1998.

TAVARES, T. R.; CASTRO, V. G. de; SANTOS, A. F. dos. A Comunidade Quilombola de Raíz em Minas Gerais: Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 57, p. 288-309, 2021.

Capítulo V

GEOPOÉTICA E BASE COMUNITÁRIA

**NO ENCONTRO DE NOSSAS NASCENTES,
AS NOSSAS BASES NA TERRA**

Luiza Corral Martins de Oliveira Ponciano

Docente do PPGE; do povo puri; artista; bióloga; paleontóloga; doutora em geologia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Instituto de Biociências, Departamento de Ciências Naturais, Laboratório de Tafonomia e Paleoecologia Aplicadas – LABTAPHO.

Ilana Ribeiro Cardoso

Fundadora da Rota Nativa, no Quilombo Mumbuca, Jalapão, Tocantins.

Lidiane Santos Barbosa

Mestranda do PPGE/UNIRIO; licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); coordenadora do Projeto Eco Rede (Alfazendo/CDD); integrante do Coletivo de Pesquisa Construindo Juntos

APRESENTAÇÃO

A partir da proposta de diálogo sobre Turismo de Base Comunitária (TBC) em conjunto com componentes da Federação Quilombola N’Golo, realizado em 15 de julho de 2023 — nomeado Afetividades, Arte e Geopoética — e tendo como referências em comum as observações feitas por Malcom Ferdinand em *Uma ecologia decolonial* (2022), assim como o módulo “Meio Ambiente” do curso ministrado pelas autoras, este trabalho foi elaborado em duas partes.

Na primeira delas constam algumas reflexões teóricas, mas também de vivências sobre geopoética. Esta parte foi sugerida como uma possibilidade de correlacionar nossas reflexões sobre o que é “base” e o que é tido como essencial para ser considerado “de base” tanto pelas referências teóricas aqui apresentadas como também pelas autoras que fizeram a proposta do citado módulo dentro do curso.

Na segunda parte deste trabalho, Ilana Ribeiro conta suas experiências e apresenta os materiais produzidos no Quilombo Mumbuca, localizado no Jalapão, estado do Tocantins. Inclusive trazemos para esta abertura um texto da caderneta geopoética de Luiza Puri Corral escrito em 18 de setembro de 2023. O tema foi inspirado nas músicas, nos artesanatos e nas vivências com a planta capim dourado no Quilombo Mumbuca, nas falas de Ilana Ribeiro, de Ismael Ribeiro e de todo o grupo participante do primeiro roteiro da @rotanativa na Mumbuca durante a festa da colheita, em setembro de 2023, sendo resultado de um encontro de base nas nossas nascentes:

“Na descida da Sussuapara, água de Rio Novo corta garganta de antigo Rio de pedra. Meandros petrificados de fundos de milhões de rios confluem para que possamos (re)encontrar nossas raízes. Ali na frente, quando aflora, água se move com uma calma de quem passa pelas finas areias brancas sem nem sussurrar. As vozes emergem quando encontramos as primeiras pedras no interior, cantarolando violinhas de vereda, som dos buritis. Como é bom lembrar de ti no encontro das águas, crianças brincando de se enterrar em nascentes risonhas que borbulham felicidades perdidas no passado. Até no meio da fumaça de incêndios que nos cegam por estradas antigas nunca trilhadas, onde tudo está caindo, sustentamos o Céu com nossos cantos, danças e histórias originárias. A fênix mergulha para renascer em fervedouros de emoções contidas pelos cotidianos automáticos. Assim nos abrimos para respeitar histórias ancestrais da família que nos abraça com o prazer de presenças verdadeiras. Olhos nos olhos, poesias fluem de anciãs que nos curam com abraços. Nos chás e histórias de Dona Doutora e Dona Tonha, aulas de vida são ofertadas a cada respiração. Na doçura delas e dos mini cajus,

vivemos trocas que alimentam e acordam até mesmo quem tinha se desligado de si. A poeira entranha até os ossos, nos lembrando que também somos (T)terra. Inclusive nos balanços de raízes e troncos pelas margens, nos entregamos. As águas nos contam que estamos unidas por fios de seda quase invisíveis, é preciso lavar os olhos para remover as vendas que aceitamos que nos coloquem quase todos os dias. Foi meu amor que me disse assim: volte para você mesma. Pare de se perder nas garras de controles alheios. Seja a onça que corre livre pelas veredas, atrás das Emas, deslumbrada pelo brilho dourado das rosetas de capim. Seja a arara que baila pela imensidão azul das águas que estão tanto acima quanto abaixo de nós, aguando nossas securas de volta à vida. Com alegria, o Jalapão espera, e ama, o encontro da nossa volta.” Este texto também exemplifica como a geopoética pode contribuir para a criação de materiais diversos a serem utilizados em ações associadas ao TBC, como apresentaremos a seguir.

Na terceira e última parte, a experiência de Lidiane Santos — coordenadora da Rede Comunitária de Desenvolvimento Socioambiental – Projeto Eco Rede, da Instituição de Base Comunitária Alfazendo (Cidade de Deus) e discente do mestrado em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO) — propõe uma reflexão acerca do protagonismo local a partir da vivência no território da Cidade de Deus (estado do Rio de Janeiro), com uma projeção de sonhos e elaboração de soluções para os impactos no território e o registro das transformações sociais.

BASES E RELAÇÕES: UMA GEOPOÉTICA ORIGINÁRIA

Quem costuma ter mais contato com a terra/Terra em diversas escalas, enquanto solo/base e planeta são as pessoas que elaboram suas atividades mais na prática, nas vivências, com seus corpos integrados nas reflexões teóricas. Como propõe Ferdinand (2022):

Tomar corpo no mundo responde à dupla tarefa de identificar as maneiras pelas quais os corpos, simultaneamente, estão ancorados em relações materiais, biológicas e ambientais com as economias destruidoras dos ecossistemas da Terra e são parte integrante de relações socioeconômicas e políticas que engendram desigualdades sociais, discriminações de gênero e de raça. Trata-se de recompor nossos corpos fraturados, restaurando-os em suas relações com o mundo.

Tendo por base destacar como as culturas afro-brasileira e indígena podem ampliar e aprofundar as referências teóricas da geopoética e, desse modo, criar em coletivo projetos mais efetivos de conservação da natureza (inclusive junto ao turismo), trazemos como recorte algumas referências que reflexionam sobre bases e relações, termos integrantes dos conceitos de geopoética e também associados ao TBC, conforme explicitado nos outros capítulos deste livro. Acreditamos esse tipo de percepção aproximar mais as pessoas dos lugares que elas podem até já ter visitado, no entanto sem uma “abertura” e “porosidade” que lhes permitissem a absorção integral, também em seus corpos, dos múltiplos significados que o ambiente pode expressar para cada um de nós.

Um dos nossos objetivos com a geopoética é o de as pessoas voltarem a se abrir para sentir a conexão profunda, “de base”, com todos os elementos da Terra, pois ela em si não deixou de existir, muitas pessoas é que deixaram de percebê-la por vários motivos.

É interessante destacar também que o chamado aqui de geopoética é uma visão de mundo muito “de base” para as culturas afro-brasileira e indígena, por exemplo. É por esse olhar que as pessoas vivenciam cotidianamente relações mais sensíveis e íntimas com a natureza — inclusive sem a usual separação entre os humanos e os demais elementos, como o uso deste termo pode suscitar.

Ferdinand (2022) apresenta diversos exemplos de como é absurdo pensar as questões envolvendo a proteção dos ecossistemas do planeta sem incluir os não brancos (pessoas racializadas), “sem os quais” — conforme reforça Aimé Césaire, poeta e filósofo martinicano, em seu poema “Diário de um retorno ao país natal” — “a Terra não seria a Terra”. Este trecho revela uma concepção de habitar a Terra na condição da presença dos outros, começando na relação com os outros.

Apesar disso, ainda quase não encontramos no meio acadêmico tal associação com a geopoética — tendo esta sido formalizada como conceito inicialmente em referências bibliográficas na Europa.

Nesse contexto, relataremos a seguir um resumo das primeiras publicações com o recorte citado acima. Começamos pela linha desenvolvida por Kenneth White, fundador do Instituto Internacional de Geopoética, quem, em 1989, associou esse termo às diversas formas de relação sensível dos seres humanos com o planeta Terra. Segundo White (1989), a geopoética é uma teoria-prática podendo embasar vários tipos de atividade — científicas, didáticas, artísticas, turísticas... — que tentam se libertar de disciplinas muito estreitas, estando em busca de uma base e dinâmicas duráveis.

O prefixo “geo” refere-se à Terra como base, “coisa com a qual, além de todas as diferenças [...] estamos de acordo”, numa busca pelo considerado essencial em uma relação direta com as “coisas” da Terra. A “poética” do termo pode ser resumida como um processo de criação e composição do mundo (exterior e interior) que emerge do contato com a Terra, mantendo a associação entre pensamento e emoção despertada no corpo, destacando as vivências.

Segundo Bouvet (2012), a geopoética procura criar a possibilidade de cada pessoa estabelecer relações harmoniosas com os demais seres humanos à base de um pertencimento comum, sendo tal área um vasto campo de pesquisa e criação, no qual se cruzam as ciências, as artes e a literatura.

Essa autora sugere um “caminhar no ‘campo geopoético’ cada um a seu modo, a partir de um ângulo singular, de sua formação e de sua própria individualidade”, pois “cada percurso na Terra dá a oportunidade de fazer novas descobertas, íntimas antes de mais nada”, para depois compartilhá-las (BOUVET, 2012).

De acordo com Kozel (2012), na geopoética, as mais distintas áreas do conhecimento podem convergir em reciprocidade, com o fim de romper com as fragilidades inerentes às fragmentações e dualidades nas quais estamos imersos, vislumbrando o resgate da inteireza da vida na Terra e o papel da humanidade para sua conservação.

Assim sendo, tal abordagem torna-se ainda mais interessante para estimular a conservação da natureza, por oferecer um terreno de encontros e estímulos recíprocos entre as geociências, artes, biologia, filosofia, física, química e outras disciplinas diversas (turismo,...), desde quando as pessoas que trabalhem com estas áreas estiverem prontas a sair dos seus espaços isolados e se encontrar em ambientes inusitados numa busca por novas correlações e pontos de contato (Ponciano, 2018).

Nesse mesmo trabalho, a autora enfoca como base comum os projetos associados com geopoética descritos nele. Quando foram apresentados por meio de uma combinação de conteúdo científico com diversas formas de expressões artísticas, eles possibilitaram uma estrutura mais eficiente para a realização das ações, ampliando e multiplicando as experiências na busca de novas escutas e relações.

Essas atividades que alimentam a integração entre cultura, ciência e arte podem exercer um papel fundamental na criação de atividades realmente interdisciplinares. Um desses projetos realizados na UNIRIO (Geopoética do Orun ao Ayiê: a Terra que atravessa o Tempo) uniu a divulgação da história da Terra com o empoderamento feminino e a valorização da cultura afro-brasileira. Desta forma, a Coletiva Agbara Obinrin, composta em 2018 por Obá (Adriana Rolin), Oyá (Lilian Tavares), Yemanjá (Luiza Loroza), Oxum (Luana Vitor), Ewá (Graciana Valladares) e

Nanã (Tatiana Henrique), apresentou na UNIRIO e em diversas escolas, museus e espaços públicos performances baseadas na cultura afro-brasileira e na união das geociências com as artes cênicas e geopoética, criando um novo material com enfoque na conservação da natureza e que pode ser conhecido pelo *Podcast Geopoética* e no livro *Ei, mulher*. Esta reintegração das expressões artísticas com os conteúdos científicos visa oferecer a oportunidade de trilhar caminhos diferentes para escutar, ler, sentir e pensar o mundo (PONCIANO, 2018).

Buscando outras referências — que, apesar de não utilizarem o termo geopoética em si, reflexionam sobre ele por meio de outras abordagens —, encontramos, a seguir, a geopoética em alguns trechos das vozes de Ferdinand (2022) e Santos (2023).

Em seu livro *Uma ecologia decolonial*, Malcom Ferdinand (2022) parte da constatação de uma dupla fratura colonial e ambiental da modernidade. A fratura ambiental decorre do dualismo separando “natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, estabelecendo uma escala vertical de valores que coloca ‘o Homem’ acima da natureza”, e a fratura colonial “separa os humanos e os espaços geográficos da Terra entre colonizadores europeus e colonizados não europeus, entre Brancos e não Brancos, entre cristãos e não cristãos”. Seus “efeitos se manifestam na escravização dos povos originários da Terra”, colocando o colonizador, sua história e seus desejos no topo da hierarquia de valores e subordinando as vidas e as terras, desde, no mínimo, a época da Reconquista espanhola e a chegada de Cristóvão Colombo às Américas, em 1492. Deste modo, a dupla fratura nomeia este “muro espesso entre as duas fraturas ambientais e coloniais”, destacando a “dificuldade real de pensá-las em conjunto e de manter, em compensação, uma dupla crítica” (FERDINAND, 2022).

A proposta descrita anteriormente de associar as contribuições das culturas afro-brasileira e indígena com as referências teóricas da geopoética visa justamente contribuir para superar-mos essa dificuldade, em especial no meio acadêmico.

Ainda segundo Ferdinand (2022), as colonizações históricas — bem como o racismo estrutural contemporâneo — estão no centro das maneiras destrutivas de habitar a Terra. Ele também destaca o habitar colonial, termo utilizado para designar uma concepção de existência dos colonizadores sobre a Terra, e suas relações com os outros humanos e com a natureza, apontando que “pensar a ecologia a partir do mundo não pode ter como origem um local fora do solo, fora do mundo, fora do planeta, nem se anunciar tendo por base um ser sem corpo, sem cor, sem carne e sem história”. Desta forma, o habitar colonial “produz paradoxalmente uma relação fora do solo, a Terra não é mais o berço dos humanos, sua base. A Terra perde a qualidade

fenomenológica de uma terra solo, um referencial a partir do qual repouso e movimento têm sentido” (FERDINAND, 2022).

Refletindo sobre as questões da base, das relações e do habitar, Nêgo Bispo, a partir do vale do Rio Berlangas, no Piauí, ao lado do Parque Nacional da Serra da Capivara, relata que “Compreendo o ambiente onde dei os meus primeiros passos como uma das bases de lançamento da minha trajetória” (SANTOS, 2023). Em seu livro *A terra dá, a terra quer*, apresentando a sabedoria de mestres e mestras do Quilombo Saco Curtume, “onde nasci e fui criado, desde criança, íamos observando, achávamos um lugar bonito, criávamos uma relação, uma comunicação com o lugar”. Ele destaca um modo de habitar a Terra onde “temos uma relação orgânica com todas as vidas. Todas as vidas são necessárias, não importantes”. Este autor também elabora as relações entre o quilombo e as favelas, trazendo exemplos de suas visitas à favela da Maré, ao Complexo do Alemão e à favela do Pereirão, todas no Rio de Janeiro, destacando uma base em comum nestes lugares “onde há coisas que ainda são orgânicas” (SANTOS, 2023).

Fechando essa parte, vamos apresentar alguns exemplos de como este tipo de proposta de conservação da natureza por meio da geopoética já foi efetivado, por exemplo, em pesquisas no mestrado em Ecoturismo e Conservação (PPGEC/UNIRIO), por Santos (2019), Gomes (2019), Carvalho (2020), Reis (2021) e Cruz (2021). Focamos em Santos (2019) e em uma dissertação em andamento (de Maycom Lopes) no Parque Estadual Cunhambebe (PEC), mostrando as adaptações realizadas na criação de instalações artísticas em algumas Unidades de Conservação (UCs) no estado do Rio de Janeiro. A dissertação de Liláz Santos sobre Trilha Geopoética D.O.S.S.E.L. – Despertando Olhares Sensíveis, Sustentáveis, Ecológicos e Lúdicos em Jardim Sulacap representou a integração da arte, da natureza, da tecnologia e do ser humano por meio de métodos de sensibilização que serviram de base para a criação da trilha geopoética (Figura 1) na Área de Proteção Ambiental do Morro do Cachambi – APA MC (SANTOS, 2019).

Já no PEC, pela diferença do tipo de UCs — também com o propósito de manter as peculiaridades de cada local —, foram realizadas adaptações ao longo da criação da trilha geopoética no Parque em 2023 (Figura 2), como, por exemplo, o tempo em que as instalações artísticas ficavam expostas na trilha (também associado com a escolha dos materiais utilizados). No caso da trilha na APA MC, as instalações eram “permanentes”, uma vez que ficavam direto no local até se degradarem naturalmente após cerca de dois anos. No caso da trilha no PEC, as instalações eram “temporárias”, sendo elas colocadas imediatamente antes do grupo alcançar cada ponto e retiradas por pessoas

voluntárias do grupo no caminho de retorno, ficando expostas cerca de uma hora apenas.





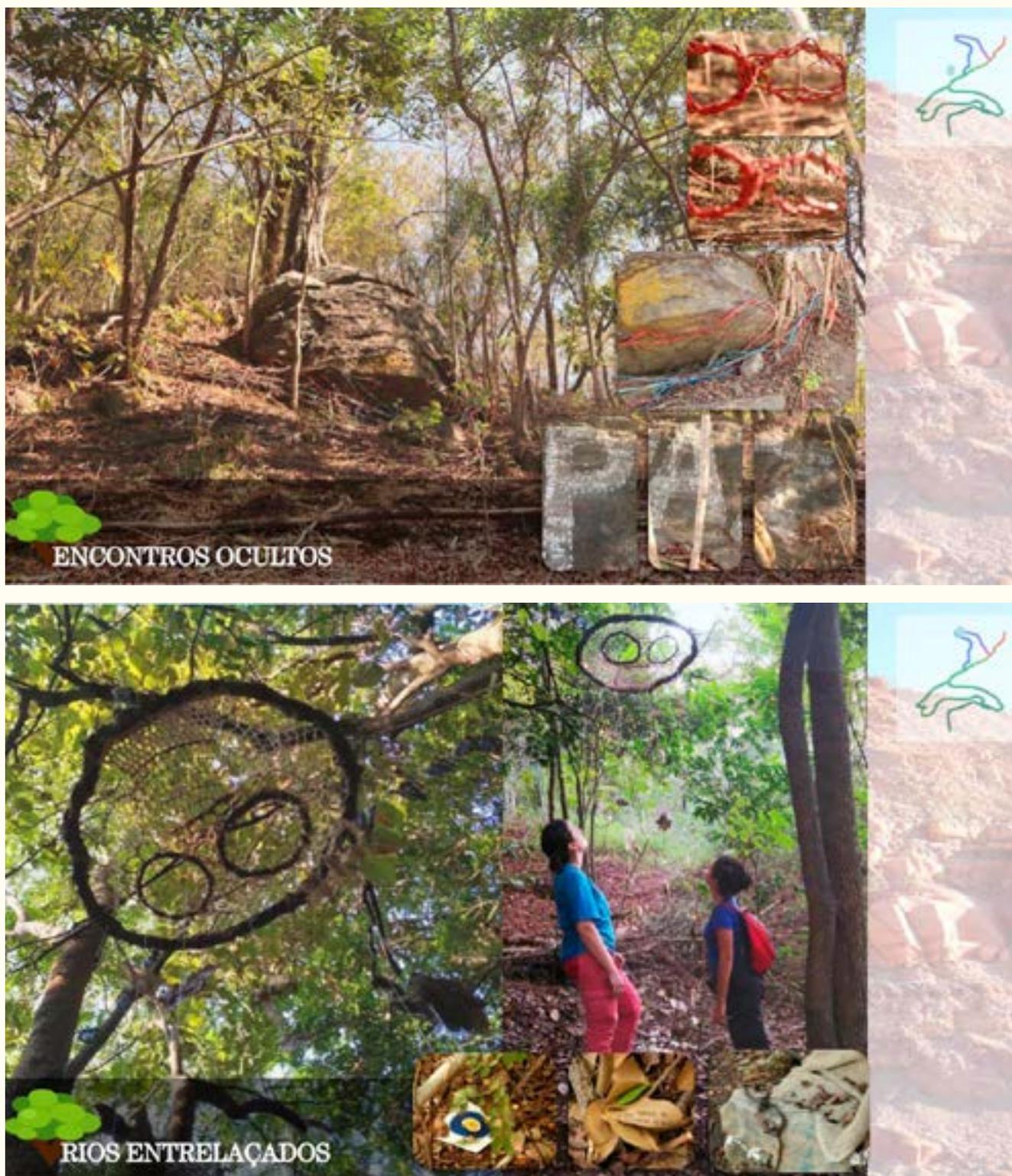


FIGURA 1

Parte das instalações artísticas na trilha geopoética D.O.S.S.E.L., na APA Morro do Cachambi, em 2019. No canto esquerdo inferior de cada imagem, o nome da instalação e, no canto direito superior, a localização dela na trilha, que tinha 15 instalações
 Fonte: Santos (2019)





FIGURA 2

Parte das instalações artísticas na trilha geopoética do Parque Estadual Cunhambebe, que, em 2023, tinha seis instalações.

Fonte: Luiza Ponciano e Maycom Lopes.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MUMBUCA, JALAPÃO

Sou Ilana Ribeiro Cardoso, trabalho com turismo de base comunitária no Jalapão desde 2017, quando fundei a agência de turismo Rota Nativa. Minha ideia sempre foi contribuir para o desenvolvimento das comunidades quilombolas da região, em especial a Mumbuca, que é minha família. TBC para mim é quando temos a família apoiando, com pessoas do Quilombo e de uma base de lá participando da hospedagem, da alimentação e do transporte quando os roteiros são escritos pela comunidade, que é a protagonista do turismo.

Dessa forma, abrimos a primeira trilha e criamos um roteiro de vivências junto à comunidade envolvendo desde os mais jovens até os mais velhos. As vivências atraem visitantes do Brasil

inteiro; passei a participar de intercâmbios em outras comunidades e, assim, pude ver o potencial deste tipo de turismo, ainda pouco divulgado. Com isso, senti que a Rota Nativa poderia contribuir mais para o desenvolvimento desse segmento, ampliando seu alcance para além do Jalapão, e agora buscando divulgar os guias locais e seus roteiros ligados às mais diversas localidades do Brasil, conectando viajantes de todas as partes do mundo aos nativos que trabalham e vivem do turismo de vivências.

Rota Nativa (@rotanativa.jalapao) é um negócio social promotor do TBC. Criamos roteiros que envolvem os empreendimentos locais, com traslado, alimentação, pontos turísticos, hospedagem e vivências junto às comunidades, direcionando 80% da receita de nossos pacotes para a operação destes serviços, contribuindo para o desenvolvimento local e o bem-estar social dos nativos da região.

De acordo com a definição do Ministério do Turismo, TBC são iniciativas e atividades protagonizadas pelas comunidades locais que, se ordenadas e bem-estruturadas, apresentam importantes experiências turísticas, agregando valor ao roteiro e criando empregos e renda para a região.

É um modelo de gestão de visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo as vivências interculturais, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura local dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos. No turismo de base comunitária, a comunidade organiza e presta serviço aos visitantes, tais como ser seu guia local, levá-los para pescar, para conhecer as roças, a casa de farinha e as trilhas, contar-lhes histórias, oferecer-lhes hospedagem e alimentação, mostrar-lhes o modo de vida tradicional das comunidades através de viagens que as agências promovem.

Algumas das vivências realizadas na região (Figura 3) são: (1) Antes nosso jeito de chegar era andando. Que tal conhecer e registrar o Jalapão por outros ângulos, fazendo trilhas com os nativos?; (2) Cantiga de roda com viola de buriti por Arnon Tavares. Saiba como se constrói a viola de buriti que embala as cantigas cantadas e tocadas por este jalapoeiro; (3) Roda de conversa com a dona Doutora sobre saberes tradicionais e recursos naturais do cerrado. Atual matriarca da comunidade, Doutora recebeu este nome devido ao conhecimento apurado sobre plantas e ervas medicinais. Ela conhece profundamente a história da comunidade, o que a torna uma referência entre os comunitários; (4) Oficina de costura com capim dourado. Nesta oficina livre, as artesãs da comunidade demonstram como transformar o capim dourado em lindas biojoias e acessórios; (5) O banho noturno no Fervedouro do Jalapão é uma experiência verdadeiramente mágica. Enquanto se flutua nas águas doces do Fervedouro, é possível contemplar o céu estrelado, as árvores circundantes e

os sons da vida noturna do Jalapão; (6) Visita ao campo de capim dourado. Um tempo de conexão entre você e a comunidade, a história e as artesãs. Um momento em que você irá aprender sobre o capim dourado e sua colheita no campo; (7) Produção de paçoca/farofa. Vivência com a nativa Cleuza demonstrando o modo de produzir farofa do “Boi Curraleiro”, mais conhecida na região como paçoca.



FIGURA 3

Registros de algumas vivências no Quilombo Mumbuca em 2023.
Fonte: Luiza Ponciano.

DA BASE COMUNITÁRIA NA ACADEMIA: DA GEOPOÉTICA NA CIDADE DE DEUS

Apresenta-se inicialmente a perspectiva de ser uma cientista atravessada por uma lista imensa do que se é, do que se faz, de onde se vem, por onde e como se passa. Esses atravessamentos constituem nossa identidade enquanto sujeito e também, inevitavelmente, ainda que se sugira uma neutralidade, da nossa identidade profissional, seja enquanto acadêmico descrevendo os processos que acontecem na base, seja como um facilitador na elaboração desses processos. Atravessa-nos também nosso

interesse afetivo, intelectual e financeiro. Esses interesses podem coexistir horizontalmente ou hierarquicamente. Porém tais existências precisam ser consideradas e explicitadas na fala, na apresentação pessoal/profissional, no roteiro ou na atividade proposta e em um registro escrito, como este.

Quem vos escreve é Água, nascida em Esplanada – Bahia, na cor preta, num chão vermelho. Que escuta antes de se apresentar, buscando se reconhecer nas trajetórias, que fala provocando essa conexão. Quando por meio de poesias, faço a possível autodescrição:

Eu sou sede. / Sou falta d'água que dá dor de cabeça. / Sou goladas que não saciam. / Sou gota d'água que transborda. / Sou água que inunda. / Às vezes translúcidas / que refrata e reflete luz. / Que absorve calor / e nas primeiras camadas da minha superfície / faço bombar vindas / mas que tenho zonas profundas / quase mortas, / onde quase nada é capaz de sobreviver / Ou onde quase nada foi descoberto / por ser um mergulho muito fundo, / talvez perigoso, / talvez doloroso. / Mas que atíça a curiosidade e instiga. / Revela. / Não deixa escondido. / Sou água represada. / Busco pequenas frestas. / Deixo um pouco escapar. Me esvazio. / Mas sou uma represa condenada / Os esparadrapos não vão fechar rachaduras. / A água vai jorrar e eu vou ficar no lugar. / Sou água agitada. / Me recuso ficar parada. / Bato mil vezes na parede. / Elas vão me mostrar outro percurso. / Me elevo junto aos meus sonhos / Me reencanto. / Me expando. / Reentranho / Me encontro. / Reencontro. (SANTOS, 2021).

O convite para participar dessa construção foi realizado por ter essa propriedade da agitação. Antes mesmo de adentrar ao mestrado profissional e estar imersa em discussões acadêmicas sobre conceitos e teorias, já recebia convites para compartilhar experiências. Essas experiências são realizadas, descritas e apresentadas oralmente de maneiras diferentes. Assim como sua leitura da poesia supracitada é diferente da minha declamação. O ritmo da respiração é diferente, os sentimentos sufocados e as memórias que os versos suscitam são diferentes. Ainda que seja possível explicar o que cada verso significa, assim como cada trabalho realizado na base, não cabe aqui essa didatização (MOREIRA, 2002). Ofereço os versos e a descrição de algumas vivências como possibilidade de refletir sobre algumas práticas que envolvem as bases comunitárias. Compartilhar inquietações enquanto objeto de pesquisa, enquanto território e sujeitos em pesquisa (BARTHOLL, 2018) e enquanto facilitadora de um dos módulos do curso TBC N'Golo. Do despertar sentimentos que emergem da vivência, onde cada despertar será em diferentes

tempos e intensidades, assim como seus silenciamentos e extravasamentos também.

Em meios acadêmicos, quando precisava me calar, meu corpo se remexia. Inquieta na cadeira com discursos onde o pesquisador iluminava a população local com suas soluções ou com pesquisas que transformaram a realidade dos moradores, até então passivos ou ignorantes aos problemas presentes no território. Adianto-me que as palavras escritas, por si só insuficientes para demonstrar a conexão estabelecida no encontro, são uma tentativa de provocar e transmitir afetos semelhantes ou ao menos de ter contato com esses afetos.

A primeira questão que apresento é a não padronização. Cada território é único. Construído coletivamente por processos que, mesmo se aproximando, são únicos, pois os agentes mobilizadores e os sujeitos protagonistas da sua construção são diferentes. Neste sentido, cabe pensar sobre as narrativas únicas elaboradas sobre um território e aos interesses que estes atendem. As bibliografias passam por um processo de exclusão, e muitas histórias, atravessadas pela minha opinião pessoal, mais importantes, são perpetuadas através da oralidade. Desta forma, estigmas são impostos aos territórios e aos corpos-territórios sem a preocupação de pluralizar as concepções de quem lê e sobre quem se escreve.

Os territórios são corpos vivos. Falar sobre a Cidade de Deus, por exemplo, é falar sobre mim e sobre pessoas que conheço. Da mesma forma, não falar, não citar, não ter descritas as naturezas, por exemplo, Natureza Rio Grande, Rio Banca da Velha e Rio Estiva, na Cidade de Deus, é uma forma de apagamento (SANTOS et al., 2022), assim como resumir os indicativos, a resultados e projetar considerações finais em duas linhas. As considerações estão ao longo de todo o processo. Cada vivência e percepção está em cruzo contínuo com o desejo de o nosso corpo dismantelar tudo o que está imposto, ou então ser conivente ou convivente com este (RUFINO, 2019).

A geopoética, enquanto conceito anteriormente descrito, entrou na minha vida, na pesquisa e no território da Cidade de Deus como um espelho de reconhecimento e valorização das práticas já existentes no território. A identificação destas é muito importante, pois apresentam-se como um elo entre temporalidades (passado, presente e futuro; modernidade-ancestral) e entre os territórios que resistem e buscam, para além de resistir e sobreviver, existir e deixar registrada sua vivência da maneira mais ampliada possível.

Reconhece-se inclusive que as formas de registro não são as idealizadas academicamente, porquanto, por exemplo, não se tem um local apropriado para guardar um acervo de quadros. Ou então, que as fotos registradas não foram tiradas por câmeras profissionais. As ações são realizadas com o que se tem e as

bases costumam estar em desvantagem nas disputas por mais recursos, sendo elas atrativas inclusive para servirem de base para executar ações por quem não é do território, enfraquecendo o protagonismo local. Nesta teoria, os acertos são justificados ou sistematizados, podendo ser inspiração para mais territórios com problemáticas semelhantes, sem hierarquizar os saberes antes e depois de serem academizados, mas dando-lhes sustentação.

Na minha pesquisa, o levantamento bibliográfico revelou o pouco interesse em descrever as Naturezas a não ser que esteja sob uma ótica de violência, tragédia e descaso. Além de muitas publicações referentes ao filme *Cidade de Deus*, há uma ausência expressiva de histórias muito importantes para nós; sei disso porque eu estava com pessoas que participaram dele ou porque eu mesma as vivi. Questiono a seguir então o que como moradora-mobilizadora vivenciei e luto constantemente para que, em meu processo acadêmico, eu não seja obrigada a reproduzir: Como os olhares para os processos ocorridos no território afetam o relacionamento do morador com o território? Como as pessoas no território se sentirão sobre a nossa perspectiva? O quanto incidimos nossa lente no relacionamento sujeito-território e se essa incidência é positiva ou negativa? Se há contribuição ou prejuízo na vivência no território? Aliás, damos oportunidade de essas pessoas terem acesso a tais leituras ou apresentações sistematizadas realizadas sobre e, preferencialmente, com elas?

Uma vez tendo sido meu relacionamento com o território marcado não só pela narrativa presente no filme e sobre as favelas, o contato com o movimento social foi muito importante para (re)descobrir o território a partir de quem o constrói. Estar com as pessoas que estavam ali praticando diversas formas de resistência me despertou alguns sentimentos, tornando-me mais sensível à questão de ser e de estar na favela. De ser da base e de estar na base.

Transponho, inclusive, para o título da dissertação de mestrado no PPGE/UNIRIO as inquietações geradas pela diferença entre, por exemplo, uma conservação na ou práticas na Cidade de Deus e práticas da Cidade de Deus. A junção da preposição *de* mais o artigo feminino *a* atribui pertencimento a quem está ali realmente na base, a quem está ali de verdade vivenciando todos os problemas, indicando não só essa pertença como também um protagonismo.

Dessa forma, considero interessante, para quem é da base, pensar se as ações que estão sendo feitas estão somente sendo realizadas na base ou a partir da base com os mobilizadores envolvidos em todas as etapas atuando de fato. Igualmente, se o pertencimento nas discussões se mantém ou se estão discutindo TBC, Educação Ambiental de Base Comunitária, Ações de

Base Comunitária sem pertencer a base alguma, senão à acadêmica. Teoria não é vivência. Teorizar não te traz calos na mão. Descrever o que é um calo na mão pela exaustão de realizar um trabalho não te dá o cansaço de segurar a enxada e arar a terra. Estende-se às inquietações para as motivações de estar no território e de permanecer nele posteriormente. Acompanhar à distância é diferente de acompanhar diariamente, assim como torcer para dar certo é diferente de precisar que as sementes germinem e a colheita seja próspera, a fim de melhorar a segurança alimentar dos seus vizinhos.

Voltando para o lugar de onde venho — cujo retorno é essencial para a manutenção do pertencimento —, a Cidade de Deus possui três rios: o Rio Grande, o Rio Estiva e o Rio Banca da Velha. Eu me reconhecia em suas águas e, a partir dessa voz, a das suas águas, reconhecia o território. A ausência delas gerava a sensação descrita por Gomes (2019) como uma sensação de vazio, de falta, somente preenchida quando adentrei no Grupo Alfazendo e me deparei com as pessoas contando as histórias do Rio Grande.

Continuando com as criações poéticas, além de me apresentar, precisei fazer o mesmo com o Rio Grande em múltiplas linguagens. Essa poesia também é uma apresentação da pesquisa, um desabafo, quase um grito, com quem e para quem quer pressupor e impor seus pressupostos a partir de visões limitadas.

Enquanto afetos positivos, desejava-se potencializar as ações que a gente já estava fazendo, intensificar nossa presença, reafirmar nossa existência no território, contribuir com nossas lutas. Nos afetos negativos, existem os afetos de uso do território, os afetos de uso das pessoas, de uso da nossa condição socioambiental, econômica, cultural. Afeta-se da maneira que deixamos ser sensível. Apresento “Prazer, Rio Grande”:

“Percorra as minhas margens supondo que me conhece.
/ Olhe-me de cima e procure o limite da profundidade.
/ Ignore os sentimentos assoreados. / Vai ter um abismo de lembranças ocultas / E uma intensidade superficialmente exposta. / Não basta me atravessar pra saber quem sou. / É preciso se encharcar na confusão / e aflo-
rar o que ali já nem posso mais ser.”

Convidando vocês para dentro dessa co(n) fusão, apresento a Cidade de Deus (CDD) como uma favela — com a estimativa de ter 65.000 moradores segundo pesquisas e projeções comunitárias — cuja fundação foi um dos marcos do início da urbanização da Zona Oeste litorânea carioca, atual área de planejamento 4.

Enquanto favela, sofreu vários descasos em sua construção e um constante abandono por parte do poder público, sendo necessária a atuação das instituições de base comunitária nos movimentos sociais da CDD. O Alfazendo é uma delas; com 25

anos de atuação no território, é um movimento concretizado por moradores que nasceram e/ou cresceram na CDD e desejaram se manter no território, devolvendo um pouquinho do suporte nutritivo fornecido pela CDD.

Dessa forma, em abril de 1998, fundaram o Alfazendo e, posteriormente, em diálogo com o Plano para o Desenvolvimento Comunitário da CDD, elaboraram a Rede Comunitária de Desenvolvimento Socioambiental – o Projeto Eco Rede – CDD. O Projeto Eco Rede tem por objetivo “[...] promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental da CDD, a partir de um amplo e integrado Projeto de Educação Ambiental e Geração de Emprego e Renda [...]”, conforme explicitado no Blog ECO REDE.

A partir da ineficiência do Estado com, por exemplo, a gestão dos resíduos sólidos, debruçamo-nos nas problemáticas que precisavam ser resolvidas para melhorar a qualidade de vida dos moradores. Entre as questões, destaco o modelo de produção e consumo, o qual vem mudando bastante nos últimos anos, sendo perceptível inclusive nos 20 anos que se passaram desde minha infância e ainda mais intensa quando se fala da infância dos mais velhos no território.

O acúmulo de resíduos nas vias principais, margens e dentro dos rios evidencia também o racismo ambiental incidente no território. A gestão de resíduos é um desafio mundial que necessita de esforços planetários para alcançar soluções, como as presentes nas metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12).

As oficinas e ações descritas a seguir propõem olhares para esses resíduos e para os rios que ainda abrigam animais, como jacarés, capivaras e garças (Figura 4). É uma articulação no território e com outros territórios com diversas instituições e diversos públicos.



FIGURA 4

Presença da fauna em rios da Cidade de Deus

Fonte: Lídiane Santos.

A população, principalmente as crianças, costuma ter uma percepção das transformações num tempo-espaço muito curto seguindo o padrão da percepção do tempo geológico supracitado. Devido a isso, precisamos estabelecer essa conexão dos mais novos com os “cria relíquia” (conforme cantam Os Hawaianos, L7nnon, DJ Bel da CDD e Biel do Furduncinho na música *Desenrola, bate e joga de ladin*).

Uma vez que se oportuniza aos primeiros moradores compartilhar suas experiências, registrar as transformações pelas quais o território passou e passa, diferentes olhares são provocados a se voltar a esses elementos, esse material, projetando-se também o como lhes trazer uma nova vida, solucionando, ao mesmo tempo, os problemas socioeconômicos, ambientais e culturais vivenciados por nós.

O primeiro exemplo é o Mulheres Eco Artesãs, tendo como participantes um grupo de senhoras, algumas delas também beneficiadas com as turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA), uma das primeiras atividades do Alfazendo, em 1998. Estabelece-se, portanto, uma continuidade do trabalho tanto educacional quanto de bem-estar social, observando-se a questão da geração de trabalho, emprego e renda. Essa ação englobava, além da gestão de resíduos sólidos, as formações em economia solidária. Durante o processo de ensino-aprendizagem, as

mulheres confeccionavam, por exemplo, bolsas feitas de garrafas pet e acessórios a partir do que as pessoas costumam descartar.

Tais mulheres eram incentivadas a fazer a autogestão do processo, a buscar autonomia e protagonismo nas ações, a serem facilitadoras do processo de conhecimento de outras mulheres. Dessa forma, lhes foram ensinadas técnicas exclusivamente a partir das nossas oficinas; no entanto também buscaram aprender técnicas de costura dentro do próprio grupo, como a do fuxico, ou explorar conhecimentos manuais transmitidos de geração a geração. O processo de ensino da técnica estava mergulhado na história desse conhecimento. Ao mesmo tempo que se ensinava o método, elas contavam sua própria história, a história do território, dando continuidade ao fortalecimento da identidade individual e coletiva. A maioria delas, pretas, foram removidas dos diversos territórios formadores da CDD.

Essas rodas proporcionam uma forma de resistência às desapropriações e remoções causadas pelos projetos urbanísticos ou resultantes do racismo ambiental. A partir da oralidade, da possibilidade de poderem contar a história e se fortalecerem enquanto mulheres pretas e faveladas, aprendiam ao mesmo tempo um ofício, uma forma de ter uma renda e de fugir dos indicativos sociais mantenedores de mulheres com esse perfil na base estrutural das injustiças sociais, econômicas e ambientais.

Tal projeto mencionado está parcialmente ativo, porém sem recurso destinado à sua execução, com algumas dessas mulheres ainda vinculadas ao Alfazendo, realizando algumas confecções. Desde o início, a proposta era a de elas alcançarem autonomia não só de produção como também de decisão sobre o que queriam fazer com o conhecimento adquirido e como fazê-lo. Muitas exposições foram realizadas e algumas integrantes ainda participam de feiras, sem estarem atreladas às ações do projeto ou ao mesmo tempo que, algumas, fazem questão de carregar na sua oralidade os primeiros passos dados em coletivo com as Mulheres Eco Artesãs.

Mais um exemplo é o das ações dentro do Projeto Eco Rede que engloba, de forma semelhante ao processo descrito anteriormente, artesanato com materiais reutilizáveis, mas, neste caso, com educadores das escolas do território. Atualmente, a CDD tem uma rede com 24 unidades escolares públicas dentro do território. São creches, escolas, espaços de desenvolvimento infantil (Edis) e espaços de educação comunitária apoiados ou vinculados ao município. No entanto, muitos de seus educadores não moram na CDD, principalmente nos cargos mais altos do corpo escolar, como diretoria e coordenação. Visando desestruturar o sistema de reprodução do racismo ambiental nessas instituições (Reis et al., 2022), que costumam importar e refletir a visão estereotipada do território. As oficinas de formação continuada para educadores é uma ação muito ampla, que vai

do acolher as vivências e dificuldades da docência à sensibilização acerca da memória, identidade local e da construção da sustentabilidade a partir da base.

Ademais das muitas ações possíveis de serem descritas, estão a confecção de material lúdico e pedagógico a partir de materiais reutilizáveis, que transbordam a importância do cuidado com os resíduos sólidos e com as Naturezas, sejam elas os rios, os quais podem provocar enchentes, sejam elas as crianças que elas atendem.

A Brinquedoteca Sustentável Itinerante é fruto das ações com os jovens do território, multiplicadores do projeto Eco Rede. Esse grupo de moradores participa de formações continuadas, com o intuito de serem Agentes de Promoção Socioambiental, construindo coletivamente as Oficinas de Educação Socioambiental que atenderão os estudantes das escolas e creches da CDD.

A brinquedoteca representa a parte prática onde as crianças podem vivenciar a potência dos materiais recicláveis — que a sociedade insiste em lhes ensinar se tratar de lixo. Na metodologia de execução das oficinas, os alunos são atendidos de turma em turma proporcionando o contato das crianças com a conservação do território a partir da contação de histórias (teatro de fantoche, performance artística, leitura de livro) construídas pelos agentes do Projeto Eco Rede segundo a metodologia participativa de Paulo Freire adotada pelo Alfazendo. Em seguida, colocamos em prática como devemos cuidar da gente, dos nossos vizinhos e das nossas Naturezas nesse espaço lúdico, que sempre gera encantamento (Figura 5).



FIGURA 5

Brinquedoteca
Sustentável do Projeto
Eco na Oficina de
Educação Socioambiental
na C. M. S. V. Josué, 22
de agosto de 2023.

Fonte: Acervo pessoal/
acervo Alfazendo.

A confecção de bonecas de pano pela coordenadora Iara Oliveira resgata a maneira pela qual eram adquiridas as bonecas em sua infância, questionam o modelo de consumo que imprime um padrão e um domínio nesse comércio. Para além do que atualmente está amparado legislativamente, a presença das bonecas negras de pano (Figura 6) estabelecem essa conexão entre as infâncias e o reconhecimento da população da CDD, em sua maioria Negra.



FIGURA 6

Brinquedoteca
Sustentável do Projeto
Eco na Oficina de
Educação Socioambiental
na C. M. S. V. Josué, 22
de agosto de 2023.

Fonte: Acervo pessoal/
acervo Alfazendo.

Realizamos também oficinas de construção de brinquedos com as crianças, oportunizando, assim, a manutenção da criatividade presente nessa fase da vida; reformas de espaços escolares com a mesma visão; implementação de espaços sensoriais e painéis sensoriais de materiais reutilizáveis. Todas as ações buscam promover a consciência ambiental, a sustentabilidade e o desenvolvimento local assim como resgatar valores imensuráveis, como o do pertencimento, da autoestima e dos afetos.

Tudo o anteriormente exposto faz parte de uma rede contínua de soluções elaboradas e executadas por quem vivencia a rede de problemas e injustiças ambientais tendo a consciência da necessidade de articulação, a fim de que esta resista e continue rendendo bons resultados. Busca-se promover o empoderamento na construção e a autonomia de quem se beneficia de todos os processos aqui retratados, mas entendendo seu protagonismo nas lutas e conquistas coletivas.

Ao descrever tais ações, o protagonismo no território — nem fora dele, nem na área acadêmica — torna-se maior ou mais importante. Continuo sendo mais uma das pessoas que pisa o chão da CDD e contribui para a edificação de sonhos. Nas considerações tardiamente escritas, já no cansaço exaustivo de buscar, mesmo que nas próprias vivências, referências para o que se fala, findo afirmando precisarmos continuar e que, caso desejem, podem ter acesso a mais ações através do @AlfazendoOficial não só porque sempre haverá algo a fazer e olhares que podem ser

mais profundos, mas porque, em territórios sempre em disputa, tais narrativas e artigos científicos podem proporcionar motivação aos futuros mobilizadores comunitários.

REFERÊNCIAS

BARTHOLL, T. **Por uma Geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro, Consequência. 2018.

BOUVET, R. Como habitar o mundo de maneira geopoética? **Interfaces Brasil/Canadá**, 2012. v. 12.

CARVALHO, F. F. L. **Varandarana, uma Arquitetura Geopoética: A importância da Arte para a gestão das áreas protegidas**. 2020. 337f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2020.

CRUZ, L. R. **As montanhas falaram alto, eu, da escola, respondi: Uma Escrivência Geopoética para a Conservação da Natureza**. 2021. 172f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**. São Paulo: UBU, 2022.

GOMES, B. P. L. **Geopoética das paisagens: atrativos para a realização do Geoturismo Urbano no Rio de Janeiro**. 2019. 240f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

KOZEL, S. Geopoética das paisagens: olhar, sentir e ouvir a “natureza”. **Caderno de Geografia**, v. 22, n. 37, p. 65-78, 2012.

MOREIRA, I. C. Poesia na sala de aula de ciências? A literatura poética e possíveis usos didáticos. **Física na Escola**, v.3, n.1, 2002.

PONCIANO, L.C.M.O. Geotales: narrando as histórias petrificadas pela Terra. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém, 2018.

REIS, C. T. **Encruzilhadas Geopoéticas na Conservação da Natureza: Territorialidades e Guardas-Parques em Território Cunhambebe**. 2021. 394f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

REIS, C. T.; CASIMIRO, P. S.; SANTOS, L. B.; SILVA, R. M. B.; LA VEGA, B. V. SESC E O RACISMO RECREATIVO NA ESCOLA: RECREIO ANTIRRACISTA EM CURSO. **Temas em Educação Física Escolar**. 7. 1-20.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, L. B. M. D.O.S.S.E.L **Jardim Sulacap: geopoética e conservação da Área de Preservação Ambiental do Morro do Cachambi**. 2019. 192f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação) – Unirio. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/produtos>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, L. B. Rodada 1: Quem é você? **Revista África e Africanidades**, vol. XIV, n38. maio de 2021. disponível em: https://africaeaficanidades.com.br/wpcontent/uploads/2022/03/E-book_Mulheres_das_Aguas.pdf. Acesso em 22 de junho de 2022.

SANTOS, L. B. ; REIS, C. T.; PONCIANO, L. C. M. O. Geopoética na Conservação da Natureza de Base Comunitária: Valão é racismo e canal não sustenta não, num Rio que é caminho Favela tem solução. **Anais do II Seminário Tecnologia para Edificações e Cidades Inteligentes, Saudáveis e Sustentáveis**. Salvador, Bahia. Set. 2022.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU, 2023.

WHITE, K. O grande campo da geopoética, 1989. Disponível em: <https://www.institut-geopoetique.org/pt/textos-fundadores/56-o-grande-campo-da-geopoetica>. Acesso em: 15 mar. 2019.

Capítulo VI

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM MAPA

O USO DE STORYMAPS PARA A
MOBILIZAÇÃO TURÍSTICA DE
NARRATIVAS LOCAIS

Camila Maria dos Santos Moraes

Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO)
e Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo
e Conservação (PPGEC/UNIRIO)

Sara Sumie Muranaka de Miranda

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e
Conservação (PPGEC/UNIRIO)

APRESENTAÇÃO

O texto em tela visa o compartilhamento da experiência do Observatório do Turismo em Favelas com a mobilização turística de narrativas de moradores sobre as favelas onde vivem. Para tanto, seus habitantes produziram vídeos, adicionando-lhes também fotos e documentos, de modo a apresentar narrativas sobre tais comunidades por meio de um tour virtual organizado na ferramenta de produção StoryMaps⁶ do *Knight Lab* da Northwestern University.

1 O OBSERVATÓRIO DO TURISMO EM FAVELAS

O Observatório do Turismo em Favelas é um projeto de pesquisa e extensão criado em 2010 na UNIRIO, com o intuito de monitorar o turismo em favelas do Rio de Janeiro, bem como colaborar com os moradores interessados em atuar no turismo em suas comunidades. As primeiras ações do Observatório foram junto ao Museu de Favela (MUF) no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, um museu a céu aberto organizado pelos próprios moradores locais. Seu principal roteiro são as Casas-Telas, um circuito de arte *graffiti* para contar memórias e histórias desses lugares (Moraes, 2011).

Entre as principais ações do Observatório estava a continuidade dos trabalhos no Museu. Deste modo, acompanhamos o planejamento e a criação de um novo roteiro do MUF na parte alta do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, o chamado Caminho do Alto. O Museu pretendia preservar a mata remanescente no topo do morro, bem como contar aos moradores e visitantes as tradições e histórias de uso do ambiente por parte da comunidade. Este caminho foi apresentado pelo MUF à empresa do PAC social que, no contexto da Rio+20, estava interessada em desenvolver projetos ecológicos, financiando, portanto, o projeto.

Para iniciar os trabalhos de elaboração do Caminho do Alto, uma das primeiras ações do Museu foi fazer uma visita à Coopbabilônia (Cooperativa de Reflorestadores da Babilônia) no Morro da Babilônia, no bairro do Leme, onde um grupo de moradores conduz um projeto de reflorestamento local e onde também desenvolveu um projeto de ecoturismo. Foi assim que chegamos a Babilônia. Em 2012, acompanhamos as atividades relacionadas à Rio+20 realizadas na Babilônia e Chapéu Mangueira e, em 2013, o processo de criação do Parque Natural

Municipal Paisagem Carioca. No mesmo ano, deu-se continuidade à pesquisa de campo junto aos reflorestadores, à secretária da cooperativa, ao engenheiro florestal da Coopbabilônia e a agentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade (SMAC).

Em tais pesquisas na Babilônia e Chapéu Mangueira, percebemos o rápido surgimento de novos bares e albergues diante das expectativas para a Copa do Mundo de 2014. Também em junho de 2013, outro evento movimentou o Rio e, por consequência, as favelas: a Jornada Mundial da Juventude Católica — quando jovens peregrinos do mundo todo chegaram à cidade para reunir-se com o Papa. Tal encontro foi tratado pela prefeitura como mais um evento-teste para os megaeventos. As congregações e igrejas da cidade organizaram-se objetivando receber e hospedar os peregrinos, alguns deles ficando em casas, igrejas e escolas em favelas. No Museu de Favela, por exemplo, uma programação especial foi elaborada, a fim de acolher a visita de peregrinos; um concurso de *graffitis* foi preparado em homenagem ao evento, e um beco foi destinado às intervenções artísticas para registro e memória do acontecimento.

Entre 2013 e 2014, a pesquisa expandiu-se para uma nova fronteira do turismo — o Vidigal, que se destacava como um novo destino, atraindo um fluxo inesperado de turistas e visitantes. Uma série de albergues foi aberta nessa favela, festas voltadas às classes média e alta carioca passaram a ser organizadas e promovidas na comunidade, e a trilha do Morro Dois Irmãos acessada pela parte alta do morro passou a ser uma das mais procuradas da cidade. Nesse contexto, os bolsistas do Observatório do Turismo em Favelas passaram a frequentar a trilha e as festas e conheceram o Parque Ecológico Sítiiê, criado por um grupo de moradores no lugar onde antes era um lixão. Ao longo das primeiras visitas ao local, o intenso fluxo de pessoas e investimentos no Vidigal chamavam a atenção de moradores e pesquisadores atuantes na área mobilizando discussões públicas que levaram à organização da série de debates “Fala Vidigal”.

Organizados pelo Fórum Intersetorial do Vidigal⁷, pelo Albergue da Comunidade⁸, pela ONG Comunidades Catalisadoras⁹ e pela Associação de Moradores entre março e junho de 2014, às terças-feiras à noite, na praça e anfiteatro na entrada do Vidigal, os debates reuniram novos e antigos moradores, ONGs, Estado e empresários para discutir as mudanças em curso no Vidigal. Os encontros foram filmados e relatados pela equipe da ONG Comunidades Catalisadoras, e os conteúdos foram disponibilizados na internet¹⁰.

7 Reúne pessoas e organizações ligadas a trabalhos sociais e prestação de serviços nessa favela.

8 Reúne moradores interessados em alugar quartos ou casas para turistas.

9 Reúne pesquisadores e busca o empoderamento e a comunicação através de um centro de estudos sobre favelas.

10 <http://rioonwatch.org.br/?s=fala+vidigal>.

O evento como um todo contou com um impressionante público de fotógrafos, jornalistas, pesquisadores e moradores variando entre cerca de 120 e 250 pessoas a cada noite. As discussões foram uma boa oportunidade para o trabalho de campo e o estreitamento de laços com a Associação de Moradores do Vidigal e com o responsável pelo reflorestamento no Morro Dois Irmãos, além de ter sido um bom momento para contato com outros pesquisadores e moradores da favela.

Em 2015, participamos do I Congresso de Turismo de Base Comunitária da Rocinha, resultado de uma parceria entre o Fórum de Turismo da Rocinha¹¹, o Programa Rio+Social¹² e o Sebrae¹³, com o objetivo de discutir o turismo em favelas, aproximar pesquisadores, profissionais do setor, empreendedores, estudantes e gestores públicos. O congresso se deu entre os dias 14 e 15 de abril de 2015, na Biblioteca Parque da Rocinha, e contou com 135 participantes. Esse evento foi de suma importância para o Observatório. Em dois dias de congresso na Rocinha, tivemos a oportunidade de conhecer e dialogar com pessoas de diversas favelas do Rio. Foi assim que conhecemos José Ricardo Duarte Ferreira, do Laboriaux – Rocinha; Aílton Macarrão, do Fórum de Turismo da Rocinha e vice-presidente da Rede de Conexão de Turismo em Favelas (Contur); além de Gilmar Lopes, do Tabajaras e Cabritos, que também trabalhava com ecoturismo.

A partir de então, estreitamos relações com a Rede ConTur. Passamos a participar das reuniões da rede e das que vieram logo em seguida na Câmara de Vereadores do Grupo de Trabalho sobre Turismo em Favelas. Foram realizadas visitas a Rocinha, Tabajaras e Cabritos, Turano, Salgueiro e entrevistas com membros da rede, com o intuito de entender a origem dessas iniciativas e a atuação no ConTur.

Fomos também convidados a participar do II Encontro entre Vizinhos e do I Encontro de Turismo Sustentável de Base Comunitária na Vila Laboriaux, na Rocinha, no dia 2 de agosto de 2015. Organizado pelo Movimento Preserva Laboriaux, pela ONG Favela Verde e pelo Parque Nacional da Tijuca, o evento objetivou reunir pesquisadores da área de turismo e sustentabilidade, estado e outros moradores de favelas atuantes nas áreas de turismo e meio ambiente, sendo ele fundamental para o estreitamento de laços e a realização de pesquisa voltada a mais uma iniciativa de ecoturismo na expansão do turismo em favelas.

Com isso, fizemos visitas, observações participantes, tivemos conversas informais, fazendo também entrevistas

11 Uma organização local para debate sobre turismo na favela.

12 Programa da Prefeitura do Rio de Janeiro que visa contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de amparo social de favelas que receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

13 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas que também atua nas áreas com UPP auxiliando na implantação de novos negócios ou na regularização e melhoria de negócios já existentes.

semiestruturadas em nove grupos de favelas do Rio de Janeiro, a saber: Rocinha; Vidigal; Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; Tabajaras e Cabritos; Babilônia e Chapéu Mangueira; Santa Marta; Complexo do Alemão; Turano, Coreia, Salgueiro e Formiga; Vale Encantado; e Vila Kennedy. A análise da expansão do turismo para e nessas áreas ponderou, entre eles, os atores envolvidos; as redes formadas; as relações construídas entre atores dessas favelas; e atores externos, como, por exemplo, agentes governamentais, turistas nacionais e estrangeiros, entre outros.

Ao longo desses anos, foram realizadas:

- » 11 entrevistas com moradores envolvidos em projetos locais de turismo nas favelas Rocinha, Vidigal, Tabajaras e Cabritos, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Babilônia e Chapéu Mangueira, Turano, Salgueiro, Vale Encantado e Vila Kennedy;
- » quatro entrevistas com agentes externos que trabalham em parceria com os moradores em projetos de turismo em favelas: uma agente do Rio Mais Social vinculada ao Instituto Pereira Passos e à UPP Social (projeto relacionado às Unidades de Polícia Pacificadora), uma consultora do Sebrae, um vereador que apresentou um projeto sobre turismo em favelas, uma guia de turismo externa que atuou em parceria com projetos locais na Babilônia e Chapéu Mangueira;
- » duas entrevistas com representantes da UPP do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo e Babilônia e Chapéu Mangueira; uma entrevista gravada em áudio com a coordenação do Projeto de Ecodesenvolvimento da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA);
- » três entrevistas com agentes externos relacionados a projetos ambientais da Babilônia, Chapéu Mangueira e Laboriaux – Rocinha, sendo eles: Rio Sul, Associação de Moradores da Lauro Müller e Adjacências e Favela Verde;
- » além de conversas informais durante visitas às favelas, debates, reuniões ou congressos com 14 moradores, um representante da Subsecretaria de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro, ademais de inúmeros turistas e visitantes.

Entre 2015 e 2017, mantivemos visitas de acompanhamento das favelas e trabalhamos na consolidação dos dados apresentados em um seminário realizado na UNIRIO com guias e moradores de favelas em 2017. Em 2018, recebemos o pesquisador estrangeiro Fabian Frenzel — à época na University of Leicester, hoje na Oxford Brookes University —, com o intuito de realizar um workshop na UNIRIO para levantamento de demandas de guias e moradores. Nas atividades de 2017 e 2018, identificamos que a principal solicitação era uma maior visibilidade direcionada aos trabalhos dos moradores de favelas no turismo. Começamos, assim, a pensar em como colaborar seguindo essa diretriz.

Em 2020, com a pandemia de covid-19, elaboramos com o pesquisador Frezel o *projeto Lockdown Stories*, financiado pelo Global Challenges Research Fund (Fundo de Pesquisa Global Challenges) da Universidade de Leicester (Research England). Neste projeto, realizamos um breve estudo do impacto da pandemia — causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 — no turismo em favelas e produzimos, junto com os guias, ativistas e produtores culturais moradores de favelas e engajados no turismo, visitas virtuais como uma alternativa em contexto de pandemia.

Em 2021, demos continuidade às ações no projeto *Tourism Virtual Stories*. Partindo da primeira experiência de visitas virtuais em favelas, aprimoramos essas visitas e expandimos a metodologia criada com grupos das favelas do Rio para grupos comunitários na Malásia e em Moçambique, na perspectiva de realização de intercâmbio entre esses grupos entre 2021 e 2022. Com financiamento do *Arts and Humanities Research Council* (AHRC/UK), fizemos mais visitas virtuais e produzimos StoryMaps como uma pequena amostra dos tours em favelas feitos por moradores. É esta a experiência que gostaríamos de compartilhar e aprofundar neste capítulo.

2. STORYMAPS: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS E MOBILIDADES TURÍSTICAS ATRAVÉS DO MAPA

O StoryMaps é uma ferramenta cartográfica (Pacheco, Costa e Alves, 2018) resultado de uma técnica denominada *Story Mapping*, que permite ao usuário contar uma história localizando espacialmente seus fatos. Os usos para esta ferramenta podem ser diversos, visto que é possível explicar conceitos e criar produtos para diferentes áreas do conhecimento. A empresa norte-americana Esri¹⁴, no produto ArcGIS StoryMaps, tem apontado que, por meio dos mapas, existe a oportunidade de tais histórias inspirarem alterações de pensamento e comportamento, com a probabilidade de gerar nova consciência, pois a narrativa delas dialoga com o lugar explicitando relações espaciais incorporadas por comunicação visual.

Essa comunicação visual pode ser estabelecida por fontes de mídia distintas — entre elas, Vimeo, Twitter, YouTube, Flickr, Vine, Dailymotion, Google Maps —, conforme a disponibilidade das informações, para a produção de um StoryMap. Por meio delas, é possível agregar à história meios elucidativos diferentes

personalizando-a, concedendo, assim, ao público uma narrativa interativa, fácil de ser acessada e compartilhada por meio de um *hiperlink*.

Embora estando em evidência ser uma das finalidades do StoryMap contar uma história localizando os fatos espacialmente, há outras potencialidades da ferramenta, como a de contribuir para o ensino e aprendizado de geografia, em razão de a alfabetização cartográfica cooperar para o ensino geográfico (Moreira, 2007).

Existem já alguns trabalhos científicos apontando a utilização da técnica do *Story Mapping* voltada a fins pedagógicos mirando uma pedagogia que se relacione com o perfil dos alunos da atualidade, por estes possuírem características mais fluídas e abertas, por serem ávidos por maior interatividade, atentos às novas tecnologias nascidas na chamada sociedade da informação, na qual um dos elementos marcantes é a velocidade com que as próprias tecnologias são incorporadas, especialmente as de informação e comunicação, conforme afirma Pretto (2011).

De acordo com Moreira (2007), por meio dos mapas e da compreensão da sua linguagem, o indivíduo se operacionaliza, passando a apreender concepções espaciais lógicas, como as de localização, extensão e distribuição.

Vemos ainda em projetos de extensão o uso de StoryMaps como alternativa de imersão e desenvolvimento de atividades remotas (no Campus Seropédica da UFRRJ e na Floresta Nacional Mário Xavier – Flona MX) mediante geopasseios virtuais (ver de Machado et al., 2022).

Nossa proposta para o StoryMap se complementa às anteriores e acrescenta a mobilização dos lugares na perspectiva das mobilidades turísticas formuladas por Sheller e Urry em 2004. Segundo Allis, Moraes e Sheller (2020), os estudos sobre as mobilidades turísticas consideram os lugares turísticos serem feitos e refeitos pelas mobilidades e performances de turistas e trabalhadores, imagens e patrimônios desses lugares que circulam. Deste modo, StoryMaps ligados a determinados lugares fazem circular virtualmente narrativas e histórias muitas vezes alternativas sobre esses lugares.

Assim, o *Story Mapping* se apresenta como uma ferramenta com múltiplas possibilidades, entre elas, a de facilitadora, pois pode ajudar outros indivíduos a conhecerem determinado lugar dentro de determinada espacialidade pelos recursos disponíveis, seja como ferramenta de ensino e aprendizagem, através do processo de elaboração, ou por meio do conhecimento passado pela história contada, como a proposta dos StoryMaps para as favelas do Rio.

Nossa experiência com StoryMaps começa com a ferramenta desenvolvida pelo *Knight Lab*. Escolhemos utilizá-la no aprimoramento dos tours virtuais na rede internacional *Promoting*

reflection and sharing within and across international communities no projeto *Tourism Virtual Stories*. Essa rede de pesquisa foi projetada com o objetivo de criar uma parceria entre cinco universidades: Bournemouth University, Oxford Brookes University, UNIRIO, University of Malaysia Sarawak e Universidade Lúrio, além de nove organizações locais em três países de baixa e média renda em Moçambique, Malásia e Brasil.

Para desenvolver os StoryMaps de seletas favelas do Rio de Janeiro, a saber: Rocinha; Pavão, Pavãozinho e Cantagalo; Santa Marta; Providência, Babilônia e Chapéu Mangueira, partimos de narrativas já presentes e elaboradas nos roteiros dos guias/moradores de favelas atuantes no turismo. A experiência anterior com o projeto *Lockdown Stories* foi fundamental, pois já tínhamos alguns vídeos gravados para as visitas e materiais de divulgação de 2020; a este material foram acrescentados novos vídeos, textos e novas imagens, com foco nas narrativas, iniciativas e projetos que dialogassem com memória, patrimônio e sustentabilidade nas favelas.

3. EXPERIÊNCIA DO STORYMAPS PARA CONTAR MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS FAVELAS TURÍSTICAS DO RIO DE JANEIRO

Abrimos nosso tour com um vídeo de Cosme Felippsen discutindo o que é favela. Cosme explica que, em todos os seus roteiros, sempre faz uma parada e levanta essa questão para os visitantes. Como ele diz, esse é o ápice de seu tour, denominado “Rolé dos Favelados”. Os visitantes podem expressar sua opinião ou ideia de favela, contudo, para Felippsen, favela “é a solução que os trabalhadores e trabalhadoras deram para sua questão de moradia, apesar da mídia e o Estado dizerem que favela é um problema que tem que ser exterminada, favela é a solução dos trabalhadores”.



FIGURA 1

Abertura do StoryMaps
Favela Tour – Brasil

Seguimos então para outros cinco StoryMaps, cada um dedicado a apresentar uma amostra dos tours realizados por moradores em favelas do Rio de Janeiro. Começamos pelo StoryMap da Providência onde somos guiados por Cosme.

Popularmente reconhecida como a primeira favela do Rio, a história popular diz que recebeu esse nome porque os soldados que voltavam da Guerra de Canudos (1896-1897), sem pagamento e sem lugar para morar, ocupavam o morro à espera de alguma providência, por isso, o nome “Providência”. Localizada no Centro da cidade, próximo às docas, é um lugar onde podemos encontrar construções do início do século XIX e entender um pouco da história do Rio de Janeiro e do Brasil.

Para subir a ladeira, andamos por ruas com pedras, que chamamos de “paralelepípedos”, ou escadas. Pelo caminho, encontramos graffiti produzidos durante um festival contando a história de Machado de Assis, um dos mais famosos escritores brasileiros, criado, segundo relatos, na Providência no início do século XIX. Seguimos nosso tour passando pela Igreja Nossa Senhora do Livramento e pelo Teleférico da Providência, similar ao construído no Complexo do Alemão.

Na Providência, o teleférico foi inaugurado em 2014 e desativado em 2016, por falta de manutenção. Tornou-se, então, símbolo do chamado “legado dos megaeventos” e de uma série de políticas públicas criticadas por Cosme, por terem vindo acompanhadas da remoção de casas de moradores e da truculência do Estado.

Na próxima parada, encontramos uma obra do artista Vhils moldada na parede de uma casa. No período dos megaeventos, ele percorreu a Providência esculpindo nas paredes de casas o

rosto de moradores que estavam sendo removidos. Hoje resta apenas uma dessas obras à mostra no morro.

Outro ponto importante para turistas e artistas é a Casa Amarela, no alto do morro onde avistamos uma lua em cima de uma casa. O local é uma residência artística e projeto social criado por JR, artista francês, e Mauricio Hora, fotógrafo brasileiro. Encerramos nosso percurso pela Providência digital com a parada obrigatória no Bar da Dona Jura, onde podemos encontrar comida brasileira caseira preparada por ela, ganhadora de um prêmio gastronômico por seu prato principal — nhoque com camarão.

Da Providência, seguimos para o StoryMap da Rocinha. Lá encontramos Antônio Carlos Firmino, morador e parte do coletivo Museu Sankofa: memória e história da Rocinha, e Erik Martins, morador e guia de turismo. A Rocinha é famosa por ser a maior favela do Rio de Janeiro e paradigmática favela turística, pois foi a primeira a desenvolver o turismo em favelas comercializado por agência de turismo desde 1990.

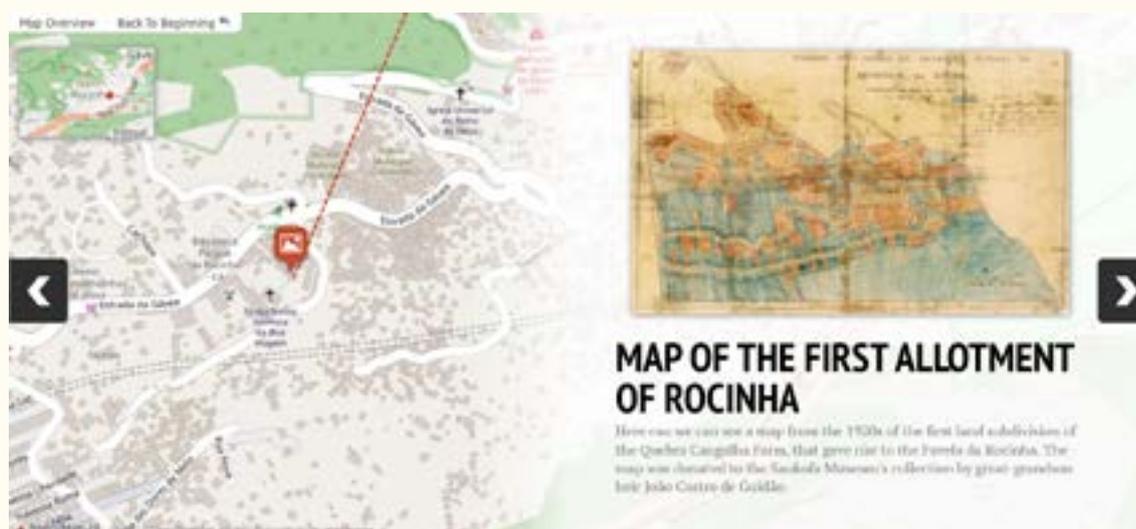


FIGURA 2

Mapa do primeiro loteamento da Rocinha

Fonte: Acervo Museu Sankofa.

Na Rocinha, nosso mapa traz elementos históricos e documentais para além de vídeos e fotos, pois foi construído em parceria com o Museu Sankofa utilizando elementos fundamentais de seu acervo e selecionados por Firmino. No percurso digital, encontramos Firmino no alto da Rocinha onde aprendemos a história de formação da favela, que cresce do alto, a partir da expansão do bairro da Gávea, e desce até São Conrado, bairro mais jovem.

Desse ponto, seguimos digitalmente pela Estrada da Gávea, viajando de volta ao passado através de uma notícia de jornal sobre o Circuito da Gávea, uma corrida automobilística de

rua que cruzava a Rocinha, passando pela Estrada da Gávea nos anos 1930. Seu nível de periculosidade lhe rendeu o apelido de “Trampolim do Diabo”.

Descemos então para a Via Ápia com Erik Martins, quem nos falou sobre essa agitada rua — que funciona 24 horas —, com prédios multifuncionais, ou seja, prédios onde cada andar tem uma função, desde comércios, restaurantes, igrejas, cursos de idiomas até moradias, fato muito comum na favela, em especial, nas principais vias, a Ápia e a Estrada da Gávea.

Encerramos nosso tour digital na passarela Oscar Niemeyer, projetada pelo famoso arquiteto de mesmo nome e construída nas obras do PAC para ocupar o lugar de uma antiga passarela que havia sido resultado da luta dos moradores por uma passagem segura para a travessia da Autoestrada Lagoa-Barra.

Da Rocinha, seguimos em direção a Babilônia e Chapéu Mangueira, favelas no bairro do Leme, onde encontramos nosso guia e embaixador local da Revolusolar, Dinei Medina. Ambas são conhecidas por seus projetos ecológicos, como o Favela Orgânica, liderado por Regina Tchelly; o projeto de reflorestamento, conduzido pelos moradores desde os anos 1980; e o projeto da prefeitura, lançado para a Conferência Rio+20, Morar Carioca Verde. A iniciativa mais recente chama-se “Revolusolar” — um projeto que leva energia solar às favelas. Seu piloto está na Babilônia e Chapéu Mangueira e conta com a colaboração de Dinei Medina.

Nesse StoryMaps, conhecemos o “Corredor Solar”, um passeio que vai mostrando ser possível haver energia solar em favelas, podendo se tornar um modelo para a cidade. A Revolusolar é uma cooperativa de energia solar criada em 2015 nessas favelas, em função de erros de leitura registrados nas contas de luz e alto custo da energia elétrica. Entre 2015 e 2021, a Revolusolar expandiu sua atuação em tais comunidades e para além, levando a solução de cooperativa de produção e a experiência adquirida na favela para outros territórios, incluindo um povoado indígena na Amazônia.

Nesse StoryMaps, temos três paradas para aprender com Dinei sobre o funcionamento da cooperativa e da usina de produção de energia solar instalada no prédio onde fica a associação de moradores. Os painéis solares geram energia que é inserida no sistema de rede elétrica da cidade e convertida em créditos de energia, compartilhados com a comunidade. Cerca de 30 famílias da Babilônia e Chapéu Mangueira, todos associados à cooperativa, têm suas contas de luz reduzidas com o uso desses créditos gerados nos painéis solares da Associação. Parte da economia obtida por eles é capturada na manutenção da cooperativa, que forma um Fundo Comunitário. Com esses recursos, são pagos os custos operacionais dela, bem como a

remuneração dos trabalhadores locais do projeto — instaladores solares, eletricitistas, embaixadores e professores.

Da Babilônia e Chapéu Mangueira seguimos para Pavão, Pavãozinho e Cantagalo onde encontramos Márcia Souza, do Museu de Favela (MUF), para nos levar pelo circuito das Casas-Telas, um circuito de arte e *graffiti* criado pelo MUF para contar a história dessas favelas. Os *graffiti* foram feitos com base em entrevistas com os moradores.

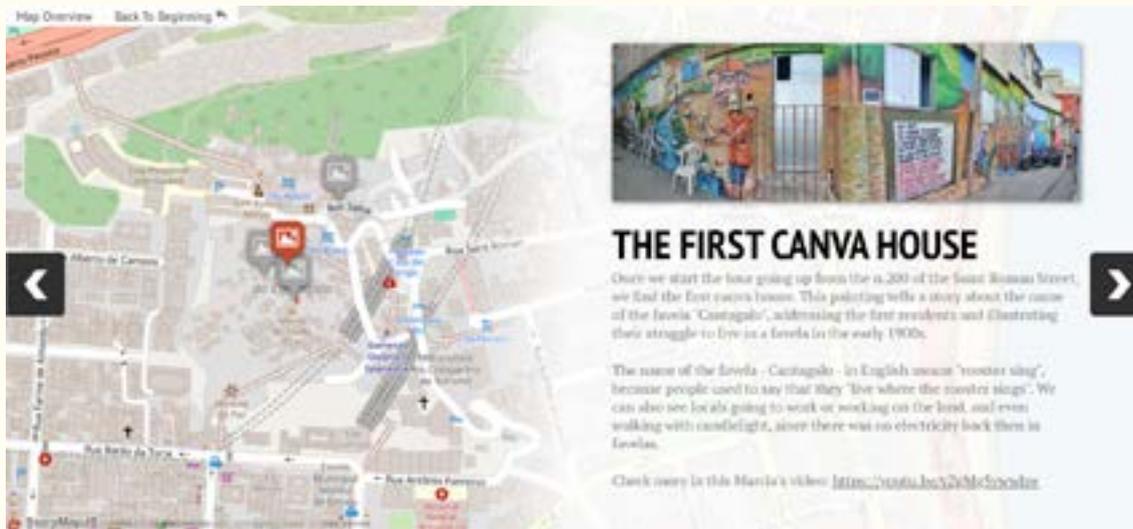


FIGURA 3

Primeira Casa-Tela do Museu de Favela no circuito do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo

Nesse mapa, selecionamos algumas fotos das Casas-Telas, falamos um pouco da obra de arte e disponibilizamos o link para vídeos da Márcia que nos apresentam as obras e o trabalho do Museu. Quando começamos o passeio, subindo a partir do n.º 200 da rua Saint Roman, em Copacabana, encontramos a primeira casa que conta uma história sobre a da favela “Cantagalo”, abordando os primeiros moradores e ilustrando a luta deles para viver em uma favela no início dos anos 1900. O nome Cantagalo vem de “canto do galo”, porque costumava-se dizer que as pessoas “moram onde o galo canta”. Também podemos ver os moradores indo trabalhar ou trabalhando na terra, e até mesmo andando à luz de velas, em virtude de, na época, não haver eletricidade nas favelas.

Outra Casa-Tela mostra a chegada dos migrantes nordestinos vindos para o Rio de Janeiro objetivando trabalhar e fugir da seca. Eles atravessavam o País em caminhões chamados “pau de arara” para chegar, principalmente, ao Rio e a São Paulo, geralmente ajudados por uma família já moradora de alguma favela e com lugar para receber seus parentes.

O tour virtual encerra com um dos mais belos *grafitti* ligados à família e à história pessoal de Márcia. Ele apresenta uma mulher negra carregando uma lata d'água na cabeça. Encontramos muitas fotos e pinturas como essa, que estão na história do Rio de Janeiro, contando como as mulheres que construíram a favela criaram seus filhos e lutaram para conseguir água até o topo, já que não havia água encanada subindo a favela naquela época.

Encerramos nosso tour, no Santa Marta, em um roteiro com o coletivo de guias. Neste mapa, todos os vídeos foram produzidos pelos guias em um dia de tour pela favela apresentando os principais pontos do Santa Marta, como a laje onde encontramos a famosa estátua em homenagem ao cantor norte-americano Michael Jacson, o plano inclinado onde a guia Salete entrevista o maquinista que estava presente no dia da visita do astro ao morro nos anos 1990.

Em 2010, o Programa Rio Top Tour foi lançado em Santa Marta com a finalidade de desenvolver o turismo comunitário. Esse programa identificou atrações turísticas em Santa Marta e moradores interessados em trabalhar como guias profissionais em turismo. O projeto também instalou a estátua do Michael Jackson, um estande para os guias receberem os turistas e um totem com um mapa turístico da favela onde encontramos nosso coletivo de guias: Salete, Verônica, Barbosa; Mario; Marco, Allan, Elias, Jonatas, Mandundu e Gilson.

No percurso virtual, cada um dos guias apresenta para nós uma parte do tour. Mandundu nos leva à Associação de Moradores e vai nos contando que uma porcentagem da renda de cada passeio guiado por eles é doada para a associação. Nesse vídeo, são vistas várias caixas de correio, pois todas as correspondências da favela precisam ser direcionadas para a associação; lá elas são organizadas para os moradores poderem recebê-las. Gilson nos diz que onde fica a estátua de Michael Jackson funcionava no passado o ambulatório e nos mostra a vista desde esse local da favela; Barbosa nos apresenta outro ponto de vista da favela, o da terceira estação do plano inclinado. Encerramos o tour com Marcos nos falando sobre a Praça do Cantão onde estão as famosas casas coloridas por uma empresa de tintas em uma ação de marketing.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de produção de StoryMaps em favelas inspirou sua criação em outros lugares. Sara Sumie, mestranda do PPGE na UNIRIO, desenvolveu o StoryMap do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu como produto técnico de sua dissertação, sendo apresentado para gestão do parque. No Programa de Educação Tutorial (PET) Observatório de Turismo do Estado do Rio de

Janeiro, projeto TurisData, Amanda Souza produziu em seu TCC — como atividade conjunta com seu estágio em Japeri — um StoryMap para uma parte do município com foco na atratividade turística histórico-cultural e ambiental. E Paulo Roberto Silva, bolsista do mesmo projeto, levou para seu campo de estágio docente de licenciatura em turismo realizado no Centro de Educação Tecnológica (CEFET, Campus Petrópolis).

Diante das experiências citadas, acreditamos que nossa metodologia de produção de vídeos e imagens, pesquisa em documentos e coleta de materiais em campo em colaboração com moradores — aliada à ferramenta do StoryMaps — é produtiva para a mobilização de narrativas locais, subalternizadas e muitas vezes esquecidas.

No entanto, ao longo desses trabalhos, identificamos um descolamento do conteúdo virtual e do território. Por isso, em projeto desenvolvido entre 2022 e 2023, estamos experimentando a produção de placas de sinalização com QR Codes que conectam o território ao conteúdo virtual na Rocinha, bem como a confecção de cartões postais com QR Codes que serão disponibilizados pelas favelas, mas também em lugares estratégicos da cidade do Rio.

Entendemos que mobilizar essas narrativas também virtualmente é mister em uma sociedade contemporânea onde uma parcela de nossas vidas e sociabilidade se dá via redes sociais; contudo, temos sempre de nos esforçar para não perdermos a conexão física com o território.

REFERÊNCIAS

ALLIS, T.; MORAES, C.M.S.; SHELLER, M. Revisitando as mobilidades turísticas. **Revista Turismo em Análise** – RTA, v. 31, n. 2, maio/ago. 2020, p. 271-295.

MACHADO, B. H. F., SILVA, P. M. DA, SILVA, T. M. DA, LEAL, S. P. DA. S., VARGAS, K. B., & SOUSA, G. M. Geopasseios virtuais como alternativa de imersão no campus da UFRRJ e Floresta Nacional Mário Xavier durante a pandemia. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, 13(3), 291-301. 2022.

MORAES, C.M.S. **Museu de Favela: pensando turismo e patrimônio no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

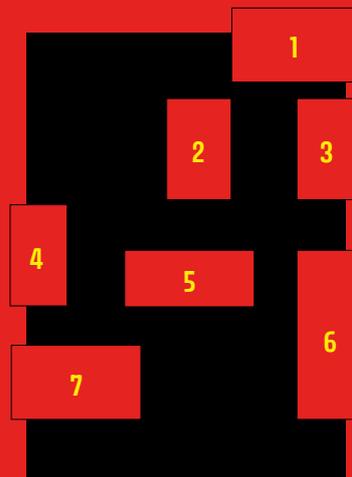
MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.

PACHECO, E. Costa, A. Alves, J.F. Um storymap da viagem de Lopes Mendes à Amazônia em 1882/83. **Revista de Educação Geográfica**. UP, nº.3, p.93-99. Universidade do Porto, 2018.

PRETTO, N.L. O desafio de educar na era digital: educações. Universidade do Minho, Braga, Portugal. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 24, núm. 1, 2011, p. 95-118.

LISTA DAS FOTOGRAFIAS PRESENTES NA PUBLICAÇÃO

Capa



4. Comunidade Quilombola Mutuca de Cima – Coronel Murta/MG

Foto de Ângela Maria Martins Sousa (2023)

5. Comunidade Quilombola de Raiz –Presidente Kubitschek/MG

Foto de Elvira Nascimento (2019)

6. Comunidade Quilombola do Baú – Araçuaí/MG

Foto de Jô Pinto (2023)

7. Comunidade Quilombola de Raiz – Presidente Kubitschek/MG

Foto de Andreia Ferreira (2023)

1. Comunidade Quilombola do Baú –Araçuaí/MG

Foto de Jô Pinto (2023)

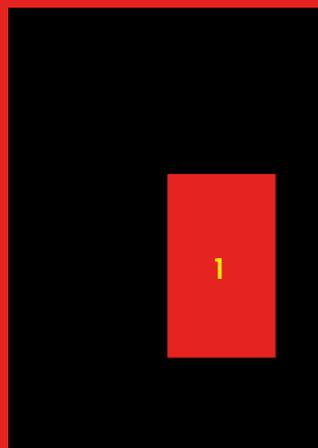
2. Comunidade Quilombola da Corte – Varjão de Minas/MG

Foto de Lara Luiza (2022)

3. Comunidade Quilombola Buieie –Viçosa/MG

Foto de Carina Veridiano (2023)

Introdução



1. Comunidade Quilombola do Capoeirão - Itabira/MG -

Foto de Kethelyn Estéfani (2023)

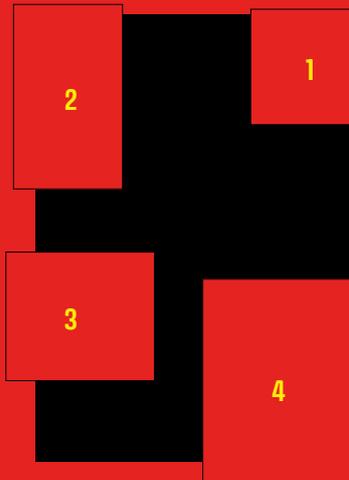
Capítulo 1

2. Comunidade Quilombo do Feital, Magé/RJ

Foto de Carla Lubanco (2023)

3. Comunidade Quilombo do Feital, Magé/RJ

Foto de Andressa Dutra (2022)



1. Comunidade Quilombo do Feital, Magé/RJ

Foto de Carla Lubanco (2023)

4. Comunidade Quilombo do Feital, Magé/RJ

Foto de Carla de Almeida Lubanco (2023)

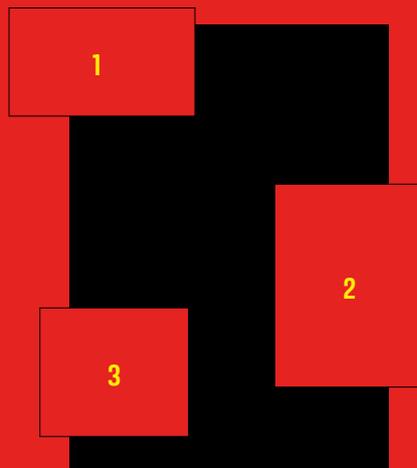
Capítulo 2

1. Comunidade Quilombola Mutuca de Cima - Coronel Murta/MG

Foto de Ângela Maria Martins Sousa (2023)

3. Comunidade Quilombola do Baú – Araçuaí/MG

Foto de Jô Pinto (2023)



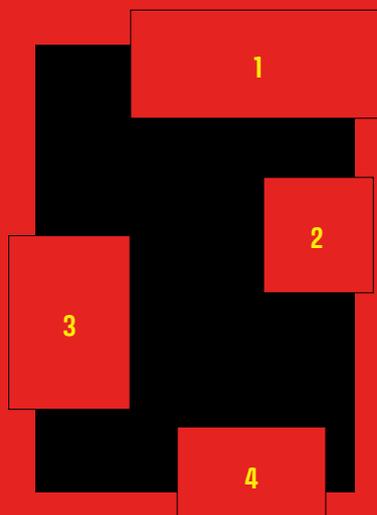
2. Comunidade Quilombola de Raiz - Presidente Kubitschek/MG

Foto de Andreia Nascimento (2019)

Capítulo 3

3. Comunidade Quilombola Buieié – Viçosa/MG

Foto de Carina Veridiano (2023)



1. Comunidade Quilombola do Capoeirão - Itabira/MG - Foto de José Carlos (2023)

2. Comunidade Quilombola da Corte - Varjão de Minas/MG

Foto de Lara Luiza (2022)

4. Comunidade Quilombola de Raiz - Presidente Kubitschek/MG

Foto de Mauri Paulino (2022)

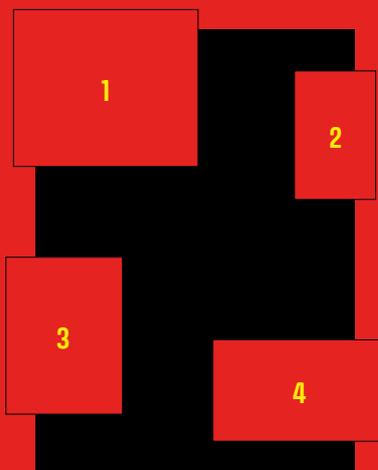
Capítulo 4

1. Comunidade Quilombola do Capoeirão - Itabira/MG

Foto de José Carlos (2023)

3. Comunidade Quilombola Buieie - Viçosa/MG

Foto de Carina Veridiano (2023)



2. Comunidade Quilombola do Capoeirão - Itabira/MG

Foto de José Carlos (2023)

4. Comunidade Quilombola de Raiz - Presidente Kubitschek/MG

Foto de Elvira Nascimento (2019)

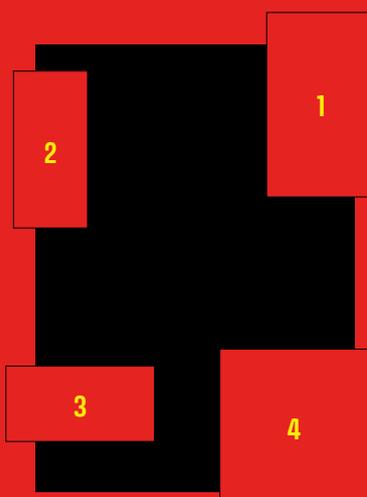
Capítulo 5

2. Comunidade Quilombola do Capoeirão - Itabira/MG

Foto de Lara Luiza

3. Comunidade Quilombola dos Amaros - Paracatu/MG

Foto de Lara Luiza (2022)



1. Comunidade Quilombola dos Amaros - Paracatu/MG

Foto de Lara Luiza (2022)

4. Comunidade Quilombola São Domingos - Paracatu/MG

Foto de Romário (2014)

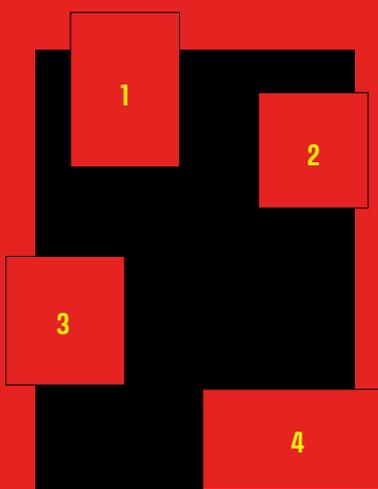
Capítulo 6

1. Comunidade Quilombola Bagres - Vazante/MG

Foto de Lara Luiza (2022)

3. Comunidade Quilombola Mutuca de Cima - Coronel Murta/MG

Foto de Ângela Maria Martins Sousa (2023)



2. Comunidade Quilombola de Raiz - Presidente Kubitschek/MG

Foto de Elvira Nascimento (2023)

4. Comunidade Quilombola do Capoeirão - Itabira/MG

Foto de Kethelyn Estéfani (2023)